

ANAIS DO XV SEMINÁRIO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO – PÓSCOM 2018

Vol. 9

GT 5 – COMUNICAÇÃO & POLÍTICA

ISBN 78-85-93747-00-7

PUC-RIO

2018

COMISSÃO ORGANIZADORA PÓSCOM 2018

Coordenação-geral: Caroline Pecoraro e Thaís Cabral

Andrei Maurey
Ana Paula Gonçalves
Bruna Lacerda
Cristina Matos
Diana Vaisman
Flávia Moreira
Joana Beleza
Julia Lery
Isabel Feix
Lívia Boeschestein
Luisa Salles
Lucas Coimbra
Lucas Gamonal
Luciane da Costa Moreira
Luiz Baez
Marcell Carrasco
Marcela Azevedo
Maria Carolina Medeiros
Miguel Mendes
Melba Porter
Mônica Chaves
Natalia Machado
Sheila Ferreira
Tainá Amorim

GT 5 – Comunicação & Política

Coordenação: Arthur Ituassu

Assistência: Andrei Maurey e Leonardo Firmino

Ementa: Discute o papel das tecnologias e das novas experiências na democratização do espaço midiático, de seus usos sociais e do direito à apropriação do espaço para diferentes práticas de comunicação e de expressão em conjunto com a configuração de novas esferas participativas.

SUMÁRIO

Comunicação pública e transparência: o Facebook das Prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo	
Caroline Pecoraro.....	04
Palavras de insurgência nas notas de estopim das ocupações universitárias no Ceará em 2016	
Daniel Paiva de Mâcedo Júnior e Márcia Vidal Nunes.....	19
As revoluções do capitalismo cognitivo	
Gabrielle Granadeiro da Silveira.....	34
Emoções como forma de engajamento político: as reações no Facebook durante a prisão do ex-presidente Lula	
Mariana Mendes de Carvalho.....	49
Cidadania e acontecimento: uma discussão sobre imprensa e democracia na modernidade	
Mônica Chaves de Melo.....	63
Regulação da mídia em debate: análise comparada no momento atual e perspectivas para o futuro no Brasil e na Argentina	
Rodolfo Silva Marques e Will Montenegro Teixeira.....	74
Da guerra ao Iraque à Primavera Árabe: mídias digitais e ativismo transnacional	
Vivian Mannheimer.....	84
Televisão e poder: as reproduções ideológicas em Força-Tarefa (2009)	
Andrei Maurey.....	104

Comunicação e Transparência:

O Facebook das Prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo *

Caroline Pecoraro **

Resumo: Esta é uma pesquisa no campo da Comunicação no subcampo dos estudos de Internet e Transparência e tem como objetivo analisar se a comunicação via Facebook das prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro ao longo do ano de 2017 abordou temas com potencial de levar à promoção de transparência pública. Este estudo adota uma metodologia qualitativa a partir do estabelecimento de categorias de análise do conteúdo das postagens. Ao fim, este estudo verificou prevalência de conteúdo que tem o potencial de levar à promoção de transparência nas duas prefeituras. Além disso, constatou ênfase em postagens com temas de Ações Governamentais e Serviços Público-sociais e baixo investimento em *posts* de Agenda, Conteúdo Fiscal e Responsividade. Esta pesquisa também pretendeu contribuir para a lacuna de estudos a respeito da relação entre Comunicação Pública e Transparência e sobre o potencial de promoção de transparência pública para além de exigências legais.

Palavras-chave: Transparência Pública; Comunicação Pública; Transparência Digital; Democracia Digital; Facebook

1. Introdução

Esta é uma pesquisa no campo da Comunicação no subcampo dos estudos de Internet e Transparência que tem como objetivo analisar se a comunicação via Facebook das prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro – as duas cidades mais populosas do Brasil – ao longo do ano de 2017 abordou temas com potencial de levar à promoção de transparência pública. Para isso, foi utilizada uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo por meio de categorias desenvolvidas a partir da literatura sobre o tema.

O trabalho visa contribuir para se preencher duas lacunas de estudos dentro do campo analisado. A primeira delas diz respeito aos trabalhos sobre a relação entre Comunicação Pública e Transparência. Sabe-se que a transparência e o acesso à

* Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política durante o XV Poscom PUC-Rio, de 6 a 9 novembro de 2018.

**Mestranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). carolpecoraro@gmail.com

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

informação são considerados vitais para as democracias, para que governos sejam mais abertos e vistos pelos cidadãos, e para que, munidos de mais controle da gestão do que é público, possam tomar melhores decisões políticas (AMORIM; ALMADA, 2014; ALMADA, 2017).

Outra lacuna trata do potencial de se levar à promoção de transparência pública para além de normas legais e de toda a normatividade que prevalece nos estudos da área. Ou seja, a pesquisa se debruça no potencial de promoção de transparência como um valor democrático na comunidade política para além da normatização e dos aspectos exigidos pelas leis que versam sobre ela – Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), Lei Complementar nº. 131/2009, conhecida como Lei da Transparência e que consiste em um adendo à LRF, e Lei de Acesso à Informação (2011).

A interface entre democracia e ambiente digital – que se constitui no conceito de democracia digital – se faz necessária pela compreensão do potencial das tecnologias de comunicação e informação (TICs) para o fortalecimento da democracia e da cidadania. O encurtamento de distâncias entre cidadão e Estado e o surgimento de novas formas de participação social e de acesso informacional via digital trouxeram também um novo ambiente para efetivação da comunicação (SILVA, 2009). Visando ser pública, essa comunicação tem no interesse público seu aspecto constituidor, moldada para servir à sociedade e não à perspectiva de governos (MATOS, 2013). Por meio da circulação de temas, ações, sistemas e debates, esse tipo de comunicação se torna um dos indicadores da qualidade das democracias, pois pode ser instância de defesa e resistência democráticas (WEBER, 2017).

Um dos aspectos definidores da teoria da democracia – um governo democrático é um governo do poder público publicizado (BOBBIO, 1984) –, a transparência pública visa dar luz a informações de interesse de todos, que sejam relevantes sob a perspectiva dos valores democráticos, permitindo que atores externos ao governo monitorem e fiscalizem seu desempenho e funcionamento internos (GRIMMELIKHUIJSEN; MEIJER, 2014). Objetos ou atividades não são transparentes por si mesmos, mas tornam-se legíveis através da mediação, isto é, por meio de ferramentas e canais de comunicação online que dão aos representantes um local público para compartilharem as atividades cotidianas de seus governos e para que possam manter a transparência (CHI; YANG, 2010; HANSEN; CHRISTENSEN; FLYVERBOM, 2015).

Sendo assim, esta pesquisa entende que as ferramentas e canais de comunicação online, isto é, a comunicação digital do Estado – que visa o interesse de todos, é

destinada à sociedade civil e é importante indicador de defesa e qualidade da democracia – se torna ambiente com potencial de levar à promoção da transparência pública.

A partir do levantamento de temas e aspectos tidos como relevantes em muitas das referências utilizadas nesta pesquisa, foram estabelecidas nove categorias cujos temas não necessariamente levam à promoção de transparência, mas apresentam potencial de contribuir para essa promoção. As categorias utilizadas para a análise são ações governamentais; serviços público-sociais; agenda; convite ao engajamento público; tomada de decisão, seus resultados e/ou efeitos; conteúdo fiscal; informação e educação para a cidadania; responsividade; e N.D.A. Três codificadores analisaram as postagens e, em seguida, entraram em consenso.

Como resultados, esta pesquisa identificou temas com potencial de se levar à promoção de transparência para além de exigências legais em razão da predominância de postagens que se enquadram nas categorias desenvolvidas por esta pesquisa e que direcionam para esse potencial de promoção. Além disso, constatou ênfase das duas prefeituras em postagens com conteúdo de Ações Governamentais e Serviços Público-sociais; e baixo número de postagens de Agenda, Conteúdo Fiscal e Responsividade pelas duas prefeituras. Vale ressaltar que a pesquisa analisou o potencial de os temas veiculados nas postagens levarem à promoção de transparência pública independente da intenção do governante na publicação destas postagens.

2. Comunicação Pública, Democracia Digital e eTransparência

O ato de se comunicar é dever e prerrogativa do Estado e essa comunicação oficial é um direito dos cidadãos (LUZ, 2017). A partir dessa premissa, há o embasamento e a consolidação do conceito de comunicação pública e governamental. Os dois conceitos são constantemente confundidos e tidos como sinônimos, isso porque estão associados em regimes democráticos. No entanto, comunicação pública é mais abrangente que a governamental, englobando-a e sendo constituída por ela. É um “processo que operacionaliza critérios como visibilidade, acessibilidade, relações e discutibilidade indispensáveis à democracia” (WEBER, CARNIELLI, 2016, p. 2 e 3) e constituído em torno do debate de temas que sejam de interesse público.

Weber (2017) utiliza duas premissas vinculadas ao interesse público que acredita relevantes para a construção do entendimento de comunicação pública em tempos em

que imperam as desqualificações à política e a supremacia de tecnologias digitais: deve ser vista como (1) instância de defesa e resistência da democracia, princípio irrecusável em todos os sistemas de comunicação do Estado e (2) os debates públicos como processos constitutivos da comunicação pública, com a participação cidadã sendo forma de sustentação das democracias pelas práticas comunicacionais.

A partir da compreensão da questão democrática no que se refere à comunicação pública, cabe apresentar a discussão a respeito de “como o ambiente digital aumenta o leque de possibilidades para a comunicação entre Estado e cidadão” (SILVA, 2009). Para Kunsch (2013), é incontestável a importância da internet para facilitar a comunicação pública, de governo e o exercício da cidadania. As tecnologias de comunicação e informação encurtaram distâncias entre cidadão e Estado e trouxeram um novo ambiente para efetivação da comunicação pública por meio de maneiras de exercer participação nos processos democráticos via ambiente digital (SILVA, 2009; KUNSCH, 2013).

Essa interface democracia-ambiente digital se dá pelo conceito de democracia digital, que versa sobre as possibilidades de correção de déficits, incremento e fortalecimento de instituições por meio de tecnologias, ferramentas digitais de criação de recursos e iniciativas online; dessa forma, haveria o fomento do bom funcionamento democrático e o aprimoramento de seus requisitos, gerando mais e melhor democracia (GOMES, 2017). São várias as contribuições que iniciativas digitais podem oferecer à democracia, especialmente para os campos da participação, deliberação e transparência públicas, reivindicação civil e campanhas eleitorais. Mas são três os principais temas ou subáreas tratados pela democracia digital: a eParticipação, a eDeliberação e a eTransparência – este último o foco desta pesquisa. No entanto, para uma compreensão mais completa sobre o uso do digital para a promoção da transparência pública, faz-se necessário, primeiramente, a apresentação do que esta pesquisa entende como “transparência da coisa pública”, suas clivagens e abordagens.

A convergência conceitual de transparência pública aponta para divulgação de informações que permitam que atores externos monitorem e fiscalizem seu funcionamento interno e desempenho, servindo também para designar qualidades relacionadas à acessibilidade, disponibilidade e publicidade das ações de modo que o cidadão dispõe de toda e qualquer informação que considere útil para que tire suas próprias conclusões (AMORIM; GOMES, 2013). Como valor democrático, a transparência abrange duas vertentes principais: a transparência governamental ou

administrativa e a transparência fiscal ou orçamentária. A primeira versa sobre o modo de funcionamento do governo e sua competência executiva e leva em conta a ideia de que órgãos governamentais que funcionem bem devem ser não apenas eficazes, democráticos e legítimos, mas também transparentes (MEIJER, 2013). A segunda diz respeito à importância de um governo fiscalmente responsável, invocando o conceito de *accountability* e a fim de que o governo forneça informações claras sobre questões fiscais e políticas propostas para lidar com problemas nesse âmbito.

A partir do entendimento dos conceitos de democracia digital e transparência pública, é possível uma compreensão mais clara da transparência em ambiente digital como forma de fomento democrático. A internet exerce um papel fundamental na habilitação da transparência de governos ao ser o canal utilizado para que se dê luz aos dados e informações governamentais. Sendo assim, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação, se configura como um importante facilitador da transparência, desempenhando um papel de fortalecimento da legitimação das instituições (CURTIN; MEIJER, 2006).

Preenchendo lacunas que ainda se apresentam em iniciativas de eTransparência, as mídias sociais são vistas como forma de reforço à Transparência Digital, já que, por meio delas, o governo pode ter mais um canal para prestar contas, se tornando mais aberto e transparente sobre suas ações e conquistando a confiança do público (BERTOT ET AL, 2010, p. 2). Além disso, as mídias sociais podem trazer mais participação e engajamento democráticos, através dos quais envolvem o público nos processos de tomada de decisão do governo e promovem um diálogo mais participativo. Sendo assim, essas ferramentas digitais se mostram para os representantes locais públicos como ambiente para compartilharem as atividades cotidianas de seus governos de modo a manter a transparência (CHI; YANG, 2010).

3. Metodologia e Resultados

A parte empírica da pesquisa consiste em uma análise qualitativa de conteúdo de todas as postagens no Facebook das páginas oficiais das prefeituras do Rio e de São Paulo ao longo de 2017.

A escolha dessa rede social se deu por seu notório crescimento: segundo o relatório Digital In, produzido pelo “We are Social” e “Hootsuite”, o Facebook é a segunda rede social mais utilizada no Brasil (62%), ficando atrás apenas do Youtube

(63%), e o brasileiro passa, em média, 9 horas e 14 minutos por dia na internet. Além disso, Carreiro (2017) destaca que, pelo Facebook, governos podem desenvolver publicações que tratam da gestão pública, divulgação de agenda e legislação, fazendo com que a plataforma se torne um canal de discussão e participação e um ambiente propício para prestar contas de ações governamentais aos cidadãos. Desse modo, o Facebook daria ao cidadão a chance de seguir os passos dos políticos, tornando-se um meio para transparência de atos e ações (CARREIRO, 2017).

A relevância dessa rede social para a questão da transparência estaria, portanto, por seu potencial de ser utilizada para o reforço deste princípio ao a) tornar o acesso à informação mais fácil; b) aprofundar e ampliar a transparência no âmbito da cultura institucional; e c) contextualizar os dados concernentes à transparência (ZINNBAUER, 2007; PINA ET AL, 2007; OSTERMANN; STAUDINGER, 2008).

As duas cidades escolhidas como objeto desta pesquisa são as capitais mais populosas do Brasil: com mais de 12 milhões de habitantes, São Paulo é a cidade mais populosa do país; o Rio é a segunda mais habitada, com quase 7 milhões de habitantes (IB-GE,2018). Além disso, esses municípios têm importância na renda do país; São Paulo tem o maior PIB per capita, com 10,85% de participação na economia nacional, e o Rio 5,35% (IBGE, 2015). No entanto, a pesquisa não pretende e/ou pretendeu fazer qualquer tipo de comparação ou relação entre as duas prefeituras.

Ao todo, foram coletados e analisados 1.116 postagens feitas no Facebook pelas prefeituras ao longo de 2017: 528 da página oficial da prefeitura de São Paulo e 588 da página da prefeitura do Rio de Janeiro. O período analisado se trata do primeiro ano de mandato dos prefeitos João Doria (PSDB), de São Paulo, e Marcelo Crivella (PRB), do Rio de Janeiro. Eleito no primeiro turno, Doria conseguiu 53,3% dos votos válidos. No Rio, Crivella venceu no segundo turno com 59,36% dos votos.

As postagens foram codificadas manualmente por três pesquisadores – Caroline Pecoraro, Letícia Capone e Vivian Mannheimer. As divergências sobre a classificação aconteceram em poucas postagens e os resultados finais foram obtidos por meio de consenso. Em relação aos recursos técnicos utilizados, os dados foram coletados por meio da plataforma *Netvizz*, que forneceu as publicações postadas dentro do período escolhido – 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Foram estabelecidas nove categorias de análise dos temas das postagens a fim de avaliar se o conteúdo dos posts possui potencial de levar à promoção de transparência.

As categorias foram desenvolvidas com base nas metodologias propostas pelas pesquisas de Mesquita (2017) e Silva (2009) e na literatura sobre o tema da transparência pública (KIM ET AL., 2005; BANNISTER; CONNOLLY, 2011; AMORIM, 2012; FUNG, 2013; GRIMMELIKHUIJSEN; MEIJER, 2014; ALMADA, 2017).

Ao revisar essa literatura nos capítulos teóricos da pesquisa, foram destacados termos e temas utilizados na construção das categorias, como responsividade, acesso à informação, participação cidadã, transparência nos processos de tomada de decisão e dos seus resultados, com a agenda do governante, e com os gastos públicos e administração fiscal.

Entretanto, para que fosse possível transpor essa teoria que embasa a construção da metodologia para as definições das categorias em fins de análise, o presente trabalho precisou relativizar os conceitos teóricos e compreendê-los em uma perspectiva mais ampla, englobando e/ou relativizando aspectos. Nesse sentido, os três codificadores classificaram as postagens segundo as seguintes categorias:

1) Ações Governamentais:

O acesso a informações de interesse público é um dos requisitos para que haja “condição ideal” de transparência democrática, onde cidadãos acompanham e monitoram a gestão pública pelas ações de governo (FUNG, 2013). Dessa forma, a categoria Ações Governamentais contempla postagens com foco em tornar públicas ações políticas de governo – iniciativas governamentais, obras e políticas públicas em geral. Como “ações”, esta pesquisa entende atividades realizadas pelo governo em longo prazo ou sem período de tempo pré-estabelecido.

2) Serviços Público-sociais:

O acesso do cidadão a informações de interesse público é vital para o fortalecimento das democracias e para que governos sejam mais abertos e às vistas dos governados (AMORIM; ALMADA, 2014; GRIMMELIKHUIJSEN; MEIJER, 2014). As informações sobre serviços oferecidos pelo governo estão nesse contexto. Essa categoria da pesquisa contempla postagens cujo conteúdo divulga e/ou apresenta informações sobre serviços sociais de utilidade pública oferecidos pelo governo em, por exemplo, saúde, educação – cursos gratuitos, capacitação –, desenvolvimento social e que afeta

diretamente o cidadão. Como “serviços”, esta pesquisa compreende atividades pontuais promovidas pela administração pública, que funcionam por um determinado período de tempo e por isso adquirindo essa roupagem.

3) Agenda:

Ter conhecimento a respeito da rotina de vida pública dos governantes é instrumento de acompanhamento e interação do cidadão com o governo (ALMADA, 2017). Sendo assim, na categoria “Agenda” estão as postagens que divulgam a agenda do dia do gov-ernante – os eventos marcados e tarefas do dia – ou o que ocorreu em um evento agen-dado – as conclusões, acordos firmados, discursos e feedback ao cidadão a respeito de evento do qual o governante participou.

4) Convite ao engajamento público:

A participação do cidadão nas dinâmicas do governo também é requisito para que haja uma “condição ideal” de transparência democrática (FUNG, 2013). Por isso, a categoria “Convite ao engajamento público” diz respeito a postagens de chamada à participação cidadã em ações digitais ou iniciativas de interesse público. O conteúdo do post leva à ação imediata ou à chamada a alguma atividade promovida pelo governo, estimulando a interação cidadã.

5) Tomada de decisão, seus resultados e/ou efeitos:

A transparência nos processos de tomada de decisão e dos seus resultados é processo constituinte de uma efetiva transparência governamental (GRIMMELIKHUIJSEN; MEI-JER, 2014). A categoria “Tomada de decisão, seus resultados e/ou efeitos” contempla as postagens em que o governante apresenta a decisão tomada e suas razões e/ou justificativas para tal. Ela também contempla os benefícios, efeitos e/ou resultados atingidos por meio da decisão tomada.

6) Conteúdo Fiscal:

Conteúdos que dizem respeito à administração fiscal se relacionam com a ideia de transparência fiscal, que se refere à possibilidade de prestação de contas a respeito da

destinação do orçamento e das finanças públicas por meio do acesso a informações sobre receitas e despesas do governo (ALMADA, 2017). Na categoria Conteúdo Fiscal estão postagens ligadas a essa transparência fiscal, que divulguem números de gastos, receitas, despesas, orçamentos, licitações, leilões, concessões, doações recebidas pela administração pública, entre outros assuntos que prestem contas fiscais do governo ao cidadão.

7) Informação e educação para a cidadania:

Cidadãos mais bem informados por governos que visam ser mais transparentes são capazes de ter mais controle da gestão do que é público e podem tomar melhores decisões políticas (ALMADA, 2017; AMORIM; ALMADA, 2014). A categoria de tema “Informação e educação para a cidadania” contempla postagens que informem e facilitem a formação de valores para a cidadania; o conteúdo dos posts da categoria pode levar ao esclarecimento a respeito de leis, do funcionamento de determinado instituto, órgão, atividade e iniciativa, entre outros aspectos que envolvam informações que educam e fomentam a cidadania.

8) Responsividade:

Um governo responsivo pela prestação de contas constitui um dos elementos principais para que haja boa governança, para maiores níveis de transparência governamental, para uma boa relação entre Estado e cidadão e para a comunicação de governos via digital (ALMADA, 2017; KIM ET AL., 2005). Na categoria “responsividade” estão postagens que apresentam o posicionamento do governante em nota de repúdio, pedido de desculpas, ou declaração oficial do governo ao cidadão.

9) N.D.A:

Nesta categoria, publicações que não foram classificadas em nenhum dos temas anteriores, isto é, que não foram identificadas pela metodologia desenvolvida por esta análise como postagens com temas que possuam potencial de levar à promoção da transparência pública.

Na análise da prefeitura de São Paulo, os codificadores constataram que o principal tema das postagens foi o de Ações Governamentais, correspondendo a mais de 34% dos posts.

Tabela: número e percentual de postagens da prefeitura de São Paulo por categoria.

Categoria1		
Ações Governamentais	181	34,28%
N.D.A	124	23,48%
Serviços Público-sociais	78	14,77%
Convite ao engajamento público	49	9,28%
Informação e educação para a cidadania	45	8,52%
Tomada de decisão, seus resultados e/ou efeitos	24	4,55%
Agenda	11	2,08%
Conteúdo Fiscal	10	1,89%
Responsividade	6	1,14%

Fonte: elaboração própria

Entre as postagens da prefeitura do Rio, mais da metade do total de posts corresponde a três categorias cujos temas possuem potencial de levar à promoção de transparência – Convite ao engajamento, Ações Governamentais e Serviços Público-sociais.

Tabela 2: número e percentual de postagens da prefeitura do Rio de Janeiro por categoria

Categoria1		
Convite ao engajamento público	118	20,07%
Ações Governamentais	115	19,56%
Serviços Público-sociais	100	17,01%
N.D.A	86	14,63%
Informação e educação para a cidadania	59	10,03%
Tomada de decisão, seus resultados e/ou efeitos	52	8,84%
Agenda	28	4,76%
Conteúdo Fiscal	22	3,74%
Responsividade	8	1,36%

Fonte: elaboração própria

Os resultados mostraram predominância de postagens cujos temas possuem potencial de levar à promoção de transparência pública. Houve, assim, um potencial de promoção de transparência por meio de um tipo de comunicação sem exigências legais, isto é, que não precisaria, por lei, ter esse canal de visibilidade com o cidadão.

No entanto, os resultados apresentaram temas possíveis de colaborar com a transparência e que não são explorados pelas prefeituras. Houve baixo investimento das páginas dos dois municípios em postagens de Agenda, Conteúdo Fiscal e Responsividade, assuntos importantes na teoria da transparência pública. Como já visto nesta

pesquisa, pela Agenda do governante, o cidadão pode acompanhar a gestão do político, sendo este um instrumento de acompanhamento e de interação do cidadão com o governo (ALMADA, 2017). Por meio da publicização de conteúdos fiscais – abertura de orçamentos, políticas tributárias, operações de financiamento do governo, contas públicas, elaborações de políticas e projeções fiscais –, o cidadão monitora orçamentos, despesas, receitas e as destinações dadas ao dinheiro público, sendo este mais um mecanismo de controle cognitivo da sociedade sobre a gestão estatal (KOPITS E CRAIG, 1998). Por fim, em um sistema democrático, Estado tem obrigação de ser responsivo à esfera civil sobre assuntos de interesse público, sendo a responsividade elemento chave para uma melhor governança e relacionamento com o cidadão (SILVA, 2009; ALMADA, 2017). Ao não dar relevância a postagens desses temas, as prefeituras deixam de obter possíveis ganhos em requisitos democráticos e de transparência.

Pelos resultados, também se percebeu a ênfase dada pelas prefeituras a postagens de Ações Governamentais e Serviços Público-sociais. Com definições que muitas vezes se entrelaçam, esses temas se justificam pela importância do acesso à informação para uma transparência mais efetiva; a prestação de contas política só se cumpre quando também há a garantia de acesso a informações públicas, pois munidos de mais informações sobre as ações e os serviços promovidos por seus governos, os cidadãos podem ter mais controle da gestão do que é público (AMORIM; ALMADA, 2014).

4. Conclusão

Contudo, este artigo procurou analisar se a comunicação via Facebook das prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro – as duas cidades mais populosas do Brasil – ao longo do ano de 2017 abordou temas com potencial de levar à promoção de transparência pública. Para isso, utilizou uma metodologia qualitativa de análise de conteúdo por meio de nove categorias de análise. Seus temas não necessariamente levam à promoção de transparência, mas apresentam potencial de contribuir para tal. Nesse sentido, a pesquisa compreendeu o potencial de as postagens levarem à promoção de transparência a partir do referencial teórico e empírico estabelecido previamente por este estudo.

As categorias utilizadas pela pesquisa foram Ações Governamentais; Serviços público-sociais; Agenda; Convite ao engajamento público; Tomada de decisão, seus

resultados e/ou efeitos; Conteúdo Fiscal; Informação e educação para a cidadania; Responsividade; e N.D.A. A classificação das postagens foi feita por três codificadores que, ao fim, entraram em consenso sobre os resultados.

As 1.116 postagens feitas ao longo de 2017 no Facebook – 528 pela página oficial da prefeitura de São Paulo e 588 pela do Rio – foram analisadas e categorizadas. Em relação à página de São Paulo, o tema mais recorrente nos posts foi o de Ações Governamentais, quase vinte pontos percentuais acima do segundo, Serviços Público-sociais. Sobre a página da prefeitura do Rio, mais da metade das postagens correspondem a três categorias – Convite ao engajamento, Ações Governamentais e Serviços Público-sociais.

A partir desses resultados, a pesquisa constatou predominância de postagens cujos temas possuem potencial de levar à promoção de transparência pública, havendo, assim, potencial de transparência por meio de um tipo de comunicação sem exigências legais e se configurando como um canal de visibilidade governamental.

Vale ressaltar nesta conclusão que a pesquisa analisou se os temas veiculados nas postagens podem gerar promoção de transparência pública independente da intenção do governante na publicação destes posts. Além disso, este estudo é o início de desenvolvimento do tema, com perspectiva de expansão em tese posterior. Nesse sentido, muitos aspectos serão mais detalhados e trabalhados em futuros estudos.

Nesta análise, foi constatado um baixo investimento pelas prefeituras em postagens de Agenda, Conteúdo Fiscal e Responsividade, e uma ênfase nos temas de Ações Governamentais e Serviços Público-sociais. Este dado merece ser utilizado como hipótese nos próximos estudos do tema, a fim de averiguar se há um padrão de importância de assuntos que se repete em outras prefeituras.

Ao classificar as postagens, os três codificadores divergiram em ocasiões em que os posts poderiam se encaixar em mais de um tema. Os casos mais recorrentes se deram em relação às categorias Ações Governamentais, Serviços Público-sociais e Tomada de decisão, seus resultados e/ou efeitos. No entanto, vale ressaltar que as categorias utilizadas pela pesquisa estão em sua primeira versão. Por isso, ainda precisam ser revistas e debatidas em seus conceitos levando em conta as divergências ocorridas quando utilizadas nesta pesquisa para que, dessa forma, se tornem mais robustas em futuros estudos.

Sobre a parte teórica, é necessária uma revisão mais completa a respeito da perspectiva da comunicação. Além disso, uma discussão mais aprofundada a respeito dos estudos de redes sociais digitais precisa ser incluída.

Referências

- Almada, M.P. (2016). Avaliação da eTransparência em portais de governos nacionais: uma comparação entre Brasil, Estados Unidos e Reino Unido. **Tese** Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- Amorim, P. K.; Gomes, W. (2013) O estado da transparência digital das capitais brasileiras: um estudo sobre e-transparência fiscal. In: **Anais do V Compolítica**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013.
- Amorim, P. K. (2012). Democracia e Internet: a transparência de gestão nos portais eletrônicos das capitais brasileiras. **Tese** (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- Bannister, F., Connolly, R. (2011). The TroublewithTransparency: A CriticalReviewofOpenness in e-Government. **Policy& Internet**: Vol. 3: Iss. 1, Artigo 8. Disponível em: <http://www.psocommons.org/policyandinternet/vol3/iss1/art8>
- Bertot, J.C., P.T. Jaeger, S. Munson, and T. Glaisyer. (2010). Social Media Technology andGovernmentTransparency. In: **Computer** 43 (11): 53-59.
- Brandão, E.P. (2009). Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. Disponível em:<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>
- Chi, F., Yang, N. (2010). Twitter in Congress: OutreachvsTransparency. In **MunichPersonalRePEcArchive (MPRA)**, Paper No. 24060. Disponível em <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/24060/>
- Fung, A. (2013). Infotopia: UnleashingtheDemocratic Power ofTransparency. **Politics&Society**, 41(2), p.183– 212.

Kim, P.S., Halligan, J., Cho, N., Oh, C.H. & Eikenberry, A.M. (2005). Toward Participatory and Transparent Governance: Report on the Sixth Global Forum on Reinventing Government. **Public Administration Review**, 65(6), 646-654.

Kunsch, M. (2014) Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e abrangência conceitual. In **Sistema de Información Científica**, v. 8, n.2.

Silva, S. P. (2009). Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado Salvador. **Tese** Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

Silva, S. P.; Bragatto, R.C.; Sampaio, R.C. (org.). **Democracia Digital, Comunicação Política e Redes, teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

Weber, M. H; Coelho, M. P; Locatelli, C (org.). **Comunicação Pública e Política, pesquisas e práticas**. Florianópolis: Insular, 2017.

Weber, M. H.; Carnielli, F. (2016). A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. In **XXV Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 7 a 10 de junho de 2016.

PALAVRAS DE INSURGÊNCIA NAS NOTAS DE ESTOPIM DAS OCUPAÇÕES UNIVERSITÁRIAS NO CEARÁ EM 2016*

Daniel Paiva De Macêdo Júnior¹

Márcia Vidal Nunes²

Resumo

O Brasil que viveu golpe na democracia em 2016; viu, no mesmo ano, levante marcado por ocupações estudantis em todos os cantos do país. Interpretar os atos de insurgência e o radical de ação direta promovido nas Universidades perpassa pela identificação dos discursos que compilam as posições, marcos e acúmulos. Em notas e cartas, estudantes-ocupantes proclamavam a cada nova ocupação um lugar de (r)existência e toavam falas sobre a conjuntura social e as intencionalidades de cada ato. No intento de avaliar a existência de elos que unem as ocupações universitárias no Ceará, reunimos as notas e os modais textuais e, partindo da análise do discurso registrado nos textos, conferir os pontos de intersecção que permitem a coesão de um movimento.

Palavras-chave: ocupações universitárias; notas; narrativa; Ceará.

1. Nas ruas, nas praças: a insurgência estudantil

Diante do fim das vias de diálogo, Marcuse (1999: 94) considera que “única forma de contestação: desobediência civil e ação direta”. Não à toa: de norte à sul do Brasil de dimensões continentais e compreensão em pluralidades, em movimento e resistência, universitários intensificaram as trincheiras ocupando Unidades Acadêmicas, Reitorias e, claro, as ruas para gritar Fora Temer e pelo fim do ajuste fiscal.

A palavra de ordem #OcupaTudo unia o movimento estudantil em todo o país propagandeando a tática de ação direta para, frente à conjuntura nacional, opor-se com a intensidade proporcional aos descontentamentos juvenis. Com rapidez a hashtag ecoou nos corredores e validou a percepção que “a ocupação de prédios e a interrupção de aulas são atos legítimos de protesto político” (MARCUSE, 1999: 93), tomando forma em barricadas, atos e performances para estabelecer um novo paradigma de domínio das salas de aula das Universidades.

* Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política durante o XV Poscom PUC-Rio, de 6 a 9 novembro de 2018.

¹É mestrando em Comunicação da UFC e pesquisador do Grupo de Pesquisa Mídia, Política e Cultura - vinculado ao PPGCom.

²Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (1998).

O Ceará não fugiu ao chamado e se converteu em efervescência estudantil. Rapidamente, despontaram ocupações em Universidades do sertão ao litoral em trajetória emergente – registrada em livro-reportagem (MACÊDO JR, 2017a) e, a cada proclamação, estudantes posicionavam-se contrários à PEC 55/2016 e levantavam a bandeira 'Fora Temer'!



Figura 1: Mapa de Ocupações e Mobilizações Estudantis no Ceará.
Fonte: Acervo da Pesquisa/2017

A sublevação estabelecida pelos estudantes ao paralisarem as atividades acadêmicas no Campus Cajazeiras do Instituto Federal do Ceará (IFCE) na cidade de

Iguatu, em 21/out; transcorreu ao Crato, onde universitários seguiram em romaria e ocuparam a Reitoria da Universidade Regional do Cariri (URCA) em 25/out; seguiu à Fortaleza, fincando raízes no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC) em 01/nov e, junto à deflagração de greve estudantil geral em assembleia histórica no dia 03/nov, a palavra de ordem 'Ocupa e Resiste' ganhou sentido e tônica com o boom de 34 cursos de graduação ocupados em todos os campus da Universidade na capital cearense; bem como incidência de greve estudantil em cursos não-ocupados na capital nos campus do Interior. A Universidade Federal do Cariri (UFCA) também floresceu, ocupando o Campus Crato em 05/nov; e o Campus Juazeiro do Norte no dia 09/nov. No mesmo dia, em Fortaleza, estudantes de Artes Visuais ocuparam o Campus Aldeota do IFCE. Em 16/nov, foi a vez da Universidade Federal da Integração da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB), no Campus da Liberdade, em Redenção; e do Campus Crato do IFCE. Só em 22/nov, o Campus dos Palmares da UNILAB, em Acarape, aderiu à sequência.

Por todos os cantos, estudantes permitiam às Universidades ganhar a tônica de suas reivindicações. Não há novidade em ocupação estudantil, “assim como não há novidade na oposição que ela desperta entre os setores mais conservadores da comunidade acadêmica.” (BIANCHI, 2008: 25). O que se tem de novo é a expressividade de um movimento que, espalhado pelo país e pelo território cearense, acomete um ciclo de insurgência estudantil desterritorializado dos grandes centros urbanos e, em sua profundidade, com a capacidade de marcar o atual período histórico.

Muito diziam os Reitores e componentes da Administração Superior, os jornais, as esferas de governo e, claro, a própria população sobre as motivações que impulsionaram jovens estudantes a abandonarem o conforto e segurança de seus lares à subverterem a ordem pública e construir o maior movimento de ocupações universitárias da história brasileira. Contudo, nem tudo – ou a maior parte – correspondia aos anseios e afirmações dos discentes.

Considerando o jornalismo, os estudos de Macêdo Jr. (2017a; 2017b) ao debruçar-se sobre a produção de sentidos nas apurações jornalísticas sobre a experiência de ocupações universitárias no pós-golpe, revela duas coisas que merecem ser destacadas neste trabalho: a primeira, está na concentração de visibilidade em torno da Universidade Federal do Ceará em detrimento das experiências sertanejas – anteriores e com maior processo de incidência, entretanto, distantes da capital e não-localizadas no locus de poder – e; a segunda concentra-se na omissão das produções jornalísticas em ouvir estudantes

Para se fazerem ouvidos, sempre ao brotar uma ocupação, estudantes-ocupantes emitiam nota pública para comunicar à todos a nova ordem de funcionamento e pontuar os motivos e avaliações que mobilizaram o movimento. Partia, ali, um diálogo social a fim de tornar compreensível a ruptura com a ordem cotidiana e estabelecer vínculos de comunicação. Constituindo-se como um documento público acessível às pessoas, cada nota, ao exprimir uma formulação, denota a visão particular de cada experiência.

2. Notas para pautar utopias nos movimentos sociais

Estabelecer laços de comunicação e promover a visibilidade, bem como as inquietações originárias e ensejos futuros, ao conjunto da sociedade é um paradigma essencial para ampliar a assimilação em torno das causas a partir dos sujeitos que a protagonizam. Principalmente quando trata-se de movimentos sociais - constantemente alvos de criminalização dos veículos de comunicação de massa - pois estes demandam “de espaços de visibilidade [...] para fazer-se presente na cena pública, mobilizar outros indivíduos e, assim, exercer pressão coletiva” (MARQUES; NOGUEIRA, 2012: 140)

Ao expor a versão dos acontecimentos em notas e cartas que concentram as vivências de militantes e caracterizações sobre a conjuntura, os movimentos sociais permitem ampliar as perspectivas de entendimento dos fatos; pois trazem ao centro as falas de perfis que, no todo, pouco são ouvidos pela mídia. Assim, “percebem que noticiar é uma forma eficaz de interagir com o mundo” (DREIER; PIVA, 2009: 1) e pluralizar as versões que constituem a memória social e marcam passo na disputa de narrativas. É natural que, neste fluxo,

“as instituições trabalham para serem 'lembradas' [...] Para atingir esse objetivo, produzem textos informativos para divulgação jornalística, compreendendo pautas, releases, position papers, informes oficiais, comunicados, artigos, notas técnicas. Enfim, produzem notícias” (DUARTE, 2003: 146.)

Textos públicos são, portanto, mecanismos de construção de relações públicas dos movimentos sociais com transeuntes, instituições oficiais, veículos de comunicação e quem mais tome em mãos as palavras ali contidas. Nada novo, afinal, “as relações públicas estão voltadas também para ativar mudanças sociais e culturais” (MAFEI, 2004: 29). Por isso,

“ao tomar para si a responsabilidade de produzir e difundir os seus próprios conteúdos, essas organizações desenvolveram canais para expressar as suas práticas culturais, os seus valores e as suas interpretações de mundo, de modo a veicular informações diretamente relacionadas ao contexto em que estavam inseridos, contribuindo, assim, para a formação e o enriquecimento do patrimônio cultural da própria comunidade” (FONSECA, 2011: 69)

Temos, por consequência, um discurso de autoafirmação. Notas, cartas e outros modais textuais adotados por movimentos sociais tornam possíveis a representação das ideias do grupo em documento oficial, tomando arquivo. Considerando que as discussões sociais compõem-se em torno “do que se fala, do que é promovido e comunicado, do que ganha dimensão pública e atinge maior número de pessoas” (DREIER; PIVA, 2009: 3), as notas ganham às ruas como mídia que compila a fala de um conjunto de pessoas, promovendo ideias e comunicando-as aos leitores uma oração pública sobre algo que pretende-se massificar, portanto, disposto à alcançar ao máximo de pessoas.

3. Uma fotografia do micro ao macro

Levando em conta que cada nota representa as posições e debates produzidos que culminaram em ocupações universitárias; juntas, é possível traçar as informações e discursos a fim de compor um panorama capaz de apreender as especificidades de cada ato e de revelar as expressões, intersecções e convergências que caracterizam o discurso do movimento no Ceará. Saindo, portanto, das atomizações locais para a revelação de uma fotografia unitária sobre este episódio importante da história cearense e nacional.

Assim, mesmo dispersas em impressões nos Centros Acadêmicos e em *posts* públicos nas páginas de *facebooks*, foram reunidas 28 notas para efetivação desta pesquisa a fim de fomentar a análise do conteúdo. Temos, em consequência, um exercício que se finca na abordagem “do discurso como prática social, efeito de sentido entre interlocutores, construído no movimento em que se interligam o intradiscurso e o interdiscurso.” (SILVA, 2008: 39)

Vale considerar que esta avaliação só é possível a partir da atividade que envolve a análise dos discursos registrados sobre o estopim das ocupações; Esta é uma prática que assemelha-se à montagem de um quebra-cabeças para conferir e denotar os pontos de convergência e unidade do movimento – ou sua ausência. Assim, ao cruzar as informações contidas nos documentos em análise, compila-se uma visão estudantil complexa sobre a conjuntura do país; a relação da classe com o governo Michel Temer e as medidas por ele impostas; e a prática de ação-direta como afirmativa tática. Permitindo, portanto, compilar uma fotografia mais realista do que diziam os estudantes cearenses – para além da palavra de ordem 'Ocupa e Resiste!'.

3.1. Temer sai, Estudantes ficam.

“Fora Temer!” exclamavam as notas das assembleias estudantis de Comunicação Social, Psicologia, Letras, Geografia, Biologia, Fisioterapia dos Campi em Fortaleza; Psicologia do Campus Sobral da Universidade Federal do Ceará e na Ocupação do Campus Redenção da Universidade Federal de Integração da Lusofonia AfroBrasileira. Do Sertão ao Litoral cearense, estudantes não tem dúvida: Vivemos um golpe à democracia.

A contrariedade ao Governo interino e a denúncia ao golpe institucional vivido no Brasil eram constantes nas falas e anseios de cada comunicado. Assim, os registros textuais se acumulam sob a compreensão de que

vivemos hoje um cenário sociopolítico que exige que não sejamos omissos e omissas. O golpe à democracia, protagonizado pelo presidente ilegítimo, Michel Temer, é resultado do avanço do conservadorismo. (DABIO UFC, 2016)

Afinal, “os ataques desse governo TEMERoso intensificam a exploração da classe trabalhadora em nosso país que é quem realmente está pagando o 'pato'” (CAAA UFC, 2016) frente a ruptura democrática e a imposição de uma agenda e projeto de nação sem legitimidade popular.

A insatisfação com a precarização do sistema público não é uma novidade do pós-golpe. Contudo, se intensifica a partir das medidas arbitrárias e sem diálogo com o povo sobre o caráter das decisões tomadas pelo Governo Federal, promovendo uma postura “ainda mais truculenta e intransigente que o anterior” (CAPA UFC, 2016). À vista disso, estudantes revelam estarem “cansados do sucateamento das nossas Escolas, Universidades, Hospitais, que já vem de antes do governo Temer e, com o golpista, se acentua a cada dia que passa.” (DATA UFC, 2016).

Convertendo-se em incidência política, a fotografia geral dos acontecimentos vividos permite aos discentes o reconhecimento de classe para formulação de um olhar sobre o cenário político do país e, também, pautar a conjuntura alvo de debates que os atinge de forma direta ao referenciar a condição de ser jovem periférico frente aos ataques.

“Nós, estudantes oriundos destas ditas 'minorias sociais', desfavorecidas no contexto político, econômico e cultural, reivindicamos primeiramente a destituição do atual governo, junto com seu pacote de retrocessos sociais.” (OCUPAÇÃO DA UNILAB, 2016)

3.2. Ajuste econômico sai, Educação Pública fica!

“Estamos na luta não só para derrubar o Temer. Isso já é de lei” (DCE UFC, 2016), imprimiam para, apesar da centralidade do não-reconhecimento do Governo Golpista, pontuar a existência de outras pautas de manifestação encampadas pelo

movimento estudantil e acentuadas no governo em vigência; como a Medida Provisória 746/2016 de Reforma do Ensino Médio, o Projeto de Lei do Senado 193/2016 da Escola sem Partido e a Proposta de Emenda Constitucional 55/2016 (antiga PEC 241/2016) de Novo Regime Fiscal. Tais medidas representam o fruto da “inconformidade da elite com os progressos sociais dos últimos tempos e se concretiza com a tomada de medidas de austeridade e de apolitização da sociedade.” (DABIO UFC, 2016)

Não à toa, a temática pauta assembleias e convoca estudantes para discutir política e apontar estratégias para visibilizar suas formulações; uma vez lidando com paradigmas diretos de Universidades que já sofrem com a precarização, incita discentes a refletirem “como isso [PEC 55] nos atinge no momento atual e em um cenário futuro.” (CAMUS UFC, 2016)

Ao avaliar as medidas, assembleias emitem olhar crítico à PEC 55/2016, pois

“ela tem como objetivo limitar o crescimento das despesas do povo brasileiro, congelando os gastos da saúde, educação e assistência social por 20 anos. Na prática, pretende privatizar essas áreas, parando os investimentos para abrir caminho para a iniciativa privada.” (DATA UFC, 2016)

Trata-se, portanto, de um contrassenso. Dado que “os atuais investimentos em educação, saúde e previdência não estão suficientes para a atual demanda brasileira e é imprudente fazer um congelamento nessas áreas” (CAGB UFC, 2016). Considerando que o congelamento de valores para investimentos se dá apenas nas áreas sociais e ignora o montante destinado à dívida pública externa – que acumulou 42,43% do Orçamento Geral da União em 2015, segundo a Auditoria Cidadã da Dívida Pública (2016) – afirma-se que “na vida real, se trata de manter o pagamento aos banqueiros e diminuir os investimentos do estado em quem mais precisa, que é o povo.” (DCE UFC, 2016)

A educação figura-se entre os setores inclusos nos ataques da PEC 55/2016 e remonta memória de outros tempos, experienciada na vivência de outros sujeitos mas que ainda ronda o imaginário e o discurso sobre a academia cearense. Na Universidade Pública,

“o que parece um deja vu é a realidade da Universidade que encontramos em 2016, beirar o colapso com o subfinanciamento, da mesma forma que ocorria nos anos 1990. Universidade sem dinheiro para pagar conta de luz, sem dinheiro para novas carteiras, sem dinheiro para manter laboratórios, sem dinheiro para manter os estudantes estudando.” (DCE UFC, 2016)

e aprofunda-se à cada realidade. Seja nos

“desmontes causados pelo Governo Federal (golpista) à Educação Superior têm tido severos impactos nos programas de pós-graduação, desde os cortes de bolsas de pesquisa até o início do processo de privatização de Mestrados e Doutorados.” (DATA UFC, 2016)

seja na iminência de aprofundação da precarização já sofrida em cada instituição de ensino superior; a situação condiciona a oposição “a todas as consequências prejudiciais que estas medidas trazem sobretudo para a situação da educação brasileira” (CAPA UFC, 2016), e incita estudantes a germinarem jornada de lutas e ocupações no Ceará.

3.3. Ocupar as ruas e Universidades sem Temer

Existe nas notas o consenso de que “não podemos aceitar de forma alguma a situação que nos é imposta pela PEC 55” (CAQD UFC, 2016), urgindo a resistência pela necessidade de atuação dos “estudantes, professores e de toda a classe trabalhadora frente aos retrocessos articulados no Congresso Nacional.” (CADR UFC, 2016). Claro, a insurgência não ficou engavetada em arquivos e, assim, nasceu “um movimento de repúdio à PEC 55” (CANF IFCE, 2016) ancorado à represália do Governo interino.

A palavra de ordem ganha coro “para barrar a precarização: Greve Geral na Educação!” (DATA UFC, 2016) transmitindo ideais de ação direta, almejando parar a educação superior no Brasil e transmitir o recado: Ocupam as ruas, as Universidades e o imaginário popular cearense ao subverter a ordem do cotidiano, porque “ocupar é nossa forma de resistir contra um governo ilegítimo.” (CAPA UFC, 2016)

Estudantes, ao travar trincheiras e eclodir ação direta nas cidades contra a PEC 55, o faz para conjugação de memória social da classe e exercício de responsabilidade histórica perante a conjuntura que os imerge. É notório que

“o movimento estudantil possui a tarefa histórica de lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Nesta tarefa muitas e muitos tombaram durante a ditadura militar. A história sempre soube compreender a importância do movimento estudantil. É por uma tarefa histórica que ocupamos a UFC!” (DCE UFC, 2016)

Ao impulsionar o ciclo nos departamentos, unidades acadêmicas e reitorias universitárias no Ceará, se posicionam “contra as medidas de sucateamento da educação pública, fruto de políticas de governos anteriores e endossadas pelo governo Temer.” (CAPSI UFC, 2016) e ratificam: mobilizam-se

“pela defesa dos direitos sociais ameaçados pelas medidas do governo Temer, oriundo de um golpe parlamentar. Ocupamos por uma educação crítica e bem distante das mordidas do obscurantismo. Ocupamos por uma Universidade a altura dos nossos sonhos para permanecer e ter uma formação digna em todos os aspectos. Ocupamos contra o autoritarismo e a falta de democracia ainda presente em nossa Universidade. Ocupamos por nós que aqui estamos e pelos que virão” (CAFTA UFC, 2016)

Este é um sentimento comum, que permite “sinergia entre ocupações com a intenção de mostrar que somos fortes e podemos, sim, incomodar o grupo que está tentando nos empurrar a PEC 55 goela a baixo.” (CAMI UFC, 2016) A soma de

esforços para manutenção reforçava a unidade que o enfrentamento às pautas elencadas pedia e, com tamanhos intentos, florescia a concepção de que “juntos construiremos nossa luta por uma Universidade e um Brasil melhor” (CAGB UFC, 2016)

4. O que nos UNE

Não versa-se apenas sobre o sentimento de unidade ou a aparente existência de uma unidade metodológica, pois, para além da tática de ação direta via ocupações, outros elementos possibilitam maior profundidade para avaliação de um processo unitário que constitui a raiz do movimento. A partir da análise das notas de deflagração, as marcas textuais permitem atentar-se à três pontos de alta congruência no movimento: A unidade de discurso político; o modelo democrático para início da ação e; por fim, um norte que aspira uma nova cultura política.

4.1. Às ruas, a palavra de ordem

Existe no Ceará uma avaliação conjuntural unitária que traz à ordem do dia o enfrentamento ao governo Temer e à recusa da PEC 55. Estes são elementos constantes em todos os títulos analisados, que impulsionam a efetivação das ocupações; e assumidas como as primeiras causas do movimento nas notas de deflagração de greve estudantil na UFC e de ocupação da Reitoria da URCA, do Campus Aldeota do IFCE e do Depto. de História/UFC.

O grito é um só. Mesmo geograficamente espalhadas no território cearense, percebe-se coesão e liga entre as posições que norteiam a insurgência estudantil; apesar das tradições políticas diferentes que acometem movimentos de juventude e às práticas do movimento estudantil em cada curso, em cada campus e em cada Universidade, a situação do país impulsionou unidade de ação nas ruas e na palavra de ordem.

Vale considerar, ainda, que ao referenciarem a construção local como parte do movimento nacional ou reivindicarem posição numérica no monitoramento de Instituições ocupadas promovido pela União Nacional de Estudantes – como registram as notas estudantis de de Fisioterapia/UFC, do Campus Aldeota do IFCE, da UNILAB e da Reitoria da URCA – universitários cearenses caminham na construção de uma percepção coletiva e unitária do movimento.

4.2. A democracia dos estudantes

Em todas as notas analisadas, demarca-se que a prática de assembleias. Elas são a instância máxima de decisão do movimento estudantil em cada curso ou Universidade – a depender de sua esfera convocatória: geral ou de área.

As assembleias constituem em marco central para a afirmação da democracia estudantil, pois, nela, todos os presentes podem expor suas posições, fomentar o debate de ideias para, ao fim, todos votarem os rumos daquela classe. Ao promoverem assembleias para realizar debates e tomar decisões, o movimento permite ampliar e aprofundar a clareza sobre as pautas em discussão; assim como a exposição de divergências e, inclusive a possibilidade de não ocupar. Ganha o debate, ganha a democracia e o espírito coletivo.

Neste sentido, a efetivação das ocupações denota a percepção de existência de uma maioria que não concorda com os rumos do governo Temer e com os (des)caminhos da PEC 55. Para atestar, as assembleias exercem a cultura de tomada de decisões somente com o estabelecimento de quórum³ e apenas iniciam-se após aprovação de assembleia com quórum, ainda que isso implicasse na realização de mais de uma edição, como aconteceu no LABOMAR/UFC. A primeira Assembleia estudantil – realizada em 08 nov. 2016 - do Instituto que reúne os cursos de Oceanografia, Ciências Ambientais e Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais não alcançou quórum; assim, amadureceram a discussão e convocaram nova assembleia para 14 nov. 2016 e, ao estabelecerem o quórum, discutiram e aprovaram a ocupação do prédio. Este é um bom exemplo para entender a democracia estudantil e respeito à participação, ao debate e às decisões coletivas.

A inquietação estudantil perante as pautas reverberou em casa cheia em todas as assembleias que deflagraram ocupação, de modo que as pautas e a urgência em discutilas atuou como mobilizadora. Mesmo num cenário de “crise e negação da política” (MOTA, 2004),

“esta é a primeira Assembleia Geral de Discentes do Bacharelado em Biotecnologia a alcançar tamanha quantidade de participantes [62,2% do total de estudantes], o que demonstra o engajamento dos discentes em relação às pautas apresentadas e relevância delas no cenário acadêmico brasileiro atual.” (CAGB UFC, 2016)

³ - Quórum é a quantidade mínima de estudantes que estabelece legitimidade à assembleia. O número é regulamentado pelo estatuto dos Centros Acadêmicos para assembleias de curso; e pelo estatuto do Diretório Central de Estudantes para assembleias gerais.

A alta taxa de participação estudantil é uma constante, como a Assembleia Geral que deflagrou greve estudantil na UFC e contou com contingente superior a 1800 credenciados – entrando aos anais como um dos maiores fóruns estudantis da Universidade para debater política e nunca antes visto com tamanha intensidade nos últimos cinco anos.

4.3. Apontamentos para uma nova cultura política

As trincheiras que representam a insurgência estudantil, demarcam o protagonismo de um setor que não se dá por vencido frente ao golpe à democracia e continua encampando as avenidas e vias públicas, ecoando sonhos e lutas contra os retrocessos anunciados. Estudantes são, a partir da jornada de ocupações de 2016, a primeira categoria a denunciar os ataques nas áreas sociais representados pela PEC 55 e, em mesma via, confrontar o Governo Federal com ação direta em plataforma nacional para interferir no cotidiano das cidades e tornar mais palpável o discurso de discordância.

Fora das mesas de negociação, universitários apresentam um movimento mais combativo, radical e sem nada a Temer. A decisão de tomar cada Instituição de educação para consolidação do poder popular se convencionou no intento transmitir - de forma direta, mas também simbólica – a revolta e desalento estudantil com o atual panorama brasileiro. Por isso, o exercício metodológico de ocupar as salas de aula e espaços de educação formal também se apresentam como um discurso que promove a unidade do movimento e uma fotografia pública.

O enfrentamento com as instâncias de Governo, se dá na disputa de consciências com o registro e propagação do discurso de contrariedade às medidas tomadas; mas também se dá com a tomada de poder dos espaços que sofrem ataques. Por isso, longe do intento de promover esvaziamento ou depredação dos espaços ocupados, pretendia-se o “intuito de mostrar nossa apropriação pelo espaço. Ocupar legitimamente o que já é nosso” (CAPSI UFC, 2016). Assim, ao cuidar da Universidade, se propõem por meio das ocupações a abrir suas portas à comunidade e desenvolver outros modais de conhecimento (CADR, 2016; CAPSI, 2016) e permitem uma revolução na proposta, modo e horizonte de produzir conhecimento na academia.

Por toda essa trajetória contida nos documentos, denota-se pistas para constituição de uma nova cultura política. Do exercício de unidade simbólica e material fruto da mobilização de estudantes à construção de outro modelo de sociabilidade no espaço acadêmico fruto da tomada de poder, percebe-se marcas de um tato que condiz a

um substrato diferente do papel que as Instituições de Ensino Superior radicam e, até mesmo, das práticas de disputas habituais do movimento estudantil.

Perceber isso nos leva a questionar sobre quem são os perfis que promovem a raiz de unidade capaz de convencionar tais apontamentos e; neste sentido, é justo reconhecer que são estudantes precarizadas advindas das periferias que, forjadas no enfrentamento à desigualdade social e econômica, ao ocupar a Academia trazem consigo as experiências para revolucionar, inclusive, os ambientes e formulações que se propõem revolucionários. Portanto,

“Nossa luta não é apenas para garantir nossos direitos presentes, mas também para garantir o direito de um futuro mais justo. Ocupando a universidade em que estudamos, e que é nossa por direito, estamos ocupando um dentre os tantos espaços que são negados para a maioria de nós, jovens brasileiros de média e baixa renda.” (CAPA UFC, 2016)

Considerações finais

A análise permite a assertiva de unidade do movimento de ocupações no Ceará. Para além da convergência nas pautas estabelecidas no discurso proferido, os estudantes-ocupantes reivindicam o lugar de construção coletiva e massiva. Juntos à onda nacional, agitam: Fora Temer e contra a PEC 55!

Esta conclusão só é possível neste trabalho graças a existência das notas, dado que elas constituem a tônica discursiva de cada experiência particular. Através delas, o movimento ganha fôlego e leitura atenta da população; e são por elas que o movimento torna-se protagonista na contação de sua própria história. Por fora dos documentos oficiais da ornamentação do Estado e para além da caracterização do jornalismo, as notas referendam a profundidade do discurso em primeira pessoa (do plural) e são, atentamente, uma fotografia textual sobre o mundo que circunda os universitários.

Portanto, é necessário respaldar o papel de centralidade que as notas conferem, como parte das relações públicas, à prática de falar para além de nós mesmos. É sobre sair do círculo e transmitir ideias para outros grupos sociais e, em mesma via, assinalar uma versão das ocorrências e a possibilidade de disputar a leitura dos fatos e a narrativa social. Neste fluxo, os movimentos sociais ampliam seu diálogo ao assessorar a comunicação e facilitar processos de informação com a emissão de conteúdo.

Referências

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA PÚBLICA. *Orçamento Geral da União* – Executado em 2015. Disponível em: <goo.gl/rGUcn2> Acesso em: 12 abr. 2018.

- BIANCHI, Augusto. *Transgressões: As ocupações de reitoria e a crise das Universidades Públicas*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.
- CENTRO ACADÊMICO AMÉLIA ALBA – CAAA UFC. *Carta Aberta à Comunidade Acadêmica da UFC*. [Carta - 03 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/ok9IpY> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO BATISTA NETO – CABN UFC. *Nota da Ocupação das e dos estudantes do Departamento de Ciências Sociais – UFC*. [Nota - 08 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/I9fLGG> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO DA GRAD. EM BIOTECNOLOGIA – CAGB UFC. *Nota sobre a Assembleia Geral dos Discentes em Biotecnologia*. [Nota - 09 nov. 2016, Fortaleza/CE. 2f.] Disponível em: <goo.gl/QeUbLV> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO DAMIÃO XIMENES LOPES – UFC. *Nota Oficial Do Centro Acadêmico Damião Ximenes Lopes*. [Nota - 09 nov. 2016, Sobral/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/ISY9ve> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – CAGPP UFC. *NOTA DE POSICIONAMENTO*. [Nota - 07 nov. 2016, Fortaleza/CE. 01f.] Disponível em: <goo.gl/1e39HW> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO DE MATEMÁTICA INDUSTRIAL – CAMI UFC. *Matemática Industrial Ocupada*. [Nota - 15 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/xFDXdL> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO DE MÚSICA – CAMUS UFC. *Nota da Assembleia Geral dos Estudantes de Música da UFC Campus Sobral*. [Nota - 11 nov. 2016, Sobral/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/PAJj3I> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA – CAPSI UFC. *Nota da OCUPSI – Ocupação do Departamento de Psicologia da UFC*. [Nota - 10 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/UCejJy> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO DE PSICOLOGIA – CAPSI UFC. *Nota Pública: Pós-Graduação em Psicologia da UFC* [Nota - 11 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/djXLXb> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO DIAS DA ROCHA – CADR UFC. *Nota do C.A. referente à greve estudantil e ocupações no CCA*. [Nota - 18 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/bO9AA5> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO FREI TITO DE ALENCAR – CAFTA UFC. *História UFC Ocupada: Ocupar e resistir em defesa dos nossos direitos!* [Nota - 08 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/WhTczM> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO GRASIELA BARROSO – CAGB UFC. *Nota dos Estudantes de Enfermagem da Universidade Federal do Ceará*. [Nota - 08 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/geVvkI> Acesso em: 11 abr. 2017.
- CENTRO ACADÊMICO ÍCARO DE SOUSA – CAIS UFC; CENTRO ACADÊMICO MARIA DE LOURDES DA CONCEIÇÃO ALVES – MALOCA UFC. *LABOMAR ocupado*. [Nota - 14 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/2ByXDi> Acesso em: 11 abr. 2017.

CENTRO ACADÊMICO NICE FIRMEZA – CANF IFCE. *Curso Licenciatura Artes Visuais - IFCE: Ocupar e resistir, resistir para educar!.* [Nota - 09 nov. 2016, Fortaleza/CE. 01f.] Disponível em: <goo.gl/e5mgsJ> Acesso em: 11 abr. 2017.

CENTRO ACADÊMICO PATATIVA DO ASSARÉ – CAPA UFC. *Nota sobre a Ocupação de Letras – UFC.* [Nota - 07 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/NqBNEJ> Acesso em: 11 abr. 2017.

CENTRO ACADÊMICO QUATRO DE DEZEMBRO – CAQD UFC. *Nota aos alunos.* [Nota - 07 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/PCUNpH> Acesso em: 11 abr. 2017.

CENTRO ACADÊMICO SÔNIA GUSMAN – CASG UFC. *Fora Temer: Ocupar e Resistir contra o avanço do conservadorismo.* [Nota - 15 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/5EWFG0> Acesso em: 11 abr. 2017.

CENTRO ACADÊMICO XICO SÁ – CAXS UFCA et al. *Entenda como funcionou o processo da ocupação do Campus Juazeiro do Norte* [Nota - 12 nov. 2016, Juazeiro do Norte/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/3IGxIL> Acesso em: 11 abr. 2017.

DIRETÓRIO ACADÊMICO TRISTÃO DE ATHAYDE – UFC. *Lutar sempre e Temer jamais.* [Nota - 13 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/KcOE5R> Acesso em: 11 abr. 2017.

DIRETÓRIO ACADÊMICO TRISTÃO DE ATHAYDE – UFC. *Nota Pública dos Discentes do PPGCOM UFC.* [Nota - 17 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/PyqMgy> Acesso em: 11 abr. 2017.

DIRETÓRIO ACADÊMICO VALDINAR CUSTÓDIO – DABIO UFC. *Biologia Ocupada – Nota dos Alunos e das Alunas de Biologia da Universidade Federal do Ceará.* [Nota - 07 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/H84DJr> Acesso em: 11 abr. 2017.

DIRETÓRIO ACADÊMICO XIII DE JULHO – DAQUI UFC. *Greve Estudantil da Química na UFC.* [Nota - 08 nov. 2016, Fortaleza/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/Ixpm2> Acesso em: 11 abr. 2017.

DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES – DCE UFC. *Ocupar e resistir pelo Povo Brasileiro.* [Nota - 06 nov. 2016, Fortaleza/CE. 2f.] Disponível em: <goo.gl/dsxokS> Acesso em: 11 abr. 2017.

DUARTE, Jorge (Org.) *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.* 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DREIER, Fernanda; PIVA, Danubia. *Assessoria de imprensa em movimentos ativistas: ferramentas e ideologia.* Curitiba: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009.

FONSECA, André. *A comunicação nos movimentos sociais: do panfleto de protesto à educação para a cidadania.* Maringá: Revista Espaço Acadêmico, 2011.

MACÊDO JR, Daniel. *Ocupa e resiste: Memórias e representações do jornalismo cearense sobre as ocupações estudantis na Universidade Federal do Ceará pós-Golpe de 2016.* 2017. Monografia. Graduação em Comunicação Social | Jornalismo – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

_____. *Das barricadas vão às bancas: Representação das ocupações universitárias de 2016 pelo jornalismo cearense*. Curitiba: IL Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017.

MAFEI, Maristela. *Assessoria de imprensa: como se relacionar com a mídia*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCUSE, Hebert. *A grande recusa hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARQUES, Ângela; NOGUEIRA, Érika. *Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet*. Bauru: Revista Comunicação Midiática, 2012.

MOTA, Lourenço. *Em defesa da política*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

OCUPAÇÃO DO IFCE CRATO. *Manifesto*. [Nota – 16 nov. 2016, Crato/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/RQ17JE> Acesso em: 11 abr. 2017.

OCUPAÇÃO DA REITORIA DA URCA. *Estudantes ocupam a Reitoria da URCA em protesto ao Desgoverno Federal e suas deformas*. [Nota - 25 out. 2016, Crato/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/CDwcxA> Acesso em: 11 abr. 2017.

OCUPAÇÃO DA UNILAB. *Nota de Ocupação da UNILAB*. [Nota - 17 nov. 2016, Redenção/CE. 1f.] Disponível em: <goo.gl/r5oqsJ> Acesso em: 11 abr. 2017.

SILVA, Obdália. *Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem*. Salvador: Revista Faced, n.14, p.39-53, 2008.

As Revoluções do Capitalismo Cognitivo*

Gabrielle Granadeiro da Silveira **

Resumo

O sistema econômico capitalista sempre se baseou na exploração de nossa força de trabalho de diferentes formas e com o advento da internet e da web 2.0, alguns pesquisadores apontam que ele passou a explorar também nosso trabalho imaterial. É por isso que eles o chamam de capitalismo cognitivo, em que se extrai valor de nossa criatividade. Mas esta fase do capitalismo também nos abre possibilidades de resistência e subversão do sistema por ele mesmo. Este trabalho não apenas visa referenciar trabalhos realizados por alguns teóricos sobre esta nova forma de exploração, mas também comenta sobre algumas destas possibilidades de resistência que nos permitem a construção de um conhecimento comum.

Palavras-chave: Capitalismo cognitivo; tecnopolíticas; inteligência coletiva.

Introdução

Vivemos na época do capitalismo cognitivo¹. Toda a nossa economia é baseada nas ideias, nos conteúdos, no conhecimento tecnológico, no valor imaterial das mercadorias, no pensar. Mas como nas etapas anteriores também apresentadas pelo capitalismo, no sentimos atrelados a uma situação de injustiça, onde uns continuam tendo mais que os outros. Continuamos nos sentindo cansados, explorados e, embora passemos nossa vida correndo atrás da felicidade, temos a sensação de que estamos cada vez mais distantes dela.

O que é o capitalismo cognitivo e por que nos sentimos tão sem opções se vivemos em um sistema econômico baseado na criatividade? Estaria, de fato, nossa potencialidade humana sendo substituída pela da máquina, se mostrando a criatura superior a seu criador? De que forma podemos reverter este quadro e buscar um sistema mais justo, mais feliz? Tudo mudou, então nos perguntamos se ainda é possível lutar

* Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política durante o XV Poscom PUC-Rio, de 6 a 9 novembro de 2018.

** Mestrando em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio (2015) e Bacharel em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Barra Mansa – UBM (2009). E-mail: gabishtar@gmail.com.

¹ O termo “capitalismo cognitivo” é baseado nas mudanças tecnológicas a partir da internet e sua teoria se origina nos trabalhos dos franceses Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault e das pesquisas conjuntas do americano Michael Hardt e do italiano Antonio Negri.

por um mundo melhor para todos, ou será que devemos nos preocupar somente com nosso bem estar, buscando formas de conseguir financiar nossos luxos, nossas viagens, novas possibilidades de experimentar? Este trabalho busca redescobrir o capitalismo cognitivo não do ponto de vista de seus questionamentos, mas de suas possibilidades.

O economista Carlo Vercellone entende o capitalismo cognitivo como uma terceira etapa do capitalismo, que surgiu a partir de uma crise no capitalismo industrial, também conhecido como fordista, e se intensificou a partir dos anos 1980. Para ele, este momento é marcado pela “hegemonia do conhecimento, por uma intelectualidade difusa e pelo papel de direção de uma produção de conhecimentos por meio de informações conectadas pelo caráter cada vez mais cognitivo e imaterial do trabalho” (VERCELLONE, 2007: 16) que, de acordo com sua formulação, já estavam previstos por Karl Marx quando ele se referiu à noção de intelecto geral². Já Maurizio Lazzarato entende esta etapa como a transposição do capitalismo baseado no objeto para aquele baseado no desejo, no qual a importância da tecnologia se mantém, mas o tipo de tecnologia se altera:

Capitalismo sempre foi a relação entre a tecnologia, o saber e o próprio capital. O que muda é o tipo de tecnologia e de saber envolvidos na relação. São tecnologias novas que concernem à mente, tecnologias biológicas. E o saber mudou porque diz respeito a essas relações. O Capitalismo Cognitivo trabalha contemplando todas essas relações e saberes. Também sobre as relações cognitivas, de opinião, sobre o trabalho da mente, sobre formas de comunicação. (...) No dito capitalismo clássico, o que estava no cerne era a fabricação do objeto. Hoje, antes de fabricar o objeto é preciso fabricar o desejo e a crença. (...) Como disse Felix Guattari, é a máquina social que produz a máquina tecnológica (LAZZARATO, 2006).

De forma mais sintética, Matteo Pasquinelli descreve que essa economia do conhecimento em que vivemos é “descrita por dois paradigmas dominantes: de um lado, exploração da propriedade intelectual; de outro, exploração do capital cultural” (PASQUINELLI, 2010: 4), sendo que o primeiro paradigma está sublinhado pelas “Indústrias criativas” e a “‘economia criativa’ de Richard Florida é baseada de fato na exploração do capital geral humano de uma dada cidade” (Idem, p. 4 e 5). Por isso, o objeto principal deste trabalho é demonstrar de que forma é possível subverter tal exploração – ou ao menos parte dela - em prol da construção do comum.

² Baseado no trecho original “The third stage is that of cognitive capitalism. It begins with the social crisis of Fordism and of the Smithian division of labour. The relation of capital to labour is marked by the hegemony of knowledges, by a diffuse intellectuality, and by the driving role of the production of knowledges by means of knowledges connected to the increasingly immaterial and cognitive character of labour. (...) The principal elements of this new configuration of capitalism and of the conflicts that derive from it are, in large measure, anticipated by Marx’s notion of the general intellect.

Pensar junto?

Antes de entender de que forma é possível subverter a exploração do pensamento pelo capitalismo em conjunto é preciso levantar hipóteses sobre como uma economia baseada na intelectualidade da população se deixou dominar por um sistema econômico que visa a individualidade. Um dos livros que podem contribuir neste sentido é o “História da Sexualidade 1 – A Vontade de Saber”, do filósofo francês Michel Foucault, onde ele menciona pela primeira vez o conceito de biopolítica. Neste livro, Foucault explicou que a “Contra-Reforma (...) tenta impor regras meticulosas de exame de si mesmo (...)” (FOUCAULT, 1999: 23) e que “atribui cada vez mais importância (...) a todas as insinuações da carne” (Idem, p. 23). Ou seja, ele demonstrou como uma “superdiscursividade” da sexualidade atuou como mecanismo opressor da mesma, impondo regras de conduta e determinando que cada sujeito seria responsável por se autoexaminar e se adequar às regras impostas como sendo as da sexualidade “normal”, tentando suprimir quaisquer anomalias. Só que a sexualidade é diferente para todas as pessoas, então acredito que com essa supervalorização do discurso da carne, houve uma subvalorização do discurso da mente. Isto é, por passarem tanto tempo preocupados com essa adequação, com esse pensar sobre as potencialidades do corpo e com suas possíveis perversões que deveriam ser obliteradas, deixou-se de pensar nas potencialidades da mente e em suas possibilidades criativas. O ser humano é naturalmente curioso, questionador; se está questionando sua sexualidade, está voltado para si mesmo, então não vai questionar a sociedade.

Um segundo ponto foi que, além deste autocontrole sexual, havia ainda o controle externo. Houve uma construção do homem como um animal confessor, que se punha em posição de inferioridade ao outro que ouve a confissão. Isto porque a “(...) instância da dominação não se encontra do lado de quem fala (pois é ele pressionado) mas do lado de quem escuta e cala; (...) discurso de verdade adquire efeito, não em quem o recebe, mas sim naquele de quem é extorquido” (Idem, p. 62). O homem se sentia tão inferior como pecador, que provavelmente buscava calar toda a criatividade e toda a novidade que havia em sua mente, fosse ela sexual ou intelectual, e como “o que deve ser calado encontra-se banido do real como interdito por excelência” (Idem, p. 82), ele não se via como ser capaz de produzir conhecimento.

Já um terceiro movimento está diretamente ligado aos outros dois: o isolamento. “É através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas” (p. 48). O homem se isolava para realizar o

exame de si mesmo, para não dividir suas perversidades com os outros e porque o outro poderia ser ainda perverso. Essa biopolítica desagregou os grupos sociais e tornou a todos vigilantes, vigilantes de si e vigilantes dos outros. Instaurou um sistema constante de desconfiança devido a esse excesso de vigilância. Nesse isolamento não havia construção conjunta de conhecimento, não poderia haver inteligência coletiva³.

Simultaneamente à questão da individualidade posta acima, o capitalismo ainda impregnou nossa sociedade da necessidade constante de produtividade. Ancorado neste modo de vida e com o apoio de tecnologias surgidas posteriormente, houve a disseminação de certa apatia entre a população. Jonathan Crary escreveu 24/7 para demonstrar de que forma essa exigência por produtividade pode se tornar ainda mais aguda e lá ele revela como a televisão contribuiu para essa passividade, primeiramente como mecanismo disciplinador: “Como as normas disciplinares dos locais de trabalho e escolas perderam sua efetividade, a televisão foi transformada em uma máquina de regulação, introduzindo efeitos previamente desconhecidos de sujeição e supervisão” (Crary, 2013: 81)⁴; e criando um laço que unia a todos, sem que necessariamente culminasse em uma conexão mental: “A televisão rapidamente redefiniu o que é ser membro da sociedade. Até mesmo a pretensa valorização da educação e participação cívica diminuíram, como a cidadania foi suplantada pela audiência” (Idem, p. 79)⁵.

Pensar junto!

Se acreditarmos que uma das chaves da produção de conhecimento em prol do comum é o trabalho conjunto, é importante conhecer de que forma é possível atuarmos juntos. Os teóricos do capitalismo cognitivo, especialmente Michel Hardt e Antonio Negri apontam que a forma de união que pode prover a revolução do comum é a Multidão. Só que o conceito criado por eles foi uma reversão do que até então era considerado multidão e é preciso retomar seus antecedentes para compreender de que forma eles construíram seu conceito.

A partir da Revolução Francesa, no final do século XVIII, quando uma enorme aglomeração de pessoas se revoltou contra a aristocracia, o clero e o Estado absolutista,

³ Inteligência coletiva é um conceito de Pierre Lévy que fala de uma “inteligência dividida entre todos, constantemente valorizada e coordenada em tempo real, que conduz a uma mobilização efetiva das competências” (Lévy, 1994, p. 19).

⁴ As traduções referentes a esta obra usadas neste trabalho foram feitas por mim. No original, “As disciplinary norms in the workplace and in schools lost their effectiveness, television was crafted into a machinery of regulation, introducing previously unknown effects of subjection and supervision”.

⁵ No original, “Television quickly redefined what constituted membership in society. Even the pretense valuing education and civic participation dwindled, as citizenship was supplanted by viewership”.

pedindo liberdade, igualdade e fraternidade, e levando seus monarcas à força, as massas e multidões passaram a serem vistas como um perigo para a sociedade burguesa. O primeiro a perceber algum potencial em determinados “ajuntamentos” de pessoas foi o juiz criminalista Gabriel Tarde, no início do século XX, quando criou o conceito de público. Ainda assim, ele fazia questão de especificar que havia diferenças entre multidão e público, sendo este uma evolução da aglomeração anterior. Para ele, multidão era

o grupo social do passado; depois da família, é o mais antigo de todos os grupos sociais. Ela é incapaz, sob todas as suas formas, de pé ou sentada, imóvel ou em marcha, de estender-se além de um pequeno raio; quando seus líderes cessam de tê-la *in manu*, quando ela deixa de ouvir a voz deles, a multidão desaparece (TARDE, 1992: 37).

Já o público seria “uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados cuja coesão é inteiramente mental” (Idem, p. 29) e sua formação

supõe, portanto, uma evolução mental e social bem mais avançada do que a formação de uma multidão. A sugestibilidade puramente ideal, o contágio sem contato que este agrupamento puramente abstrato, porém tão real, supõe, essa multidão espiritualizada, elevada por assim dizer ao segundo grau, só pôde surgir após muitos séculos de vida social mais grosseira, mais elementar (Idem, p. 33).

Ele ainda pontua que é possível “pertencer ao mesmo tempo, e de fato sempre se pertence simultaneamente, a vários públicos como a várias corporações e seitas; mas só se pode pertencer a uma única multidão de cada vez” (Idem, p. 38). Ou seja, atribui um caráter mais limitado às multidões e mais racional e organizado ao público.

Já Negri, em artigo no qual propõe uma definição ontológica das multidões, enxerga a multidão como uma potência produtiva, “um ator social ativo, uma multiplicidade que age” (NEGRI, 2004: 18). Ele não descarta o caráter desorganizado das multidões, mas acredita que a potência da multidão está exatamente no fato de ela ser formada por singularidades, por diferenças, e questiona algumas das proposições feitas por Tarde ao mesmo conceito. A primeira é a necessidade de um líder que conduza a multidão. Isto porque a multidão negriana atua por multilideranças, componentes que se revezam neste trabalho sendo conduzidos pela multidão e não o oposto. Em seguida, rebate também que não se possa a pertencer a várias multidões ao mesmo tempo, o que em sua acepção é exatamente o oposto.

Este conceito de multidão, que seria uma “interpretação subversiva do pensamento de Spinoza” (Idem, p. 20) quando ele diz “Não sabeis o quanto pode um corpo”, foi melhor desenvolvida por Negri ao lado de Hardt no livro “Multidão”. Lá

eles explicam que “essas multidões que não são povos nem nações ou sequer comunidades constituem mais um exemplo da insegurança e do caos que resultaram do colapso da ordem social moderna” (HARDT; NEGRI, 2005: 251). Mesmo assim, acreditam que “A carne da multidão é puro potencial, uma força informe de vida, e neste sentido um elemento do ser social, constantemente voltado para a plenitude da vida” (Idem, p. 251). Eles avaliam que a multidão é como se fosse um corpo humano, com vários órgãos diferentes, desempenhando funções diversas, mas contribuindo para o funcionamento regular de um corpo comum.

Por isso, criticam uniões como as classes ou nações, que pressupõem uma identidade única que, para os dois não é real: “Somos todos singulares (...) nossas diferenças não podem ser reduzidas a um corpo social unitário” (Idem, p. 253) e reforçam o pensamento em um livro posterior, “Bem estar comum”: “As singularidades jamais podem ser reduzidas à identidade, assim como a multidão não pode se transformar em uma unidade” (HARD; NEGRI, 2016: 351). Eles destacam tanto o conceito de singularidade por acreditarem ser esta a característica principal que pode levar a multidão à construção do comum, explicando primeiramente que “O comum não se refere a noções tradicionais da comunidade ou do público; baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos da produção” (2005, p. 266), é um “interesse público que não está nas mãos de uma burocracia, mas é gerido democraticamente pela multidão” (Idem, 268).

Outra dupla, Pierre Dardot e Christian Laval, também dedicou um livro a descrever o que seria este comum a que se referem Hardt e Negri. Para a nova dupla, se trata de “uma nova forma de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação. É também uma maneira de dar as costas ao comunismo de Estado definitivamente” (DARDOT; LAVAL, 2017: 17). Eles acrescentam que se trata de uma “obrigação de reciprocidade ligada aos exercícios de responsabilidades públicas” (Idem, p. 25), “co-atividade” (Idem, p. 52), “princípio político” (Idem, p. 54). Ou seja, em coletividade o homem pode não apenas pensar, mas criar e se governar.

E a máquina?

Se, como avaliou Lazzarato, para falar de capitalismo é necessário compreender sobre as tecnologias empregadas em determinado momento histórico é importante perguntar: como está nossa relação com as máquinas? No livro “O Governo do Homem Endividado”, o próprio Lazzarato faz questão de nos lembrar que a tecnologia não determina ou influencia o social, mas o oposto, quando diz que “Máquinas cibernéticas

(...) constituem plataformas de autorregulação e de retroação sobre o social, o econômico e a subjetividade, mas é sempre a axiomática – máquina social capitalista – que as enquadra e limita” (LAZZARATO, 2017: 191). Em um determinado momento do trabalho, ele centra a discussão na capacidade criativa destas máquinas. De acordo com a discussão de Lazzarato, Gilbert Simondon não considera as máquinas autocriativas, diferente de Francisco Varela e Félix Guattari, que discriminam as máquinas em autopoieticas e alopoieticas e por isso consideram suas possibilidades criativas. Entretanto, se considerarmos que Guattari também considera seres humanos como um tipo de máquina e que Varela pressupõe a intervenção humana nessa criação maquínica, poderemos destacar a criatividade como algo imanente apenas aos humanos.

Mas se as máquinas não são capazes de criar, elas podem nos servir como suportes para a construção de conhecimentos e produção de cultura. A pesquisadora Ivana Bentes, por exemplo, acredita que “Hoje, um computador pessoal de baixo custo e acesso à internet são bens culturais essenciais no capitalismo cognitivo, pois o trabalho se tornou comunicacional e relacional. O desafio é como universalizar e socializar esses meios de produção de comunicação que são os meios de produção de cultura” (BENTES, 2015: 65). A internet, aliás, mais que o próprio computador pessoal – já que é possível acessar a internet também através de smartphones – seria um dos maiores símbolos de suporte e espaço de criação da atualidade. O espanhol Manuel Castells, que já vinha levantando potencialidades da internet desde os anos 1990, agora avalia que “o potencial revolucionário da internet só pode ser subjugado por controle e vigilância permanentes, como a China tenta fazer no cotidiano” (CASTELLS, 2013: 47).

Mais especificamente falando da produção de conhecimento, Pierre Lévy, acredita que o saber está disperso por toda a humanidade, que todas as pessoas possuem alguma informação que possa interessar a outros ou permitir que, unidas, suas informações produzam novas formas de conhecimento. Ele já havia comentado sobre isso em seu livro sobre a árvore do conhecimento, mas detalhou o que chama de inteligência coletiva no livro de mesmo nome. Na visão de Lévy,

Em relação com os outros, mediante iniciação e transmissão fazemos viver o conhecimento. Competência, conhecimento e saber (que podem interessar aos mesmos objetos) são três formas complementares da transação cognitiva e passam incessantemente um pelo outro. Cada atividade, cada ato de comunicação, cada relação humana implica uma aprendizagem. Pelas competências e conhecimentos que cobre, o transcurso de uma vida pode assim sempre alimentar um circuito de intercambio ou alimentar uma sociabilidade de conhecimento (LÉVY, 1994: 18)⁶.

⁶ As traduções referentes a esta obra usadas neste trabalho foram feitas por mim. No original, “Em relación con los otros, mediante iniciación y transmisión hacemos vivir el conocimiento. Competencia, conocimiento y saber (que pueden interesar a los mismos objetos) son tres modos complementarios de la

Podemos perceber o papel crucial da internet – que precisa ser acessada a partir de uma máquina – como facilitador destas trocas, desta produção de conhecimentos e mesmo como repositório da inteligência coletiva humana. Como mencionado anteriormente, ela não produz aqueles conhecimentos, não é criativa, mas permite que eles se disseminem e se transformem em algo novo. Verceles Amancio, em trabalho que destrincha alguns dos conceitos de Paul Virilio, também tem a percepção da tecnologia/máquina como ação, mas ressalta a dicotomia desta ação, que pode ser usada para construir, mas também para destruir:

Dechert coloca que a tecnologia é ação, sendo, por conseguinte, potencialmente perigosa. A menos que se adapte aos interesses, necessidades e valores e princípios do homem, isto é, a menos que seja humanística, a tecnologia fará mais mal do que bem. Pois ampliando o poder mental e físico do homem, realça sua capacidade de fazer o mal do mesmo modo como realça sua capacidade de fazer o bem (AMANCIO, 2006: 79).

Além da citação acima, baseada no posicionamento de Charles Dechert, Amancio utiliza outra proposição de Virilio, que afirma que “O enigma da tecnologia é o enigma do acidente. Cada tecnologia produz, provoca, programa um acidente específico” (Idem, p. 78), reforçando o caráter ambíguo da máquina. Pasquinelli reconhece o algoritmo do PageRank e sua detentora, a empresa Google, como um destes acidentes. A empresa seria “um aparelho parasitário de captura do valor produzido pela inteligência social geral comum de todos” (PASQUINELLI, 2010, p. 3).

De forma mais detalhada, ele parte do pressuposto de que somos essa inteligência coletiva pra evidenciar que, embora sejamos capazes de produzir conhecimento de graça, ele não se reverte para nós com a mesma gratuidade. Ele é explorado, valorado, e revendido:

Se cada link da web contém uma pequena porção de inteligência humana, todos os links combinados contêm grande quantidade de inteligência (...) não é simplesmente aparelho de vigilância e controle, mas também uma máquina para capturar o tempo e trabalho vivos e transformar a inteligência geral social em valor de rede (...) inteligência pressupostamente coletiva, que só aparentemente é livre e aberta (Idem, p. 1).

Depreende-se desta fala que, da mesma forma que o capitalismo fordista se apropriava de nossa força de trabalho, o capitalismo cognitivo se apropria da nossa força de pensamento, da nossa inteligência. Só que é uma exploração ainda mais cruel, produzimos pensamento o tempo todo – inclusive nos momentos e lazer – e temos que

transacción cognitiva y pasan incesantemente uno al otro. Cada actividad, cada acto de comunicación, cada relación humana implica um aprendizaje. Por las competencias y los conocimientos que cubre, el transcurso de una vida puede así siempre alimentar un circuito de intercambio o alimentar una sociabilidad de conocimiento”.

pagar tanto para ter acesso à internet, onde nós colocamos nossa produção intelectual, como para desfrutar do que é produzido por outras pessoas. Ou seja, pagamos para trabalhar e depois mais outras duas vezes para “recolher” o resultado do nosso trabalho. Ao mesmo tempo, ao nos encontrarmos no espaço virtual, estamos sempre revelando quais seriam nossos desejos – de compra, de informação – facilitando a venda do produto final. É como se estivéssemos atrelados a um colonialismo intelectual 2.0.

Nós e as máquinas

Nos anos 1960, a internet surgiu como uma rede comunicação descentralizada e flexível. Muitas de suas pesquisas e aprimoramentos surgiram de forma colaborativa, disseminando códigos de fonte aberta, por exemplo. Por isso, como argumentou Pierre Lévy em seu “Cibercultura”, “não há sentido em opor o comércio de um lado e a dinâmica libertária e comunitária que comandou o crescimento da internet de outro” (LÉVY, 1999: 11). E muitos grupos vêm utilizando a internet como estes suportes para produção, seja de cultura, de conhecimento, de política ou além, produção do comum. Henrique Parra, Mariano Fressoli e Antonio Lafuente, por exemplo, citam os laboratórios cidadãos, que têm como objetivo a produção de ciência fora do ambiente acadêmico. Eles não precisam obrigatoriamente estar completamente desvinculados da academia, podendo tê-la como co-criadora e parceira, mas se permitem funcionar também desta forma. Como o trio explicou, “os laboratórios cidadãos, em certo sentido, surgem quando comunidades afetadas reconhecem o comum que produzem e que se encontra ameaçado. A experiência singular de cada um é a matéria-prima comum nesse laboratório” (PARRA; FRESSOLI; LAFUENTE, 2017: 5).

Já Ivana Bentes comenta sobre a utilização da máquina como suporte em dois tipos de experiências distintas: a produção de cultura e a produção de um novo tipo de jornalismo, ambos politicamente ativos. No primeiro caso, ela aponta a importância da disseminação dos aparatos tecnológicos entre as populações das periferias, mais especificamente das favelas, seu objeto de estudo:

A mudança decisiva se dá a partir do contexto em que estamos, no qual os meios de produção cultural se disseminam e os meios de comunicação e informação que estão sendo massificados – internet, câmeras digitais, celular, impressoras – servem a quem quer se tornar produtor de cultura (IVANA, 2015: 59).

Ela comenta também que essa mudança que aparentemente vem ocorrendo apenas em alguns setores da sociedade – como neste caso, na produção de cultura -, faz

parte de um movimento de reestruturação produtiva que se insere na fase atual do capitalismo, o capitalismo cognitivo:

O novo produtor de cultura das favelas e periferias faz parte de um precariado global: são os produtores sem salário nem emprego. São os trabalhadores do imaterial. (...) Estamos vivendo uma reestruturação produtiva, e na cultura isso é claro. A cultura é hoje o lugar do trabalho informal (não assalariado), com o primado do trabalho imaterial. (...) É o primado da cultura na constituição da economia cognitiva do capitalismo contemporâneo (Idem, p. 60 e 61).

Do ponto de vista jornalístico, a mudança pode ser chamada de midiativismo, midialivrismo ou mídia multidão. Trata-se de um jornalismo não apenas parcial, como ativista, no qual a credibilidade está calcada não em um discurso de verdade, mas em uma comunicação “feita por afetação”:

O midialivrista, diferente do jornalista corporativo, não está em um protesto, ato, manifestação, apenas para fazer o registro (ou reportar) dentro de uma relação de trabalho. Ele é um corpo da multidão e a comunicação é uma das formas de mobilizar e organizar, expressar, essa multidão (...) [Já] Mídia-multidão é a possibilidade de incluir o público na produção desse pós-jornalismo (que não descarta técnicas e práticas que sempre existiram, como a apuração, reportagem, pesquisa, edição, etc.) (Idem, p. 14 e 15).

Este novo tipo de jornalismo ficou conhecido no país com o grupo mídia NINJA, a partir de manifestações que tomaram as ruas brasileiras em 2011 e, principalmente, 2013. Eram jovens com câmeras de telefone celular que faziam cobertura ao vivo das manifestações, ao mesmo tempo em que participavam dos protestos. Eles interagem com sua “audiência”, motivando-os a participarem dos protestos em andamento e permitindo suas intervenções durante as transmissões. Este tipo de transmissão já havia sido realizado por outros grupos durante protestos semelhantes na Espanha, em 2011.

Estes protestos, aliás, constituem uma das principais formas de militância política da atualidade, as tecnopolíticas. Podemos considerar a atuação dos hackers como a primeira forma de ativismo político com apoio da internet: eles invadiam sistemas de governos e de empresas principalmente para protestar a favor do código aberto e de softwares gratuitos. No entanto, esta atuação estava limitada a especialistas em computação e códigos da internet. No início dos anos 1990, os protestos do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) utilizaram listas de email para expor sua situação quando foram atacados de forma violenta pelo governo mexicano. Podemos considerar ter sido esta uma primeira atuação política com apoio da internet feita por ativistas não especialistas em informática, prática conhecida como ciberativismo. Desde então, a prática se disseminou com a criação de redes de blogs, e com o uso político e

rede sociais como Twitter, Whatsapp, Facebook, especialmente através da viralização de informações.

Mas as manifestações espanhola e brasileira – além de outras que tomaram lugar na África, Ásia e Estados Unidos nos início desta década – têm entre seus diferenciais o fato de que, embora tenham se organizado com o apoio da internet, tiveram lugar nas ruas. Javier Toret, que estudou as manifestações espanholas de 2011, que ficaram conhecidas como 15M ou “Indignados”, acredita que elas vão além do conceito de ciberativismo empregado até então. Para ele, tecnopolítica seria o

uso tático e estratégico das ferramentas digitais para a organização, comunicação e ação coletiva como conceito chave para entender-las. Da perspectiva do sistema de rede, a tecnopolítica pode se descrever como a capacidade das multidões conectadas, dos cérebros e corpos conectados em rede, para criar e automodular a ação coletiva. A tecnopolítica pode abranger o ciberativismo, mas enquanto neste a ação coletiva é limitada à esfera digital, a tecnopolítica em seu sentido plena é uma capacidade coletiva de usar a rede para inventar formas de ação que podem se dar na ou a partir da rede, mas que não terminam nela (TORET, 2013: 20 e 21)⁷.

O autor também enaltece a chegada dos telefones celulares e computadores como aceleradores do processo de interconexão da sociedade bem como acredita que estas novas formas de ativismo político não apenas se apoiam na internet, mas surgiram a partir dela. Trata-se de um processo de aprendizagem coletivo e que, devido ao compartilhamento de arquivos e informações pela internet, formou uma geração que tem como valores a liberdade de informação, importância de dividir e sentido crítico.

Mais que apenas exigir medidas em um sistema verdadeiramente democrático, Bentes acredita que a internet pode se transformar em um espaço de decisões. Para ela, “o processo representativo que culmina com as eleições, não pode ser o objetivo e nem o ápice do processo participativo. (...) Precisamos saber navegar e tomar decisões com base na ruidocracia” (BENTES, 2015: 177). Tarde também criticava o processo eleitoral por acreditar que os indivíduos não iam votar para decidir sobre sua comunidade, mas “para se informar sobre o que sucedeu” (TARDE, 1992: 18). Hardt e Negri concluem que “todos somos capazes de democracia. O desafio consiste em organizá-la politicamente” (HARDT; NEGRI, 2005: 290).

⁷ Todas as traduções referentes a esta obra neste trabalho são minhas. No original, “Queremos ir más allá de la noción reactualizada de ciberactivismo (Tascón y Quintana, 2012). Por ello, proponemos la noción de tecnopolítica como uso tático y estratégico de las herramientas digitales para la organización, comunicación y acción colectiva como concepto clave para entenderlas. Desde la perspectiva del sistema red, la tecnopolítica puede redescibirse como la capacidad de las multitudes conectadas, de los cerebros y cuerpos conectados en red, para crear y automodular la acción colectiva. La tecnopolítica puede abarcar el ciberactivismo en tanto la acción colectiva se limita a la esfera digital, sin embargo, en un sentido pleno, la tecnopolítica es una capacidad colectiva de utilización de la red para inventar formas de acción que pueden darse o partir en la red pero que no acaban en ella”.

Conclusão

Começamos este trabalho afirmando que vivemos uma terceira fase do capitalismo, baseado na economia da informação, em que somos cada vez mais levados a produzir conhecimento, mas cada vez menos levados a pensar sobre esta produção intelectual. A exploração do trabalho continua, mas, além de ser constante – porque nossos cérebros nunca param de funcionar -, não é tão facilmente percebida. Como explica Bentes, agora

a cidade e as redes são o próprio ambiente cognitivo (a cidade é a nova ‘fábrica’, como diz Antonio Negri *in* HARDT, NEGRI 2005). O tempo do trabalho se confunde com o tempo da vida (não mais o trabalho morto automatizado, mas o trabalho vivo, a vida trabalho). Nesse contexto, a escola não forma para a vida, e sim torna-se a própria vida, se confunde com ela” (BENTES, 2015: 73).

Fomos inscritos em um sistema biopolítico, que Foucault acredita ter sido um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, por permitir a “inserção controlada dos corpos no aparelho de produção” (FOUCAULT, 1999: 132). Continuamos a ser engrenagens de uma máquina, mas fomos levados a depreciar nossas singularidades para nos ajustar ao sistema, sem perceber a grande contradição desta forma de vida destacada por Hardt e Negri de que, “o trabalho biopolítico é caracterizado pela criatividade – e a criatividade é uma expressão do comum” (HARDT; NEGRI, 2016: 346). É esta exatamente a chave para subverter nossa situação de explorados em construtores do comum. Como frisa Paolo Virno citado em artigo de Pasquinelli, “para realmente compreender o que é a biopolítica, temos que começar por compreender a potencialidade de nossos próprios corpos vivos e de nosso próprio trabalho vivo: as estruturas biopolíticas vêm depois, como aparelho para capturar essa potencialidade” (VIRNO apud PASQUINELLI, 2010: 2).

Mas de que forma podemos nós – e não o sistema biopolítico – capturar essa potencialidade? Guy Debord descreve o sistema em que vivemos como um espetáculo, formado por “uma relação social entre pessoas mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003: 14). Para ele, o espetáculo só acontece devido ao caráter “expectador” do homem moderno e para destruí-lo “são necessários homens pondo em ação uma força prática” (Idem, p. 154). Quando ele fez tais observações em seu livro, obra escrita em 1967, jovens estudantes ocuparam as ruas francesas tentando lutar contra injustiças e as favor das minorias. Os valores do movimento, que começou em maio de 1968, se disseminaram por outros países, causando outras manifestações em diferentes pontos do globo, uma viralização mundial do movimento. Bentes nos lembra que é desta forma

que se efetua a comunicação em nossa sociedade, através da “memética”, “ideias replicantes” com potencial multiplicador e viralizante que “vão mudar de sentido ao serem recombinadas e produzir memes derivados, num processo de variação sem controle” (BENTES, 2015: 12).

As manifestações classificadas como tecnopolíticas dos últimos anos tiveram uma atuação semelhante. Castells acredita que protestos na Islândia em 2008 e na Tunísia em 2010 inspiraram as ações posteriores no Egito, em países árabes, Espanha, Estados Unidos, Brasil. De forma viral e com o apoio da internet, tendo como suporte tecnológico um instrumento de consumo – o telefone celular ou o smartphone – os protestos se disseminaram pelo globo tomando as ruas e apresentando formas criativas não apenas de protestar, mas também de tomar decisões. Foi mostrado um fazer político diferente, com assembleias organizadas nas ruas e acampamentos, decisões em sua maioria tomadas coletivamente e sem apoio dos partidos políticos tradicionais. Ivana avalia que se trata do surgimento de “uma multidão capaz de se autogovernar a partir de ações e proposições policêntricas, distribuídas (...) que constituem uma esfera pública em rede, autônoma em relação aos sistemas midiáticos e políticos tradicionais” (Bentes, 2015, p. 21). Em alguns países houve a derrubada de grupos de poder ditatoriais, em outros houve redução no valor da passagem, mas a grande diferença das revoluções do capitalismo cognitivo é que elas não têm objetivos de curto prazo, como trocar o governante. Elas buscam mudar as mentes e seu desafio é como congregar as pluralidades. Como explicou Castells,

o verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política (CASTELLS, 2013: 139 e 140).

Essa mudança de mentes, essa consciência serve para o ativismo político, a produção de cultura, a produção de conhecimentos. Se mesmo o capitalismo já descobriu o valor de nossa racionalidade, precisamos também descobri-la e aprender a construir o comum através de seu uso. Hardt e Negri acreditam que intelectualidade de massa, ou essa inteligência coletiva, como diria Lévy, são capazes de “solapar o paradigma industrial” (HARDT; NEGRI, 2016: 295). Para a dupla, quanto mais o capitalismo explora nossas potencialidades criativas, mais sua superação se aproxima. Na opinião deles,

é assim que o capital criará seus próprios coveiros: promovendo seus próprios interesses e tentando cuidar da própria sobrevivência, ele não pode deixar de fomentar o crescente poder e autonomia da multidão produtiva. E quando essa acumulação de poderes ultrapassar um certo

limiar, a multidão surgirá com a capacidade de gerir autonomamente o bem-estar comum” (Idem, p. 342).

É dessa forma que é possível subverter a exploração geral do capital humano: através do próprio produto do capitalismo cognitivo: nossa criatividade. Já possuímos uma inteligência geral coletiva que vem sendo explorada com apoio da internet, tudo o que precisamos é reconhecê-la e potencializá-la, utilizando para isso as mesmas ferramentas tecnológicas. Quais serão nossos próximos passos ainda não sabemos, mas é importante reconhecer que as armas já estão em nossas mãos – e principalmente em nossas cabeças.

Referências

AMANCIO, Verceles. **Velocidade e política de Paul Virílio**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/21718/19712>. Acesso em: 17 jul 2018.

BENTES, Ivana. **Mídia-Multidão – estéticas da comunicação e biopolíticas**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CRARY, Jonathan. **24/7 – Late capitalism and the Ends of Sleep**. New York: Verso, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum – Ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 16 mai 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem estar comum**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

_____. **Multidão – Guerra e democracia na era do Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

LAZZARATO, Maurício. Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial. In: **Portal Carta Maior**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Capitalismo-cognitivo-e-trabalho-imaterial/12/12131>. Acesso em: 22 jul 2018.

_____. **O Governo do Homem Endividado**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Inteligencia Colectiva – por uma antropología del ciberespacio**. Disponível em: [file:///C:/Users/Thiago/Downloads/L%C3%89VY,%20Pierre%20\(1994\)%20Inteligencia%20colectiva%20por%20una%20antropologia%20del%20ciberespacio.pdf](file:///C:/Users/Thiago/Downloads/L%C3%89VY,%20Pierre%20(1994)%20Inteligencia%20colectiva%20por%20una%20antropologia%20del%20ciberespacio.pdf). Acesso em: 23 jul 2018.

NEGRI, Antonio. **Para uma definição ontológica da Multidão**. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20ontol%C3%83%C2%B3gica%20da%20multid%C3%83%C2%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf. Acesso em: 24 abr 2018.

PARRA; Henrique Zoqui Martins; FRESSOLI, Mariano; LAFUENTE, Antonio. **Ciência cidadã e laboratórios cidadãos**. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3907>. Acesso em: 13 abr 2018.

PASQUINELLI, Matteo. **Um diagrama do capitalismo cognitivo e da exploração da inteligência social geral**. Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/um-diagrama-do-capitalismo-cognitivo-e-da-exploracao-da-inteligencia-social-geral/>. Acesso em: 25 maio 2018.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TORET, Javier. **Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida**. Disponível em: [https://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20\(2\).pdf](https://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20(2).pdf). Acesso em: 18 jul 2018.

VERCELLONE, Carlo. **From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism, in Historical Materialism**. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/263661/filename/historicalpubliepdf.pdf>. Acesso em: 22 jul 2018.

Emoções como forma de engajamento político*

As reações no Facebook durante a prisão do ex-presidente Lula

Mariana Carvalho**

Resumo

A partir da percepção de que os discursos emotivos ganham cada vez mais força através das redes sociais, este trabalho busca compreender os fluxos de emoções dos usuários do Facebook durante a prisão do ex-presidente Lula. Foram coletadas postagens das páginas de três veículos de comunicação de diferentes posições ideológicas durante os dias 5 e 12 de abril de 2018. Compreendendo o engajamento nas redes sociais como microatos de participação política, analisamos o uso das “reações” disponibilizadas pelo Facebook e os comentários dos usuários como formas de expressar engajamento emocional com as postagens. Buscamos identificar a relação entre as reações e comentários para melhor compreensão do comportamento dos usuários na narrativa política.

Palavras-chave: Emoções; Comunicação Política; Redes Sociais.

Introdução

O Facebook é uma rede social de afetos. Desde sua criação, em 2004, o objetivo da rede era conectar pessoas e comunidades e promover a interação entre elas (PARISER, 2011). No entanto, além de um espaço de laços sociais e, portanto, de emoções, a rede social também se tornou um importante espaço político. Se no surgimento da rede social as pessoas postavam fotos de suas atividades diárias, refeições e momentos de lazer, hoje percebemos um aumento crescente do uso da rede social para o compartilhamento de informações e opiniões políticas. De acordo com pesquisa da Universidade de Oxford e do Instituto Reuters o Facebook é a rede social mais utilizada no Brasil. Apesar de estar perdendo espaço para o aplicativo de mensagens Whatsapp, 57% dos brasileiros que vivem em zona urbana ainda utilizavam o Facebook para acessar notícias em 2017, ano base da pesquisa (REUTERS, 2018).

Este artigo trata da relação entre o engajamento no Facebook e as emoções durante a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, no dia 7 de abril. Foram coletadas postagens na página do Facebook de três veículos de comunicação diferentes – Carta Capital, Estadão e G1 - entre os dias 5 e 12 de abril. Compreendo o engajamento nas redes sociais como microatos de participação política (MARGETTS *et*

* Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política, durante o XV Poscom PUC-Rio, de 6 a 9 novembro de 2018.

**Mestranda em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UERJ. Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo pela UFES. 2018. E-mail: mcarvalhomariana@gmail.com

al, 2016), foram analisadas as diferentes formas de engajamento – curtidas, reações, compartilhamentos e comentários - e as cinco diferentes reações disponibilizadas pela rede social – Amei, Haha, Grr, Triste e Uau – ao longo da semana da prisão do ex-presidente, nas três páginas. Apoiado em teóricos da cibercultura e antropologia das emoções, o objetivo é demonstrar como o engajamento dos usuários com as publicações no Facebook está associado as emoções fomentadas pela rede.

Para tanto, iniciamos o artigo com a análise das diferentes formas de engajamento entre os usuários e sua relação com as emoções, em especial a relação entre os comentários e a raiva – expressada pela reação “Grr”. A partir desta percepção de que as emoções têm tarefa fundamental no processo de engajamento do usuário, partimos para a compreensão do estudo das emoções no campo das ciências sociais, para então compreender a dimensão moralizante e política das emoções (AHMED, 2014; MILLER, 1997; REZENDE e COELHO, 2010), especialmente na narrativa política (CASTELLS, 2015).

Analizamos também como no Facebook o problema da falta de acesso à pluralidade de informações, através dos filtros e algoritmos da plataforma, que criam bolhas de informação e prejudicam a diversidade dos conteúdos (PARISER, 2011). Exploraremos brevemente o funcionamento dos algoritmos no Facebook (O’NEIL, 2016; ARVIDSSON, 2016) e as novas formas de controle de informação e manipulação feita através das redes sociais (HELBING *et al*, 2017; POSTER, 1995). Diante destas discussões, pretendemos iniciar uma reflexão sobre o papel das redes sociais na construção de uma narrativa política emocional e nos prejuízos deste discurso extremamente emotivo para a democracia.

A prisão do ex-presidente Lula e os microatos de participação

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi preso no dia 7 de abril de 2018, condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso conhecido como “Triplex do Guarujá”. Após a condenação em primeira instância pelo juiz Sergio Moro em julho de 2017 e em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em janeiro de 2018, a defesa do ex-presidente entrou com um pedido de habeas corpus preventivo no Superior Tribunal Federal (STF), na tentativa de impedir a prisão do ex-presidente. No dia 5 de abril de 2018, após o STF negar o pedido de habeas corpus preventivo, o juiz federal Sergio Moro expediu um mandado de prisão, determinando que Lula deveria se entregar até às 17h do dia seguinte na sede da Polícia Federal em

Curitiba (G1 PR, 2018).

O ex-presidente Lula, reunido com seus apoiadores e advogados na sede do sindicato dos metalúrgicos do ABC Paulista, decidiu não se entregar no prazo estabelecido. No dia 7 de abril, diante de uma multidão de apoiadores que cercavam o sindicato dos metalúrgicos com a intenção de ‘proteger’ o ex-presidente, Lula convocou uma missa em homenagem à sua esposa falecida Marisa Letícia, e após a missa, discursou aos seus apoiadores.

Durante o discurso, Lula afirmou que iria se entregar para que pudesse provar sua inocência e foi carregado nos braços pela multidão de militantes. Após a missa, Lula tentou sair de carro do sindicato, mas foi impedido por apoiadores que não queriam que ele se entregasse, um pouco depois, Lula saiu do sindicato a pé, cercado por seguranças que o ajudaram a abrir passagem e se apresentou a Polícia Federal (Carta Capital, 2018). Durante todo o processo de prisão do ex-presidente e nos dias seguintes, houve grande repercussão as redes sociais, contra e a favor da condenação de Lula. A imprensa, também fortemente mobilizada no entorno do presidente, acompanhou todas as tentativas de impedir a prisão de Lula, a mobilização de seus apoiadores e de quem comemorava o mandado de prisão do ex-presidente.

Para verificarmos o engajamento dos usuários das redes sociais durante esse processo, coletamos todas as postagens e comentário de páginas do Facebook de portais de notícias com diferentes posicionamentos com relação ao ex-presidente no Brasil. Escolhemos as páginas de veículos de comunicação como objeto deste artigo, na análise das interações nas redes sociais porque, de acordo com Gomes (2004), os meios de comunicação tradicionais continuam tendo grande influência na narrativa política no Brasil e na formação da opinião pública. Ainda que as redes sociais permitam novas formas de produção e divulgação das informações, permitindo novos formatos e interações, os veículos tradicionais permanecem sendo atores importantes na política nacional e reúnem em seu entorno leitores de posicionamentos políticos diversos.

Ainda que a sociedade se organize em rede, a televisão e as grandes empresas de comunicação ainda dominam boa parte da informação acessada pela população. Aldé (2017) também aponta para a centralidade da mídia na construção do discurso do cidadão comum a respeito da política, sendo uma chave importante de explicação e de aproximação do mundo político para o cidadão. De acordo com a autora, o acesso às diferentes fontes de informação e interesse por política qualificam o cidadão para exercerem a cidadania. Dessa forma, a estruturação e o controle do discurso a respeito da política é fundamental. A pluralidade desse discurso pode ser considerada uma

premissa da democracia.

Dessa forma, selecionamos três veículos distintos, tanto pela sua origem e forma de produção, como por seu posicionamento com relação a condenação do ex-presidente Lula. A Carta Capital, revista quinzenal que também conta com um portal de notícias e página alimentada diariamente, se apresenta como um veículo mais independente do que a mídia tradicional, e é reconhecido por seu apoio a partidos de esquerda e movimentos sociais, e críticas ao atual governo do presidente Michel Temer, a página na rede social tinha 1,8 milhão curtidas no início de 2018. A revista sempre foi contra a condenação do ex-presidente Lula, como pode ser percebido no editorial de 19 de janeiro de 2018, que diz que “como é do conhecimento até do mundo mineral, a condenação de Lula não se sustenta à luz da lei e da razão, assim como o plano golpista” (CARTA, 2018a) ou no editorial do dia 28 de maio de 2018 em que afirma que “sem Lula, a eleição, se houver, é fraude”(CARTA, 2018b).

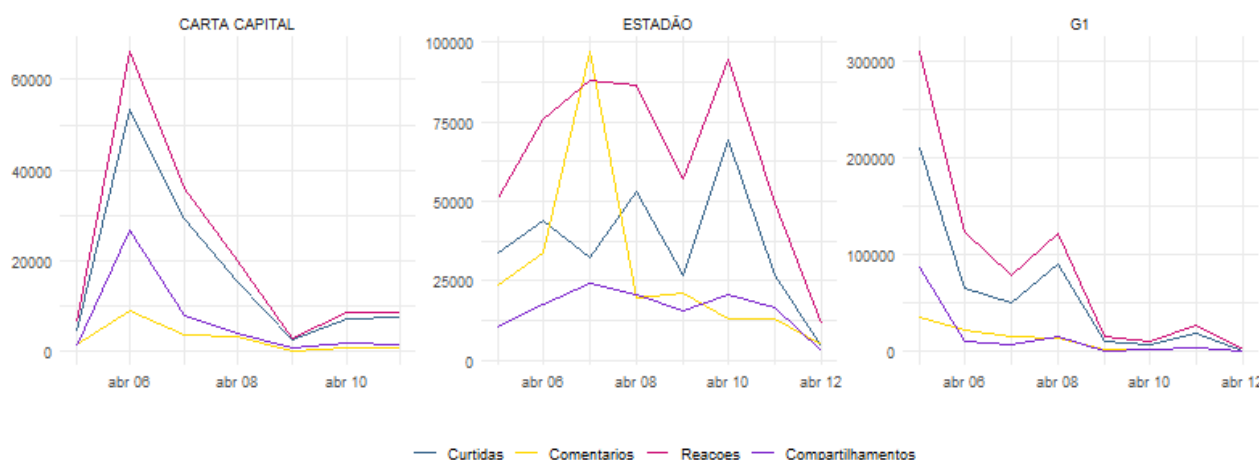
O Estadão, portal online do jornal O Estado de São Paulo, tem grande credibilidade e tradição no jornalismo político e também dá grande importância a cobertura política e conta com 3,7 milhões de curtidas em sua página. O jornal já se colocou em diversos momentos como favorável a condenação e prisão do ex-presidente Lula, como no editorial do dia 10 de abril, dias após a prisão do ex-presidente, que afirma que “resta ao ex-presidente apostar na fé de seus mais fanáticos seguidores, que preferem o credo da infalibilidade do Grande Líder a aceitar que ele cometeu uma série de crimes, pelos quais tem de pagar” (O Estado de S.Paulo, 2018).

Já o G1- Portal de Notícias da Globo, se propõe a ser um portal de notícias factuais, rápido e de volume, sobre temas variados, a página tinha mais de 10 milhões de curtidas em 2018. O Portal não tem editoriais próprios e disponibiliza no site uma sessão de Princípios Editoriais, onde pontua como atributos da informação de qualidade a isenção, a correção e a agilidade. No entanto, o portal pertence ao Grupo Globo, e reproduz com frequência matérias e colunas de opinião do jornal O Globo, que também já se posicionou favorável a prisão do ex-presidente, como no editorial do dia 6 de abril, em que afirma que “a Lava-Jato destamparia o baú de falcatruas lideradas por Lula e PT” (O Globo, 2018).

Através do aplicativo Netvizz, disponível no próprio Facebook, entre 05 a 12 de abril. Foram coletadas 168 postagens e 6.183 comentários da página da revista Carta Capital; 438 postagens e 9.837 comentários da página do jornal Estadão; e 333 postagens e 7.816 comentários da página do portal de notícias G1. Através do software livre RStudio, foram elaborados gráficos que nos ajudam a compreender o engajamento e

as emoções envolvidas nesse engajamento nas redes sociais. Inicialmente, contabilizamos as palavras associadas ao termo “Lula” nas postagens e chegamos as palavras mais associadas: “Ministro, partido, política, preso, STF, PT, ex-presidente, Curitiba, Moro, sindicato”. Dessa forma, foram filtradas todas as postagens que continham alguma dessas palavras ou a palavra “Lula” e separadas em uma lista referente a prisão. A partir dessa lista de postagens relacionadas a prisão do ex-presidente, foram feitas análises comparando engajamento nas diferentes páginas.

Gráfico 1 – Comparação de engajamento por página



Fonte: Facebook, 2018

Através dos gráficos, podemos perceber que as diferentes formas de engajamento obedecem ao mesmo movimento em todas as páginas nas postagens sobre a prisão do ex-presidente Lula. Podemos perceber também, especialmente na página Carta Capital e G1 uma queda no engajamento nas postagens sobre a prisão do ex-presidente Lula ao longo da semana, demonstrando uma perda de interesse conforme o assunto depois que o ex-presidente foi preso.

Para Margetts (*et al*, 2016) curtidas, comentários, reações e compartilhamentos no Facebook podem ser entendidos como microatos de participação política. Esses microatos são uma forma de ação coletiva, ou seja, uma ação de qualquer cidadão que contribua para a coletividade, para a vida pública. Na internet tempo e esforço ‘gasto’ para a participação de atos coletivos é muito pequena, dentro da sua casa ou pelo celular e com poucos cliques é possível assinar petições, participar de discussões, acompanhar notícias e compartilhar conteúdo. A autora cita estudos espanhóis que demonstram que

existe uma associação entre o uso geral da internet e a participação política, apontando que, quando se reduz o esforço para a participação a necessidade de motivação política é menor, e dessa forma, aumenta o engajamento com a política, mesmo que não haja uma motivação por trás dessa participação (MARGETTS *et al*, 2016:52).

Dentro da lógica do funcionamento do Facebook, podemos entender as curtidas como a forma mais fácil e que exige menos doação dos usuários, já que é necessário apenas apertar o ícone disponível nas páginas. As reações também estão há um clique, no entanto, por exigirem que o usuário passe o cursor pelo ícone de comentários, aguarde as cinco opções de reações disponíveis aparecerem e selecione uma delas, exige mais esforço do que apenas curtir. A opção de compartilhar também é acionada com apenas um botão, mas através dela o usuário está replicando aquele conteúdo em sua página pessoal e “recomendando” ela para os amigos, sendo uma forma de engajamento que exige mais esforço que as anteriores.

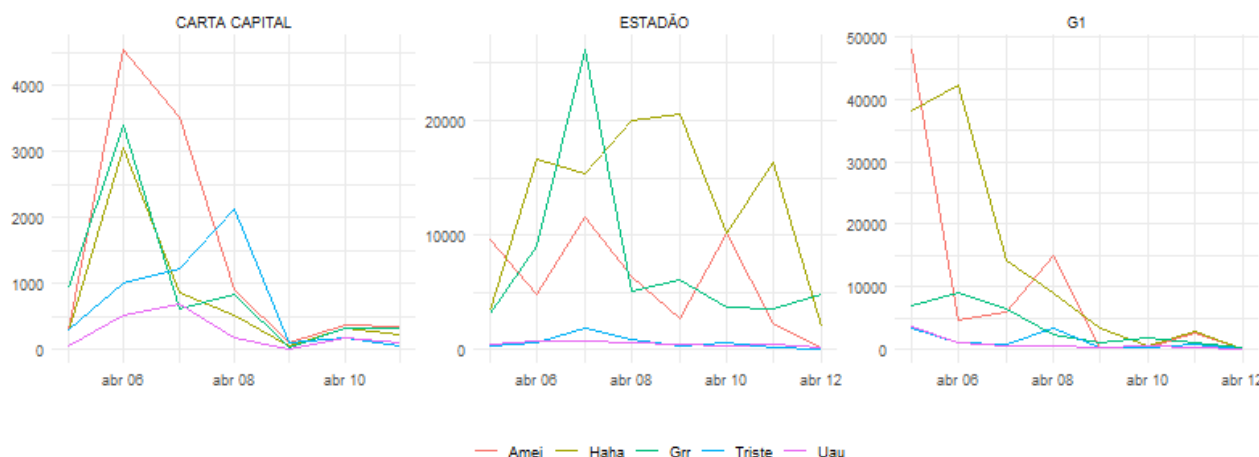
Os comentários, entre as quatro opções acima, são o que mais indicam um interesse e esforço político, já que o usuário precisa efetivamente ter uma opinião para oferecer, algo a dizer sobre aquele conteúdo, que poderá ser lido e acessado por todos os seguidores daquela página. Essa hierarquização das formas de engajamento é utilizada pelo algoritmo do Facebook para medir a popularidade de uma publicação, quanto maior o esforço envolvido na ação, mais eles compreendem que o usuário está interessado naquela informação e mais divulgada essa postagem é pela própria rede social (MOSSERI, 2018). Assim, uma postagem com alto número de comentários é muito mais interessante para a rede social e para a página, do que uma publicação apenas com muitas curtidas e reações.

A partir desse “ranking” dos microatos de participação no Facebook, podemos fazer uma leitura mais aprofundada dos gráficos. Apesar de não ser o microato mais fácil de ser executado, as reações são a forma de engajamento mais acionada pelos usuários, seguida das curtidas, compartilhamentos e comentários. As reações, entendidas aqui como expressões emocionais dos usuários na rede social, indicam como esse laço emotivo é forte nas postagens e também mostram que, para os usuários, apenas o botão curtir não é suficiente para se expressarem diante das postagens.

Há pequenas alterações a esse padrão nos gráficos e por algumas vezes o número de comentários ultrapassa o de compartilhamentos. No entanto, a mais destacada um pico de comentários que ultrapassa até mesmo as reações nas postagens na página Estadão no dia 7 de abril, por causa de uma postagem da transmissão ao vivo com a mensagem “Missa em homenagem para Marisa Letícia vira ato político de Lula e

aliados” que teve, sozinha, 77.469 comentários. Em uma análise específica das emoções em cada uma das publicações, podemos perceber uma linha similar a dos comentários medindo a reação “Grr”, representada pela cor verde no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Comparação de reações por página



Fonte: Facebook, 2018.

Durante o período analisado, o Facebook disponibilizava cinco reações diferentes para que os usuários pudessem expressar suas emoções diante dos conteúdos: Amei, Haha, Grr, Triste e Uau. A reação “Grr” é apresentada por um *emoji* com feições comumente associadas a raiva ou ódio 🙄. Dessa forma, além da indicação que os usuários efetivamente buscam se expressar e participar politicamente – e afetivamente – através desta ferramenta, podemos apontar a raiva como um mobilizador importante no engajamento político.

O caráter emocional da política é destacado por Castells (2015), que reúne uma série de pesquisas que apontam para a força das sensações e dos argumentos emocionais no direcionamento dos nossos pensamentos e ações. Assim, as emoções têm papel fundamental dentro do jornalismo, já que elas são o código que permitem que o leitor compreenda a realidade e que determina a opinião pública e ação coletiva. O autor ainda afirma que “a cognição política é formada emocionalmente” (CASTELLS, 2015:213) e emoções e sentimentos operam de formas diferentes para levarem as pessoas a terem determinado comportamento político. Entre as emoções que estão mais diretamente ligadas com a ação política estão o medo, a esperança e o ódio. Castells (2015) afirma que essas emoções são mobilizadoras politicamente e, por isso, são muito exploradas na comunicação.

De acordo com Ahmed (2014), assim como existe uma hierarquia entre emoção e razão, existiria também uma hierarquia dentro das emoções – enquanto algumas emoções são consideradas “elevadas” e devem ser cultivadas, outras são tidas como inferiores e sinal de fraqueza. Assim, as emoções também possuem um papel hierarquizante e pode ser usada como “ferramenta” nas relações de poder já que podem ser entendidas como uma forma de micropolítica. Para Rezende e Coelho (2010) essa micropolítica das emoções fala exatamente sobre essa relação entre emoções e as relações sociais e sobre o potencial delas de “dramatizar/ alterar/ reforçar a dimensão macrossocial em que as emoções são suscitadas” (REZENDE e COELHO, 2010:75). Nesse sentido, elas não são sentidas individualmente, mas são construídas, vivenciadas e percebidas em sociedade e, por isso, precisam ser também estudadas na perspectiva dos fenômenos e da organização social.

Para Miller (1997), as emoções podem ser sentimentos morais e fazem parte da esfera política e social. Ele aprofunda seus estudos sobre o asco e a humilhação afirmando que as emoções morais demarcam status, tem um direcionamento - de cima para baixo ou de baixo para cima -, hierarquizam socialmente a sociedade. Assim, as experiências emocionais, como as de humilhação, asco e desprezo, não falam apenas de experiências individuais ou da nossa relação com o outro, mas de relações de poder, de hierarquização e ordem social. Exatamente por se tratarem de uma relação social, as emoções são mediadas, e também precisam ser tema dos estudos da comunicação. Por sua perspectiva moral, as emoções têm função política e fazem parte da narrativa política e comunicacional.

Assim, o discurso emotivo, e simultaneamente moral, é central na construção da narrativa política. As possibilidades da internet permitiriam ainda mais a exploração das sensações, com vídeos, fotos e novas formas de explorar os sentidos e oferecer uma impressão mais “real” e “crua” daquilo que está acontecendo (CASTELLS, 2015). Além de ser uma rede social centrada nos afetos e, portanto, com forte carga emocional, o algoritmo do Facebook privilegia as páginas e postagens com o maior engajamento. Se o engajamento é fundamental para que o algoritmo veicule a sua mensagem e se o engajamento é conseguido através da emoção – especialmente através do ódio – então os discursos políticos nessa plataforma serão cada vez mais contaminados pelas emoções, em especial pelo discurso de ódio.

O ódio como ferramenta de engajamento político

Desde a criação do Facebook, em 2004, Mark Zuckerberg estava interessado no chamado *social graph* – gráfico social – ou seja, nas redes de relacionamentos dos usuários. A rede de Zuckerberg se propunha a conectar usuários com seus amigos e conhecidos, para que eles pudessem trocar informações pessoais sobre suas vidas, gostos e interesses. De acordo com Pariser (2011), o que levou o Facebook a outro patamar e o diferenciou das outras redes sociais existentes naquele momento foi a criação do ‘Feed de Notícias’, um algoritmo que filtrava as postagens dos amigos do usuário e as organizava em uma *timeline*, facilitando a visualização. Até aquele momento, nas redes sociais de maior sucesso – como o Friendster ou MySpace – o usuário precisava ir até a página de seus amigos para visualizar suas atualizações, mas com o ‘Feed de Notícias’ as atualizações de amigos e de páginas que interessam àquele usuário são organizadas e filtradas de forma automática (PARISER, 2011).

O’Neil (2016) explica que algoritmos são modelos escritos em códigos matemáticos que permitem a realização de uma tarefa. Nas redes sociais, com o uso da inteligência artificial, esses algoritmos são capazes de aprender e se aperfeiçoar a partir das informações que oferecemos para eles, através das nossas interações com a rede. Assim, o algoritmo pode prever, com base nos nossos dados anteriores, o que gostaríamos de ver ou fazer e filtrar as informações de acordo com esses dados.

Na teoria, esses filtros são facilitadores, pois permitem que tenhamos acesso a informações que temos interesse, e em um mundo digital de *big data*, qualquer tipo de filtro é bem-vindo. No entanto, quando avaliamos o aspecto democrático deste tipo de filtro percebemos que, ao mesmo tempo que os filtros facilitam o acesso ao que gostamos ou queremos ver, eles também prejudicam nosso acesso a diferentes pontos de vista e pluralidade de fontes. O Facebook é financiado, em grande parte, pela venda de anúncios, no entanto, os anúncios não são veiculados da mesma forma que em um jornal ou revista.

Segundo Arvidsson (2016), o Facebook utiliza as informações coletadas sobre os usuários para oferecer anúncios publicitários baseados em interesses e afinidades individuais, na tentativa de aumentar a probabilidade daquele usuário aceitar a mensagem. Esse tipo de “recomendação da informação” não é aplicado apenas a publicidade, os algoritmos determinam como será organizada a nossa “timeline”, com quais pessoas mais interagimos, que tipo de conteúdo gostaríamos de ver, e quais notícias nos interessam mais. É importante destacar que, como os códigos do Facebook

são fechados, é impossível saber que tipo de informação está sendo coletada, como ela está sendo usada e quais critérios são usados para filtrar conteúdos (ARVIDSSON, 2016).

Helbing *et al.* (2017) afirmam que quanto mais os algoritmos sabem sobre nós, menos chance temos de fazer escolhas livres e conscientes (HELBING, 2017). Através do conceito de *nudging* da ciência behaviorista, que seria um empurrão em direção a um determinado comportamento, o autor formula a ideia de *big nudging* – ou seja, uma forma de manipulação da opinião e do gosto na era do big data, através da sugestão de hábitos de consumo ou construção de gosto a partir de recomendações e algoritmos que filtram as informações. Um exemplo desse tipo de prática é o uso de informações de hábitos de consumo e dados online para a criação de rankings de “crédito social”, como a SesameCredit, empresa chinesa, que pontua e oferece “vantagens” aos consumidores para deduzir sua personalidade e comportamento. A empresa é uma das parceiras do governo chinês na criação de um “sistema de crédito social” que pretende monitorar e pontuar o comportamento dos cidadãos através de dados online e do uso de algoritmos, determinando quais chineses tem um bom ou mal comportamento e aplicando sanções naqueles que se desviam do padrão estabelecido pelo governo (BBC, 2017).

Antes mesmo do surgimento da internet, Poster (1995: 67) já comparava as mídias eletrônicas ao panóptico de Foucault, um mecanismo de controle baseado na vigilância da população. No panóptico, um guarda posicionado em uma torre de vigilância, poderia vigiar todos os prisioneiros a todo tempo. Como no panóptico não é possível ver o interior da torre, os prisioneiros não poderiam saber quando estavam sendo efetivamente vigiados, teriam medo de serem pegos fazem algo “errado” e seguiriam as normas sempre. Para o autor, a vigilância eletrônica pode ser entendida como um panóptico moderno, uma forma de moralizar e “educar” através da vigilância. Esse modelo é muito similar ao uso do big data pelas empresas para monitorar o comportamento dos consumidores.

Além do problema da privacidade e do controle com relação aos algoritmos, esse tipo de sistema também acaba criando bolhas de informação e polarização política (HELBING *et al.*, 2017). Se o cidadão tem acesso apenas a um grupo de notícias, filtradas de acordo com aquilo que já consumimos previamente, sua visão plural e diversa da sociedade é limitada de forma brutal. Não há mais possibilidade de se tomar uma decisão qualificada e informada, já que a informação chega até ele aos pedaços.

Para Pariser (2011), uma das premissas da democracia é que os cidadãos tenham acesso a diferentes pontos de vista e uma variedade de informações, no entanto, nas bolhas nós estamos isolados em termos de informação, aquela narrativa de mundo e da política não é compartilhada com outros cidadãos, como acontece através da televisão ou jornal, porque somos os únicos a termos acesso àquele conjunto específico de notícias, posts, fotos e conteúdos. Essas informações personalizadas, que aparentemente facilitam a vida do usuário, porque filtram aquilo que é de seu interesse em um mundo de informações infinitas, criam uma narrativa política única, recortes de uma realidade encapsulados em bolhas de informação.

Nossas informações passadas são armazenadas e com base nelas é determinado aquilo que o Facebook – e qualquer rede social que se baseie neste mesmo modelo – vai mostrar aos usuários. Dessa forma, quando abrimos uma rede social não temos uma visão de tudo que está acontecendo naquele espaço, temos um recorte daquilo que “provavelmente” vamos ter mais interesse, de acordo com nossas interações passadas. Dessa forma, se você tem o hábito de acompanhar e compartilhar notícias favoráveis ao ex-presidente Lula, é muito provável que, ao longo do tempo, o Facebook passe a te oferecer cada vez mais postagens que falem bem do ex-presidente e de seus apoiadores e vai deixar de mostrar, na sua *timeline*, as informações que critiquem esse grupo. Tendo apenas acesso às informações favoráveis, sua opinião a respeito do ex-presidente nunca será questionada, na verdade, sem uma multiplicidade de informações divergentes, você irá apenas enxergar o ex-presidente sob a ótica que o Facebook entende que você quer enxergar.

No Brasil, temos uma mídia que é historicamente partidária e polarizada, com o uso das redes sociais para acesso às notícias – através das páginas alimentadas pelas próprias empresas e pelo compartilhamento espontâneo – esse partidarismo e polarização é ainda mais perceptível. E se compreendemos que a polarização e as emoções – especialmente emoções negativas, como ódio e raiva - estão diretamente relacionadas com o aumento no número de comentários, explorar essa emoção ajuda no impulsionamento da página e na compreensão, pelos algoritmos do Facebook, de que ela é mais importante e deve compor a narrativa dos usuários.

Para Albuquerque *et al* (2015), a mídia se torna mais partidária à medida que a polarização política aumenta, e no contexto atual, as empresas midiáticas acabam optando pela parcialidade como forma de atrair a atenção do público, que vive nessas bolhas de informação nas redes sociais. Os autores afirmam que a imprensa partidária não é um problema por si só, mas é necessário que ela exponha seus posicionamentos

políticos e ideológicos, o que em geral não acontece no Brasil. (ALBUQUERQUE *et al*, 2015). De fato, a parcialidade não é um problema por si só, mas o uso do ódio como ferramenta de engajamento político pode ter impactos profundos na política e democracia brasileira.

Considerações Finais

A partir deste artigo, pudemos começar uma discussão sobre a emergência do discurso emocional nas narrativas políticas – através dos próprios políticos, da mídia ou das redes. Apesar de ainda ser um estudo inicial, a análise das postagens sobre a prisão do ex-presidente Lula no Facebook nos ajuda a compreender as emoções como um fator de engajamento político. Mais do que isso, nos apontam para uma forte relação entre o número de comentários e as manifestações de raiva ou ódio na rede social. Também tivemos a oportunidade de abordar brevemente o funcionamento dos algoritmos do Facebook na construção de bolhas de informação. Se o cidadão tem acesso apenas a um grupo de notícias, filtradas pelos algoritmos e organizadas em bolhas de informação, sua visão plural e diversa da sociedade é limitada de forma brutal, não há mais possibilidade de se tomar uma decisão qualificada e informada, já que a informação chega até ele aos pedaços. A visão parcial e polarizada a respeito da política nacional abre ainda mais espaço para as manifestações agressivas e o discurso de ódio.

É preciso lembrar que as emoções por si só não são prejudiciais para a construção política, na verdade elas são força motriz da ação política. São os discursos apaixonados, as causas que tocam os indivíduos, a esperança que nos faz exercer a vida política. No entanto, as emoções também mobilizam o discurso de ódio, a intolerância, a rejeição de grupos sociais minoritários e o totalitarismo. Quando essas emoções se tornam um fator de engajamento e, portanto, um produto digital, não há limites para que ela seja incentivada, ainda que as consequências não sejam positivas. Em um mundo de filtros e algoritmos, a democracia se torna impraticável.

Referências

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

ALBUQUERQUE, Afonso *et al*. Jornalismo parcial feito para vender: a decadência do padrão “catch-all” pelas leis do mercado. **Anais do VII Congresso da Compolítica**. Rio de Janeiro, 2015.

ALDÉ, Alessandra. A construção da política: cidadão comum, mídia e atitude política. In: BORBA, Felipe; ALDE, Alessandra. **Eleições, opinião pública e comunicação política no Brasil contemporâneo: homenagem a Marcus Figueiredo**. Rio de Janeiro, Ed UERJ, 2017.

ARVIDSSON, Adam. **Facebook and finance: on the social logic of the derivative**. Theory, Culture and Society, v. 33, n. 6, p. 3-23, 2016.

BBC Mundo. **O plano chinês para monitorar – e premiar – o comportamento de seus cidadãos**. São Paulo, 20 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42033007> . Acesso em: 12 de agosto de 2018.

CARTA, Mino. **A inquisição fortalece Lula**. São Paulo, 29 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/988/a-inquisicao-fortalece-lula>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

CARTA, Mino. **Ciro, esta não....** São Paulo, 28 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/1005/ciro-esta-nao> . Acesso em: 10 de agosto de 2018.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

G1 PR. **Moro determina prisão de Lula para cumprir pena no caso do triplex**. Paraná, 05 de abril de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/moro-determina-prisao-de-lula-para-cumprir-pena-no-caso-do-triplex-em-guaruja.ghtml> Acesso em: 10 de agosto de 2018.

GOMES, Wilson. Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa. **Anais da XIII COMPÓS..** São Paulo, 2004.

HELBING, Dirk *et al.* Will democracy survive big data and Artificial Intelligence? **Scientific American**. Fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/will-democracy-survive-big-data-and-artificial-intelligence/> . Acesso em: 1 agosto de 2017.

MARGETTS, Helen, *et al.* **Political Turbulence: How Social Media Shape Collective Action**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2016.

MILLER, William Iam. **The Anatomy of Disgust**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

MOSSERI, Adam. **News Feed Ranking in Three Minutes Flat**. Disponível em: <https://newsroom.fb.com/news/2018/05/inside-feed-news-feed-ranking/> Acesso em: 10 de abril de 2018.

O Estado de S. Paulo. **O tesvário de Lula**. São Paulo, 10 de abril de 2018. Disponível em: <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-tesvario-de-lula,70002261790>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

O Globo. **Prisão de Lula reforça o estado de direito**. Rio de Janeiro, 06 de abril de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/prisao-de-lula-reforca-estado-de-direito-22562673#ixzz5OCWwPpnBstest> Acesso em: 10 de agosto de 2018.

O'NEIL, Cathy. **Weapons of math destruction**. New York: Crown, 2016.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You**. Londres, Penguin Books, 2011.

PORTAL G1. **Princípios Editoriais Do Grupo Globo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html> Acesso em: 8 de agosto de 2018.

POSTER, Mark. **The Second Media Age**. Cambridge, Polity Press, 1995

REUTERS Institute for the Study of Journalism. **Digital News Report**. Disponível em: <http://www.digitalnewsreport.org/survey/2017/brazil-2017/>. Acesso em: 25 de janeiro 2018.

REZENDE, Claudia Barcelos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Cidadania e acontecimento*

Uma discussão sobre imprensa e democracia na modernidade

Mônica Chaves **

Resumo

Este trabalho constitui parte da revisão bibliográfica de dissertação de mestrado, e pretende discutir de que modo a circulação de informações sobre acontecimentos – em geral apresentados pela imprensa ou por veículos que se utilizam dos recursos da linguagem jornalística – produz efeitos nas sociedades ocidentais democráticas contemporâneas, a partir da disseminação de informações marcadas socialmente como relevantes, conforme o conceito de Sodré. Para isso, proponho uma articulação entre as noções de modernidade e globalização, tais como apresentadas por Giddens, e de poder simbólico, tal como apresentada por Bourdieu. Além disso, sugiro uma visão da imprensa como parte integrante dos dispositivos de poder apresentados por Foucault. A pesquisa empírica qualitativa da dissertação irá investigar a circulação de notícias entre adolescentes no atual cenário midiático digital.

Palavras-chave: Democracia; modernidade; jornalismo; acontecimento.

Onde a imprensa   livre e todo homem é capaz de ler, tudo está a salvo.
Thomas Jefferson

Introdução

Em seu trabalho sobre a condição humana, a filósofa política Hannah Arendt inicia o prólogo descrevendo, de forma quase lírica, o lançamento, em 1957, do primeiro s t lite artificial lançado no espaço, o Sputnik I, construído no âmbito do programa espacial soviético. A partir da narração desta conquista científico-tecnológica, ocorrida apenas um ano antes da publicação do livro, Arendt apresenta um primeiro questionamento sobre o que verdadeiramente constituiria nossa humanidade, dado que “[a] Terra é a própria quintessência da condição humana e, ao que sabemos, sua natureza pode ser singular no universo” (ARENDT, 1989). Diante de suas conjecturas sobre um tema tão primordial, quase passa despercebido um trecho em que a autora nos informa sobre o modo como ficou a par de tamanho acontecimento, e, mais que isso, da reação de seus contemporâneos ao feito até então inédito na história da humanidade:

* Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política durante o XV Poscom PUC-Rio, de 6 a 9 novembro de 2018.

**Mestranda em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) em 1993.

Este evento, que em importância ultrapassa todos os outros, até mesmo a desintegração do átomo, teria sido saudado com a mais pura alegria se não fossem as suas incômodas circunstâncias militares e políticas. O curioso, porém, é que essa alegria não foi triunfal; o que encheu o coração dos homens que, agora, ao erguer os olhos para os céus, podiam contemplar uma de suas obras, não foi o orgulho nem assombro ante a enormidade da força e da proficiência humanas. A reação imediata, expressa espontaneamente, foi alívio ante o primeiro “passo para libertar o homem de sua prisão na terra”. E essa estranha declaração, *longe de ter sido o lapso accidental de algum repórter norte-americano*, refletia, sem o saber, as extraordinárias palavras gravadas há mais de vinte anos no obelisco fúnebre de um dos grandes cientistas da Rússia: “A humanidade não permanecerá para sempre presa à terra” (ARENDT, 1989, p. 9, grifo meu).

Dos grandes feitos da humanidade às informações mais prosaicas sobre o que ocorre na vizinhança, a imprensa vem sendo, nos últimos três séculos, uma das principais maneiras pela qual os indivíduos tomam conhecimento dos acontecimentos nas sociedades urbanas. Para definir melhor o que se constitui como acontecimento, no sentido da informação jornalística, recorro à conceituação proposta por Muniz Sodré (2009), segundo a qual este seria um fato marcado para o sistema da informação pública. Para o autor,

[i]nteressa-nos aqui apenas assinalar que o termo marcado apresenta, no quadro de uma determinada cultura, um desenvolvimento mais complexo – tornando-se por isso suporte de uma carga maior de valorização simbólica – do que o não-marcado. Assim, o que chamamos de acontecimento jornalístico é um fato marcado, portanto, mais determinado para o sistema da informação pública do que outros existentes, tidos como não marcados para a formação de um conhecimento sobre a cotidianidade urbana (SODRÉ, 2009, p. 75).

De fato, desde o surgimento da imprensa de massa, no século XIX, tem sido atribuído a ela um papel importante na constituição das sociedades democráticas – se não um efeito causal, pelo menos uma dimensão de retroalimentação entre a maturidade de uma democracia e a solidez de seus veículos jornalísticos. Desde aquele momento, os meios de comunicação se constituíram como um importante canal de disseminação das informações marcadas socialmente, e a imprensa passou a ser apontada como o “Quarto Poder”. Segundo Nelson Traquina (2005, p. 46), o termo surgiu na Europa pós-Revolução Francesa, em alusão à organização dos estados democráticos em três poderes separados, com atribuições de mútua fiscalização uns sobre os outros: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Porém, mesmo então, a neutralidade e a objetividade buscadas pelo jornalismo nascente do século XVIII eram alvos inalcançáveis:

O poder dos meios de comunicação em moldar os fatos ao dar-lhes cobertura foi um fator crucial na Revolução Francesa, quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos

negócios de Estado. Os revolucionários sabiam o que estavam fazendo quando carregavam prelos em seus desfiles cívicos, e quando reservaram um dia do calendário revolucionário para comemorar a opinião pública (DARNTON, 1990, p. 15).

Para além de sua relevância para as sociedades urbanas democráticas, a imprensa também se articula ao dinamismo da modernidade, no conceito de Anthony Giddens. Segundo o autor, “a extensão global das instituições da modernidade seria impossível não fosse pela concentração de conhecimentos que é representada pelas ‘notícias’” (GIDDENS, 1991, p. 8).

A liberdade de imprensa é tão constitutiva para a democracia que está assegurada na Constituição Federal brasileira, que a distingue da liberdade de expressão, conceito mais abrangente (BRAGA; AGUIAR; BERGAMASCHI, 2014). Alguns incisos do artigo 5º tratam da livre manifestação do pensamento e da livre expressão intelectual, artística, científica e de comunicação, incluindo a garantia de sigilo da fonte quando se trata do acesso de todos à informação; já o artigo 220 garante especificamente, em seu parágrafo primeiro, que a lei deve proteger a “plena liberdade de informação jornalística”.

A partir destes pressupostos, este artigo pretende discutir de que modo a circulação de informações sobre acontecimentos – em geral apresentados pela imprensa ou por veículos que se utilizam dos recursos da linguagem jornalística – produz efeitos nas sociedades ocidentais democráticas contemporâneas.

Modernidade, globalização e informação

Giddens define a modernidade como o “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 8). O autor considera que o sistema social que se estruturou a partir da Revolução Industrial nos países europeus, e que se disseminou para outros países e continentes a partir de então, é o mesmo que caracteriza o período histórico que ainda vivemos; assim, não estaríamos ultrapassando historicamente a modernidade, e sim “alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (GIDDENS, 1991, p. 9). O que não significa, sob a perspectiva de Giddens, que o momento iniciado no final do século XX não seja de grandes transformações. No entanto, para ele a natureza da modernidade se manteve, estruturalmente, ao longo de todo esse período; o que vem se transformando é a matéria sobre a qual o sistema social se baseia:

[a]lguns dos debates sobre estas questões se concentram principalmente sobre transformações institucionais, particularmente as que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação (GIDDENS, 1991, p. 8).

Além disso, o autor aponta como uma das principais características da modernidade a reflexividade da vida social, ou seja, o fato de que “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p. 39). Em sua análise deste período histórico, ele sugere, ainda, a existência de uma relação íntima entre a modernidade e a globalização. Para ele, “a modernidade é inerentemente globalizante”, dadas as características de distanciamento tempo-espço de várias de suas estruturas, que possibilitam “relações entre formas sociais e eventos locais e distantes” por meio de um processo que o autor chama de “alongamento”.

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa (GIDDENS, 1991, p. 60).

Desta forma, é possível considerar que o fenômeno da globalização esteja diretamente ligado às tecnologias mecanizadas de comunicação, mais amplamente disseminadas a partir do crescimento dos jornais de circulação de massa, relacionando-se tanto aos aspectos *reflexivos* da modernidade quanto ao dinamismo provocado pela *separação tempo-espço*. Diz o autor:

O impacto globalizante da mídia foi notado por numerosos autores durante o período do início do crescimento dos jornais de circulação de massa. Assim, um comentador em 1892 escreveu que, como resultado dos jornais modernos, o habitante de uma pequena aldeia tinha uma compreensão mais ampla dos eventos contemporâneos do que o primeiro-ministro de cem anos antes. (...) A questão aqui não é que essas pessoas estejam contingentemente conscientes de muitos eventos, de todas as partes do mundo, dos quais, antes, elas permaneceriam ignorantes. É que a extensão global das instituições da modernidade seria impossível não fosse pela concentração de conhecimentos que é representada pelas “notícias” (GIDDENS, 1991, p. 71-72).

Em sua teorização sobre a narração dos fatos, Sodré observa que a midiaticização, ou seja, a propagação dos acontecimentos por meio das mídias, tornou-se “o processo central de visibilização e produção dos fatos sociais na esfera pública” (SODRÉ, 2009, p. 38). Porém, como o próprio autor ressalta, é importante atentar para o fato de que os meios de comunicação fazem parte de um processo industrial, e que as notícias são, portanto, *construídas* a partir de uma perspectiva que   também mercadológica:

Embora o relato jornalístico seja realmente uma “construção”, feita por uma subjetividade a partir de outros relatos (provindos das fontes), existe uma presunção de imparcialidade, garantida pelo estatuto profissional do jornalista. Produz-se a notícia com a presunção de que o acontecimento adquira o estatuto pleno de fato, dando sentido ao que ocorreu e possibilidades de previsão quanto ao que ainda vai ocorrer (SODRÉ, 2009, p. 41).

É importante, porém, fazer uma ressalva: em uma sociedade ao mesmo tempo globalizada e midiaticizada não é difícil constatar que as construções narrativas representadas pelas notícias reproduzem, em suas estruturas de produção e distribuição, assimetrias de poder similares às da geopolítica internacional. Assim, o acesso a um noticiário de qualidade e, tanto quanto possível, independente, passa a ser uma demanda para ampliar a justiça social nos países em desenvolvimento, segundo a Unesco:

Vinte e cinco anos atrás, a Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, instituída no âmbito da Unesco, já recomendava em seu famoso Relatório MacBride que “nos países em desenvolvimento, considera-se necessário ampliar o conceito de notícia, com objetivo que engloba não só os ‘acontecimentos’, mas também os processos inteiros”. Para o grupo de intelectuais responsável pelo texto, uma Nova Ordem Informativa Mundial – com uma concepção não estritamente comercial do produto informativo, capaz de eliminar as desigualdades nos fluxos internacionais da informação, de suprimir os efeitos negativos dos monopólios e concentrações excessivas, entre outros efeitos – daria margem à produção de uma “imagem mais completa e mais equitativa do mundo”, política e culturalmente benéfica aos países em desenvolvimento. (SODRÉ, 2009, p. 54)

Notícias como narrativas e imprensa como dispositivo de poder

Afirmar que as notícias são uma construção não significa negar sua conexão com a realidade dos fatos, ao mesmo tempo em que reconhecer que as notícias são narrativas sobre o real não nos exige de observar sua condição de construções discursivas. E todo discurso, de acordo com Michel Foucault, traz em si relações de poder e de saber. No que diz respeito à relação entre sociedades e poderes, em sua introdução ao volume *Microfísica do Poder*, Roberto Machado explica que:

(...) não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social e, como tal, constituída historicamente. (MACHADO, 2011, p. X)

Assim, à luz da teorização de Foucault (2011) sobre as relações entre poder e saber, podemos dizer que os veículos noticiosos, por possibilitarem a circulação de informações sobre acontecimentos marcados socialmente, constituiriam um importante elo da rede social de dispositivos de poder. Isso porque, sob a perspectiva da microfísica foucaultiana, a questão do poder é introduzida como um instrumento capaz de explicar a produção dos saberes nas sociedades ocidentais. Assim, pode-se afirmar que parte

importante dos discursos de poder que se estruturam nas sociedades democráticas contemporâneas são veiculados pelos meios de comunicação, fazendo com que, analogamente aos intelectuais, os profissionais da imprensa também sejam parte do sistema de poder:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber: elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. (FOUCAULT, 2011, p. 71)

Desta forma, discutir a relação das notícias com a realidade parece tão importante quanto tentar compreender de que forma as informações noticiosas poderiam influenciar as opiniões dos cidadãos em sociedades em que a imprensa é livre e a participação democrática é permitida. Nesse sentido, a linha teórica que parece melhor explicar o fenômeno é a Teoria da Agenda, testada e referendada por centenas de estudos ao redor do mundo desde a década de 1960, quando a hipótese foi primeiro formulada por McCombs e Shaw (MCCOMBS, 2009). Os autores iniciaram seus estudos observando qual seria de fato a influência da “agenda da mídia” sobre a “agenda pública”. Para McCombs, “a repetição do tópico dia após dia é a mais importante mensagem de todas sobre sua importância (MCCOMBS, 2009, p. 17-18)”.

A Teoria da Agenda, apresentada inicialmente como uma hipótese, foi verificada em mais de 400 investigações empíricas realizadas ao longo de quatro décadas, em todo o mundo – todas elas reforçando a constatação da influência dos veículos noticiosos sobre a chamada saliência dos assuntos, ou seja, a importância atribuída pelo público a determinados temas. A conclusão apresentada por McCombs em seu trabalho que consolida os principais resultados desses estudos foi a de que existe um “efeito causal forte da comunicação massiva no público – a transferência da saliência da agenda da mídia para a agenda pública” (MCCOMBS, 2009, p. 22). No longo prazo, a sustentação da relevância de um tema ao longo do tempo resulta no que alguns autores chamam “efeito enciclopédia” (MCCOMBS, WOLF, HOHLFELDT): a partir de fluxos contínuos de comunicação, os indivíduos criam repertórios informacionais, constituindo o “estágio inicial da opinião pública” (McCombs, 2012, p. 18). A agenda das mídias torna-se, assim, ao mesmo tempo a agenda pessoal (preocupações individuais) e a agenda social (opinião pública), ao alimentar o repertório de informações armazenadas pelos indivíduos.

As lutas simbólicas e a retórica da objetividade no campo jornalístico

Os conceitos de poder simbólico e capital simbólico trazidos por Bourdieu (1989) permitem uma melhor compreensão de como se dá a luta simbólica pela capacidade socialmente reconhecida de dizer a verdade. O sociólogo francês afirma, em sua obra sobre o tema, que o poder simbólico se manifesta por meio dos chamados sistemas simbólicos: a língua, a arte, a religião, ou seja, manifestações amplas da comunicação humana. Sua teorização pretende dar conta do fenômeno da construção de categorias conceituais que organizam as percepções de mundo. Assim, o poder simbólico é, sob a perspectiva de Bordieu, o poder de construir a realidade, de produzir efeitos na realidade social sem um gasto significativo de energia física.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. ((BOURDIEU, 1989, p. 15)

Desta forma, o poder simbólico é um poder invisível, que se exerce a partir da cumplicidade dos próprios subordinados. Na luta pela imposição de visões de mundo, o poder simbólico é proporcional ao capital cultural das partes. As lutas simbólicas se dão no cotidiano, entre indivíduos de um mesmo campo¹, ou de forma indireta, no campo social mais amplo – nestes casos, os agentes dessas disputas são, em grande medida, os profissionais das empresas de mídia: jornalistas, roteiristas, especialistas, publicitários. Para participar da luta simbólica é preciso ter autorização social.

Já o conceito de capital simbólico é apresentado por Bourdieu, juntamente com o de capital econômico, como o produto acumulado do trabalho passado. O capital simbólico se manifesta tanto sob a forma de capital social, que se materializa em amizades, parentescos, alianças, redes de relacionamento e prestígio, quanto na de capital cultural, que se manifesta em títulos, condecorações, honrarias, fama, reputação, saberes, sotaques, cor, gênero, origem geográfica. O capital simbólico e o capital econômico definem a posição do indivíduo na estrutura de classes sociais – e a posição

¹ Para Bourdieu, um campo é um espaço social estruturado por regras a partir das quais os agentes disputam posições e capitais simbólicos, ou, em outras palavras, um espaço de produção simbólica em que os agentes estão em luta para impor suas categorias de visão do mundo social.

ocupada terá efeitos na possibilidade de um determinado agente social influenciar o que Bourdieu chama de “capacidade reconhecida de dizer a verdade”:

De facto, a cena que se representa no palco, as estratégias que os agentes empregam para levarem a melhor na luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto, pela capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate, são a expressão das relações de força objectivas entre os agentes envolvidos e, mais precisamente, entre os campos diferentes em que eles estão implicados – e em que ocupam posições mais ou menos elevadas. (BOURDIEU, 1989, p. 54-55)

A respeito da objetividade jornalística, Bourdieu afirma que “o jornalista exerce uma forma de dominação (conjuntural e não estrutural) sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de ‘objetividade’ e de ‘neutralidade’” (BOURDIEU, 1989, p. 55). Para o autor, a luta por impor um veredito imparcial envolve agentes de diferentes campos, “obviamente hierarquizados”. Em primeiro lugar, estão os políticos; em seguida, vêm os jornalistas, que, segundo ele, “podem e devem adotar uma retórica da objetividade e da neutralidade” (BOURDIEU, 1989, p. 56); em seguida, situam-se os cientistas políticos, os especialistas em comunicação e *marketing* políticos e o campo universitário.

As estratégias discursivas dos diferentes actores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objectividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto “neutro”, lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam. (BOURDIEU, 1989, p. 56)

Portanto, a partir da observação da posição ocupada pelo campo jornalístico na luta simbólica pela “verdade” de uma sociedade, podemos concluir que, se os profissionais dos veículos de comunicação têm a capacidade de construir categorias de percepção do mundo social, torna-se fundamental reafirmar a defesa iluminista de uma imprensa livre e de qualidade, pois estas seriam condições importantes para a constituição de uma democracia moderna.

Considerações finais

Tanto governos quanto organismos multilaterais reconhecem a importância dos meios de comunicação na construção da identidade cultural, que, nas sociedades industriais ocidentais do século XX é, também, a identidade nacional. Desde o final do século XIX, de fato, a geopolítica mundial divide os países em nações – o modelo político moderno por excelência, resultado das revoluções burguesas e do ideário

iluminista, que veio substituir o modelo anterior no qual um soberano, legitimado por direito divino, governava um povo. A percepção de pertencimento a uma comunidade se dava, então, a partir dos laços de lealdade entre soberano e súditos. As fraturas que ocorrem com a consolidação da subjetividade e da ideia de indivíduo ao longo dos séculos XVIII e XIX fazem surgir, assim, um novo modelo sócio-político que Anderson (2008) denomina, com muita propriedade, uma comunidade política imaginada. Ao definir o conceito, o autor sugere que a comunidade é “imaginada” porque seus membros se imaginam como irmanados, mesmo que não conheçam os outros membros; é limitada, pois tem fronteiras territoriais, não é qualquer pessoa que pode se inserir nela; e é, sobretudo, soberana: não há mais a figura do soberano que governa o seu povo, mas os cidadãos legitimam um representante que governa em seu nome. Assim para o autor,

[a] ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente. Um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome, da imensa maioria de seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles. (ANDERSON, 2008, p. 57)

A vida política de uma nação moderna se baseia, portanto, no reconhecimento da nação como comunidade, e isso se dá pela identificação de cada indivíduo com a coletividade. A imprensa tem um papel fundamental na formação dessa identidade coletiva: pelas imagens que constrói a respeito de um comportamento nacional, pelos relatos dos assuntos e acontecimentos que são de interesse público daquela comunidade, e por destacar as fronteiras, organizando as notícias como locais, nacionais ou internacionais.

Estudos recentes apontam que a própria sociedade reconhece a importância do jornalismo e, portanto, das notícias, para o fortalecimento da democracia. Por exemplo, ao observar as audiências dos jornais Folha de S. Paulo, Estadão (SP), e O Globo (RJ), Márcia Benetti e Gisele Reginato constataram que “a principal finalidade do jornalismo para os leitores é fiscalizar o poder e fortalecer a democracia”. Para o público pesquisado, outros objetivos do jornalismo seriam: informar; esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade; e verificar a veracidade das informações (BENETTI; REGINATO, 2015, p. 6). As autoras concluíram que “o leitor espera que o jornalismo organize as informações e as disponibilize”, constituindo-se, assim, como um “índice do real” (BENETTI; REGINATO, 2015, p. 2).

Nas últimas duas décadas, a estrutura do campo jornalístico vem sendo fortemente afetada pela introdução de tecnologias digitais na produção e, principalmente, na distribuição das notícias. Com isso, surgem algumas novas questões – uma das principais é a ação dos chamados “filtros-bolha”, ou seja, a personalização automática/algorítmica dos conteúdos exibidos para cada leitor, a partir de hábitos de navegação mapeados por sistemas de inteligência artificial:

São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de bolha dos filtros – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações (PARISER, 2012, p. 14).

A partir dessa constatação, Pariser questiona o real poder da internet para constituir o que seria uma “conectividade cívica”, já que “a democracia exige que os cidadãos enxerguem as coisas pelo ponto de vista dos outros; em vez disso, estamos cada vez mais fechados em nossas próprias bolhas” (PARISER, 2012, p. 11). Para o autor, a visão de mundo dos leitores é em grande medida moldada pelas notícias que leem, especialmente ao estabelecer o que é importante e ao criar uma base de conhecimentos comuns, fundamental para a construção da democracia: “[a] menos que entendamos os grandes problemas da sociedade, não conseguiremos agir juntos para resolvê-los”(PARISER, 2012, p. 49). Daí decorre a seguinte questão: se vemos, predominantemente, conteúdos que se alinham aos que já foram vistos anteriormente, seremos cada vez menos expostos a informações que desafiam nossa visão de mundo – e isso poderá ter consequências para a própria democracia.

Este cenário da comunicação digital está configurado e consolidado, e, apesar das questões aqui apontadas, também traz mudanças positivas. É Pariser quem nos lembra a afirmação do jornalista A. J. Liebling: “a liberdade de imprensa existia apenas para quem tivesse uma prensa. Agora, todos nós temos”. Os fluxos multidirecionais da informação podem contribuir para democratizar o acesso a ela; porém, mais do que nunca, é importante investir na formação de leitores críticos, capazes de avaliar a informação que recebem, de forma a minimizar os riscos da troca de “um sistema que tinha um senso bem definido e debatido de suas responsabilidades e funções cívicas por outro que não tem qualquer senso ético” (PARISER, 2012, p. 70), dado que é condicionado por filtros não-humanos e disputado por curadores não profissionais.

Referências

- ANDERSON, Benedict R. O. G. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- BENETTI, Márcia; REGINATO, Gisele D. O vínculo emocional do leitor ao jornalismo: estudo da revista Veja no Facebook. Revista FAMECOS, v. 21, n. 3, p. 878–896, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1989.
- BRAGA, Adriana; AGUIAR, Leonel; BERGAMASCHI, Mara. O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística. Intercom-RBCC, v. 37, n. 1, p. 111–131, 2014.
- DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. São Paulo: Graal, 2011.
- GIDDENS, Anthony. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. Revista FAMECOS, p. 42–51, 1997.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: Microfísica do poder. São Paulo: Edições Graal, 2011.
- MCCOMBS, Maxwell. A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.
- PARISER, Eli. O Filtro Invisível: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.
- SODRÉ, Muniz. A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. Teorias das Comunicações de Massa. 2a. ed. [s.l.] Ed. WMF Martins Fontes, 2012.

REGULAÇÃO DA MÍDIA EM DEBATE: ANÁLISE COMPARADA NO MOMENTO ATUAL E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO NO BRASIL E NA ARGENTINA¹

Will Montenegro Teixeira²

Rodolfo Silva Marques³

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os processos de regulação da mídia no Brasil e na Argentina, em perspectiva comparada, considerando o momento atual (2016-2018). A questão é identificar os impactos da regulação da mídia nos processos democráticos no Brasil e na Argentina, considerando o período histórico 2003-2015, além das perspectivas para o futuro. O objetivo é pesquisar as relações entre governos e *media* no Brasil e na Argentina –, verificando as alterações nos modelos de regulação da mídia em cada país. A premissa está na ideia de que a regulação não causa prejuízos aos processos democráticos nos dois países. Para atingir os objetivos deste trabalho e responder às questões-problema, fazem-se revisão bibliográfica e o estudo comparado.

Palavras-chave: Regulação; Mídia; Brasil; Argentina.

1. INTRODUÇÃO

No presente *paper*, a ideia é fazer uma rápida análise a respeito dos modelos de regulação da mídia no Brasil e na Argentina, com um estudo comparado, considerando o momento atual (2016-2018) e as tentativas recentes de reforma nos modelos, entre 2003 e 2015.

No Brasil, houve e há tentativas para a execução de reformas no modelo de regulação da mídia, como a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo no país. Na América Latina, não há maiores discussões sobre a implantação de comitês de regulação da imprensa escrita. No país platino, o processo de criação de novos marcos regulatórios esteve em um estágio bem avançado, entre 2009 e 2015, com as intervenções do Governo da Presidente Cristina Kirchner junto aos principais grupos de

¹ Trabalho submetido ao GT 5 – Comunicação & Política.

² Doutorando em Comunicação, Linguagens e Cultura pela UNAMA. Mestre em Ciências Sociais pela UFPA. Especialista em Artes Visuais: Cultura e Criação pelo SENAC (SENAC/RJ). Docente da FEAPA e da FAPAN. E-mail: willmontenegro1@gmail.com

³ Recém-Doutor em Ciência Política pela UFRGS (título obtido em março de 2018, com homologação). Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela UFPA. Docente da Universidade da Amazônia (UNAMA) e da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA). Servidor Público (Analista Judiciário do TJPA). Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade da Amazônia. E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com.

comunicação, em especial em relação ao *Clarín*, maior grupo de comunicação da Argentina.

No Brasil, existe um modelo tradicional de barganha política, consolidado historicamente no período da ditadura militar (1964-1985). A influência dos "coronéis eletrônicos" (LIMA, 2007, 43), se dava no controle do acesso ao debate público, de forma direta e ao impedirem possíveis concorrentes em um processo eleitoral de participarem de tais debates públicos. Neste período da ditadura militar (1964-1985), além da censura, o regime atuou para "fortalecer" as principais emissoras de TV como ferramentas de suas estratégias de poder. (LIMA, 2011, 2012 e 2014).

Na América Latina, tal questão ganhou espaço exatamente porque, em alguns países, como na Venezuela, no Equador, na Argentina e no Brasil, o poderio econômico dos principais grupos de comunicação ficou mais evidente e os conflitos entre governos e os meios de comunicação – os *media* – também tiveram um nível de intensificação.

Nesse contexto, o funcionamento da TV Pública e a presença de um questionamento cada vez mais crescente da sociedade sobre diversos temas passaram a ter espaço nas discussões públicas e políticas de cada Estado, em maior ou menor escala.

É necessário considerar que as formas de regulação pública dos meios de comunicação estão presentes em todos os países democráticos. O que parece estar em jogo é assegurar o direito de expressão, que inclui, em primeiro lugar, a liberdade de cada indivíduo e de cada grupo a se expressar livremente em espaço público e com acesso universal à informação.

A discussão ocorre em um momento de incertezas quanto ao funcionamento dos meios de comunicação em vários países, em especial em relação aos casos analisados.

A questão da democratização da comunicação está em evidência no Brasil e na Argentina, em maior ou menor escala, desde o início dos anos 1980, quando do fim da ditadura militar e o processo de transição democrática em ambos os países e em outros países sul-americanos. As ditaduras militares e civis estiveram presentes em alguns países da América Latina, em especial nos anos 1960 e 1970 e interferem, até os dias atuais, nos processos democráticos desses países. No Brasil, no centro dessa discussão, aparecem duas perspectivas de pensamento: o grupo formado por quem defende um modelo de regulação mais rígido como forma de democratizar o acesso à informação a

partir da pluralidade de veículos disponíveis; e os que tratam a regulação como um sinal de interferência do Estado no setor da comunicação. (MARQUES e OLIVEIRA, 2015).

No Brasil, a agenda política pela regulação se encontra na discussão pela construção efetiva do marco regulatório da mídia, demandada mais por alguns grupos da sociedade civil, como o coletivo “Intervozes” e por determinadas agremiações partidárias, como o Partido dos Trabalhadores (PT). Na Argentina, essa agenda política tem, como destaque histórico, a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual, de 2009, desenvolvida no primeiro governo da Presidente Cristina Kirchner (2007-2011 e 2011-2015) e revogada na gestão do Presidente Mauricio Macri, iniciada no final de 2015, em seus primeiros atos de governo (MARQUES E CONCEIÇÃO, 2017).

Alguns aspectos são levantados, em ambos os países, pelos atores políticos que defendem a alteração no modelo de regulação da mídia no país (sociedade civil, meio acadêmico e o PT), são a proibição de monopólios e oligopólios, a proibição de propriedade de emissoras de rádio e televisão por políticos, a regionalização da programação e o sistema de complementaridade são questões que estão previstas na Constituição Federal de 1988 e que não foram ainda regulamentadas pelo Congresso Nacional.

Entre 2003 e 2015, foram retomados de maneira mais intensa os debates a respeito da regulação da mídia (Nestor Kirchner e Cristina Kirchner, a partir de 2003, na Argentina; e Lula, com dois mandatos entre 2003 a 2010 e Dilma Rousseff, 2011-2016, no Brasil) - e quando foram registrados alguns conflitos e tensões entre Governos e mídias nos países.

Na Argentina, com a *Ley de Medios*, promulgada e sancionada em 10 de outubro de 2009, pela então Presidente Cristina Kirchner, as relações entre Governo Federal e meios de comunicação se encontraram mais definidas, no combate à concentração da propriedade dos meios de comunicação e com um cenário de maior tensão, ainda que, no governo de Mauricio Macri, empossado em 2015, o cenário já seja bem diferente. No Brasil, o formato de alteração do marco regulatório ficou mais restrito ao fortalecimento da TV Pública e a um discurso que considerou apenas o aspecto da regulação econômica.

Contudo, com as mudanças ocorridas no Brasil e Argentina no período entre 2015 e 2017 – substituição de Cristina Kirchner por Mauricio Macri, na Argentina, pelo caminho constitucional-eleitoral; e o *impeachment* sofrido pela então Presidente Dilma Rousseff no Brasil, com a ascensão ao poder do Vice-Presidente Michel Temer, do

PMDB, em 2016 – provocaram grandes alterações no andamento dos debates a respeito da regulação da mídia, principalmente no que se refere a prioridades estabelecidas em relação à discussão do tema.

Neste sentido, o eixo causal estabelecido neste trabalho é buscar a interferência dos processos de regulação da mídia, focando Brasil e Argentina, no funcionamento dos processos democráticos nos dois países.

2. ESTUDO COMPARADO: BRASIL, ARGENTINA E OS MODELOS DE REGULAÇÃO DA MÍDIA

No caso argentino, o chamado governo “Kirchnerista” – baseado na atuação política do casal Nestor e Cristina Kirchner em seguir o projeto peronista – sofreu grandes abalos na eleição presidencial de 2015. Houve o segundo turno entre os oponentes Daniel Scioli (Partido Justicialista), candidato da situação apoiado pela então presidenta Cristina Kirchner, e Maurício Macri (PRO - Proposta Republicana / Coligação “Cambiemos”), candidato opositor. Macri venceu com pequena margem de votos (51,4% para Macri contra 48,6% para Scioli). E o novo Presidente imprimiu um novo modelo de governo (Pérez-Linán, 2013; Brito, 2015).

Em relação às mídias e o *kirchnerismo*, já sob Cristina Kirchner, a *Ley de Medios* foi criada em 2009, mas só entrou em vigor em 2012, com o objetivo claro de lutar contra os monopólios de informação e os impérios midiáticos.

Um exemplo desse processo de combate aos principais grupos de comunicação na Argentina foi o projeto “Esportes para Todos”. Implantado em 2009, o governo de Cristina Kirchner determinou que a tevê pública transmitisse jogos dos campeonatos de basquete, voleibol, tênis, *rugby*, além dos campeonatos de futebol das séries B e C. Segundo a presidente Cristina Kirchner, o objetivo dessa agenda de governo era que o povo argentino assistisse eventos esportivos populares de forma gratuita.

Maurício Macri, que tomou posse em dezembro de 2015 imprimiu uma gestão mais alinhada com o livre mercado, com os interesses capitalistas norte-americanos e o neoliberalismo. (Borón, 2015). A partir de decretos de urgência, Macri mudou toda a estrutura prevista na *Ley de Medios*, sem propor quaisquer debates com a sociedade civil e com a representação parlamentar. Dois órgãos responsáveis de aplicar a regulamentação dos meios de comunicação, a Autoridade Federal de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA) e a Autoridade Federal de Tecnologias da Informação e da Comunicação (AFTIC), tiveram suas prerrogativas administrativas dissolvidas. As primeiras medidas do Presidente Mauricio Macri buscaram transferir

para o executivo federal o controle das decisões regulatórias sobre os meios de comunicação.

Outra questão importante que se coloca no debate a respeito da regulação da mídia e do respeito às liberdades de expressão e de imprensa, no presente estudo comparado, é a que trata do chamado “Direito de Resposta”. Em novembro de 2015, a então presidente do Brasil, Dilma Rousseff (PT), sancionou o projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR), regulamentando o direito de resposta para as chamadas reportagens “ofensivas”. Na Argentina, a legislação não prevê qualquer aspecto, nas esferas cível e criminal, a respeito de direito de resposta por quem se sentir ofendido por algo veiculado nas mídias impressas e eletrônicas. Os órgãos de imprensa têm autonomia para decidir se devem ou não praticar quaisquer tipos de retratações aos reclamantes.

Ainda outro cenário relevante é a questão da propriedade cruzada, comum ao Brasil e à Argentina. Uma das principais formas de concentração de propriedade dos meios de comunicação, segundo Lima (2010), é a ideia de propriedade cruzada. Tal mecanismo funciona quando um mesmo grupo de comunicação (familiar ou não), em um mesmo mercado ou espaço geográfico, possui jornais impressos, concessões de rádio nas frequências AM e FM, emissoras de TV e, ao mesmo tempo, por exemplo, dispõe de emissoras de TV por assinatura e portal de conteúdos na Internet.

As tentativas de reforma no modelo de regulação da mídia no Brasil (Hallin e Mancini, 2004; e Lima, 2011, 2012 e 2014), entre 2003 e 2015, estiveram focados em alguns aspectos fundamentais e pouco avançaram. Nos Governos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), as tentativas da reforma estiveram mais restritas aos seguintes pontos:

- O reforço da TV Pública, com a estruturação da EBC;
- Algumas tentativas de regulação econômica da mídia, trazendo o tema para debate através da CONFECOM e de outros fóruns de discussão; e
- O anteprojeto⁴ do ex-Ministro da SECOM (Franklin Martins), apresentado em 2010, no final do Governo Lula e “esquecido” (aspas do autor) durante a gestão da presidente Dilma Rousseff e do Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo (PT-PR).

⁴ Algumas informações sobre o anteprojeto de Franklin Martins se encontram disponíveis em <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/online/franklin-martins-existem-varias-versoes-de-anteprojeto-1.865838>, acessado em 17 de novembro de 2017.

Na Argentina, as tentativas de reforma no modelo de regulação da mídia (Hallin e Mancini, 2004; e Becerra, 2015) durante o período compreendido entre 2003 e 2015 foram as seguintes:

- Programa “Esportes para Todos”, em 2008/2009, com incentivo à TV Pública através de investimentos estatais e da transmissão de eventos esportivos;
- A *Ley de Medios*, entre outras coisas, que objetivava a distinção das mídias comunitárias (públicas), privadas e estatais, com 1/3 dos canais de rádio e televisão disponíveis para cada segmento;
- Entrada em vigor da Lei Argentina Digital; e
- Criação das agências reguladoras autônomas AFSCA e AFTIC, com participação da sociedade civil e que tinham a prerrogativa de acompanhar o funcionamento dos meios de comunicação audiovisuais na Argentina e trabalhar a política de concessões, além do avanço nas discussões sobre a Internet.

No caso argentino, o período *kirchnerista* (2003-2015), não se conseguiu avançar também na discussão sobre o financiamento da mídia pública/comunitária e o papel da internet no contexto das regras de funcionamento. As mudanças promovidas pelo atual presidente Mauricio Macri e o constante cenário de conflito em Cristina Kirchner e os grupos de comunicação, em especial o acabaram tornado a reforma midiática proposta entre 2003 e 2015 como um processo incompleto e permeado de críticas.

Assim, os principais pontos positivos que podem ser identificados em relação à aplicabilidade da Ley de Medios na Argentina foram a sua elaboração considerando um processo participativo; a dimensão dada ao debate e à extensão da radiodifusão, com a busca do sistema de complementaridade; a ênfase à regulação econômica em um sistema de comunicação historicamente oligopolizado; e a inclusão de vários grupos sociais no processo de democratização do acesso à informação (MARQUES e CONCEIÇÃO, 2017).

Por outro lado, os pontos negativos percebidos foram a identificação de alguns mecanismos abusivos na outorga ou cassação de licenças de Rádio e Televisão no país; alguns artigos da legislação que afetaram, de certa forma, direitos já adquiridos pelos meios; e um certo enfraquecimento econômico e político de veículos que tinham postura independente e/ou de crítica ao governo de Cristina Kirchner (MARQUES e CONCEIÇÃO, 2017).

A respeito da divisão do espectro televisivo e radiofônico, com a previsão de 1/3 para mídia pública/comunitária, 1/3 estatal e 1/3 privado, há controvérsias e

questionamentos, uma vez que o processo pouco avançou e não foi discutido com os *stakeholders* (MARQUES e CONCEIÇÃO, 2017).

Assim, foi possível perceber alguns avanços na aplicação das reformas, mas as forças políticas existentes na Argentina, a queda de popularidade da Presidente Cristina Kirchner nos anos finais de seu governo, a mobilização da população argentina para outras agendas políticas, além da força midiática dos grupos *Clarín* e *La Nación* fizeram com que o movimento de reformar a regulação da mídia no país perdesse força e que, quando do fim do *kirchnerismo* e nos dois anos do Governo Macri, as tentativas de mudanças foram deixadas para trás (MARQUES e CONCEIÇÃO, 2017).

No Brasil, é possível afirmar que os possíveis avanços nas reformas no modelo de regulação da mídia não ocorreram muito mais pela falta de força política por quem buscou ampliar o debate, pelo desinteresse dos Presidentes Lula e Dilma em tratar o tema, mesmo com períodos de grande aprovação popular às gestões do PT, em especial no Governo Lula; e pela falta de agendamento do tema por parte da maioria do Congresso Nacional.

Por fim, no caso brasileiro, é importante destacar o poderio dos empresários de comunicação e dos veículos que representam, que conseguiram fazer prevalecer a ideia da liberdade econômica e da liberdade de expressão, sem o estabelecimento de novas regras e sem o cumprimento de alguns preceitos constitucionais, como o funcionamento do Conselho de Comunicação Social e a divisão do espectro televisivo e radiofônico em 1/3 estatal, 1/3 público e 1/3 privado em todo o território nacional.

Atualmente, tanto no Brasil quanto na Argentina, até mesmo pelo modelo político e pelas prioridades gerais dos presidentes Michel Temer e Mauricio Macri, respectivamente, a temática das reformas na regulação da mídia estão fora da agenda.

3. CONCLUSÕES

A despeito de tais tentativas de reforma, os modelos de regulação da mídia dos dois países mantêm as seguintes características comuns:

- Tendência de concentração da mídia na mão de poucos proprietários;
- A existência da propriedade cruzada dos meios de comunicação;
- A posse de veículos de comunicação por parte de grupos políticos e religiosos (principalmente no Brasil);
- TV Pública com fragilidades de produção e atingindo baixas audiências; e
- A não-divisão do a propriedade do espectro radiofônico e televisivo em 1/3 estatal, 1/3 público e 1/3 privado, contrariando um princípio constitucional no Brasil e

que não foi aplicada na Argentina em sua integridade quando da validade da Ley de Medios, entre 2009 e 2015.

Projetando-se a questão para os próximos anos, destarte, Brasil e Argentina poderiam adotar algumas mudanças nos modelos de regulação para tornar o processo democrático mais amplo. A seguir, propõem-se algumas possíveis mudanças:

- O Direito de Resposta nas mídias impressas e também nas mídias eletrônicas, considerando-se que já existe a norma que regula tal questão;
- A regulação com total autonomia das partes responsáveis pelo processo, em que a comunicação poderia ser controlada por regras advindas da própria sociedade;
- Complementaridade dos sistemas de comunicação, sendo 1/3 estatal ou comunitário, 1/3 público e 1/3 privado, como se buscou aplicar na Argentina durante o *kirchnerismo* através da *Ley de Medios*;
- Proibição – e efetivação dela – da presença de grupos políticos e de ocupantes de cargos públicos na estrutura societária das empresas de telecomunicações e radiodifusão;
- Agências reguladoras com autonomia para a outorga de concessões de rádio e televisão; e
- A regulação econômica da mídia, no combate a oligopólios, através principalmente da propriedade cruzada, e aos monopólios

Assim sendo, o atual cenário percebido em Brasil e Argentina, com a concentração das mídias em poucas empresas de telecomunicações e de radiodifusão, comuns no Brasil e Argentina, geram uma relação de clara assimetria com o pluralismo democrático. Tais processos comprometem a qualidade da democracia. Logo, o debate a respeito das reformas da regulação da mídia não se encontra interdito, mas o tema não está mais na agenda de prioridades dos governos de Brasil e Argentina.

Assim, reforça-se a idéia da importância de se encontrar alternativas, debatidas em todos os níveis de uma sociedade e pelos agentes políticos, além das empresas de comunicação, para se buscar alterações nos modelos de regulação da mídia que priorizem o interesse público e que sirvam de suporte, no âmbito da Ciência Política, para uma democracia plena em quaisquer países, em especial no Brasil e na Argentina, analisados nesse *paper*.

Referências

BALÁN, Manuel. **Polarización y medios a 30 años de democracia**. *Revista SAAP*. Vol. 7, nº 2, (2013): 473-481. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-19702013000200024>. Acessado em: 06 de janeiro de 2017.

BAUMHARDT, Virgínia. Resenha do livro *Advocacy Coalitions and Democratizing Media Reforms in Latin America: Whose Voice Gets on the Air?* (MAUERSBERGER, Christof). **Conversas e Controvérsias - Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, vol.3, n.2, 2016.

_____.; LACUNZA, Sebastián. **WikiMediaLeaks: la relación entre médios e gobiernos de América Latina bajo el prisma de los cables de WikiLeaks**. Buenos Aires: Ediciones B (Grupo Zeta), 2012.

BOEHM, Frédéric. **Regulatory Capture Revisited: lessons from economics of corruption**. Working Paper, Internet Center for Corruption Research, 2007.

BORÓN, Atílio. *Argentina 2015: Claves de una derrota*. TeleSur. (2015). Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/bloggers/Argentina-2015-Claves-de-una-derrota-20151222-0006.html>>. Acessado em: 03.01.2017.

BRITO, Gisela. *Se acabó la fiesta, comenzó el gobierno (del PRO en Argentina)*. CELAG. (2015). Disponível em: <<http://www.celag.org/se-acabo-la-fiesta-comenzo-el-gobierno-del-pro-en-argentina-por-gisela-brito/>>. Acessado em: 04.01.2017.

HALLIN, Daniel C; MANCINI, Paolo. **Comparing Media systems: three models of media and politics (Communication, society and politics)**. Edinburgh:Cambridge University Press, 2004.

LANATA, Jorge. *A década roubada (La Decada Robada)*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2015.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão X Liberdade de Imprensa**. 2.ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

_____. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. **Para garantir o Direito à Comunicação: a lei argentina, o Relatório Leveson (Inglaterra) e o HLG da União Europeia**. 2.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

_____. **Política de comunicações: um balanço dos governos Lula [2003-2010]**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

MARQUES, Rodolfo; CONCEIÇÃO, Bruno. **A Ley de Medios na Era Macri: reversão no processo de regulação da mídia na Argentina**. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.10, n.28, p. 13-36, fev-mai.2017, disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/31179>, acessado em 15 de outubro de 2017.

MARQUES, Rodolfo; OLIVEIRA, André. *A Regulação da mídia na América do Sul no período 2003-2015: análise comparada entre Brasil e Argentina*. I Seminário

Internacional de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre (2015): 01-16. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RodolfoMarquesAndr%C3%A9-Oliveira.pdf>>. Acessado em: 08 de janeiro de 2018.

MATOS, Carolina. **Mídia e política na América Latina**: globalização, democracia e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MAUERSBERGER, Christof. **Advocacy Coalitions and Democratizing Media Reforms in Latin America: Whose Voice Gets on the Air?** Cham/Switzerland: Springer International Publishing Switzerland, 2016.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Liderazgo presidencial y ciclos de poder en la Argentina democrática. *Revista SAAP*. Vol. 7, nº 2, (2013): 389-399. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1853-19702013000200016&script=sci_arttext>. Acessado em: 11 de fevereiro de 2018.

DA GUERRA AO IRAQUE À PRIMAVERA ÁRABE: mídias digitais e ativismo transnacional *

Vivian Mannheimer**

Resumo

O objetivo desta pesquisa é identificar os principais atores de dois episódios recentes do ativismo transnacional e o papel das mídias digitais para protestos. A partir de uma revisão de literatura serão analisados dois casos emblemáticos: os protestos coordenados de 15 fevereiro de 2003 contra a iminente Guerra ao Iraque e os de 2011 no Egito, no contexto da Primavera Árabe. Serão trabalhadas as seguintes questões nos casos estudados: 1) Quem são os principais ativistas nesses dois contextos?; 2) Por que trata-se de eventos transnacionais?; 3) de que forma as mídias digitais são utilizadas?

Palavras-Chave: Ativismo Transnacional; Mídias Digitais; Primavera Árabe; Guerra ao Iraque

Introdução

Já são muitos os estudos que abordam a relação entre ativismo e mídias digitais (BENNET; SERGERBERG, 2011; FARREL, 2012; CASTELLS, 2013, GERBAUDO, 2012; MARICHAL, 2013; HALUPKA, 2016; PRUDÊNCIO; KLEINA, 2017). Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o ativismo concentrando-se em seus atores, utilização de mídias digitais e alcance transnacional. Como objeto de análise foram escolhidos dois casos bastante citados na literatura: os protestos simultâneos de 15 de fevereiro contra a Guerra ao Iraque (DELLA PORTA; TARROW, 2005; RUCHT; WALGRAVE, 2010; HABERMAS, 2006); e o levante popular no Egito culminando com a renúncia de Mubarak, em 11 de fevereiro de 2011 (CASTELLS, 2013; GERBAUDO, 2012; HOWARD; HUSSEIN, 2013), no contexto da Primavera Árabe.

Embora o objetivo não seja comparar os dois períodos, apresenta-se o desenvolvimento das mídias digitais e suas possíveis contribuições para o ativismo transnacional. O final dos anos 1990 e vinte anos depois são apontados pela literatura especializada como marcos do ativismo na era digital. O primeiro com uso intenso de sites e blogs e o segundo com o apoio de mídias como o Facebook, Twitter e Youtube (BENNET, 2005; PAPACHARISSI, 2009).

Em 15 de fevereiro de 2003, manifestantes foram às ruas em várias cidades do mundo para protestar contra George W. Bush e sua intenção de atacar o Iraque, em um evento coordenado de forma transnacional entre movimentos sociais. Em 2011, eclodiram protestos em países árabes que terminaram com a queda de ditadores na Tunísia, Egito e Líbia. Os dois casos, revisados a partir de trabalhos já realizados, foram analisados levando-se em conta os seguintes aspectos: 1) o perfil dos ativistas; 2) o que torna esses movimentos transnacionais; 3) a utilização das mídias digitais.

Na primeira parte deste trabalho revisaremos a literatura mais ampla sobre ativismo transnacional e internet. Na segunda, apresenta-se a metodologia e uma breve contextualização dos dois casos. Por fim, faz-se a discussão, dividida nas três questões de pesquisa: os ativistas, o caráter transnacional e o papel das mídias digitais para o ativismo.

A partir dos textos e documentos selecionados é possível tecer algumas conclusões: as mídias sociais parecem ter possibilitado um ativismo individual, sem necessariamente organizações por trás; nota-se que apesar da dificuldade de se medir os efeitos políticos diretos causados pelas mídias sociais, há impactos indiretos, como a produção de conteúdo próprio e a difusão de informação; no caso do Egito, diversas pesquisas empíricas mostram evidências de uma comunicação transnacional pelas mídias sociais, apesar dos baixos índices de acesso a internet e a essas mídias.

1. Ativismo transnacional e mídias digitais: dos protestos contra a guerra ao Iraque às “revoluções do Twitter”.

Como já dito, esta seção fará uma breve revisão de literatura sobre ativismo transnacional. Optou-se pelo enfoque em alguns aspectos, como exemplos do ativismo transnacional, o papel mais amplo das mídias sociais para o ativismo e as possibilidades geradas pelas mídias sociais para os chamados contrapúblicos, grupos em desvantagem de poder (DAHLBERG 2011).

Gerbaudo (2012 p. 2) divide o ativismo transnacional em dois momentos: os movimentos anti-globalização dos anos 1990 em que as mídias sociais estavam apenas no começo, e os protestos a partir de 2011, considerado pela Revista Time como o “Ano do Manifestante”.¹ O autor defende que houve uma mudança de direcionamento. Enquanto os movimentos anti-globalização seriam marcados pela ideia de uma minoria oprimida, expressa, por exemplo, nos discursos zapatistas, os movimentos ditos contemporâneos se detêm na ideia de que se trata de uma maioria pedindo mudanças,

¹Time Magazine 26 de dezembro de 2011. <https://ti.me/2uVnrQC>

como se pode ver em um slogan do movimento egípcio “*we are onehand*” ou no do Occupy, “*somos os 99%*” (GERBAUDO, 2012, p. 10). Pipa Norris (2001) lembra que movimentos globais de protesto existem muito antes da internet, como o movimento anti-nuclear na década de 1950, os protestos contra a Guerra do Vietnã na década de 1960 ou até mesmo os movimentos anti-escravagistas e pró-sufrágio no século XIX.

Em uma pesquisa recente, Manuel Castells (2013) estuda uma série de movimentos, entre eles os protestos no Egito em 2011; as manifestações na Islândia no auge da crise econômica de 2008; os Indignados na Espanha; e o movimento Occupy Wall Street. O autor conclui que apesar de terem motivações muito diferentes, esses movimentos apresentam algumas características comuns, como a rejeição a partidos políticos e à mídia tradicional, a falta de uma liderança única e bem definida, além de forte uso das mídias sociais (CASTELLS, 2013)

Bennett (2005) chama atenção para a questão de uma coordenação mais difusa nos movimentos contemporâneos da era digital, o que seria reflexo da própria tecnologia. O autor argumenta que esses movimentos têm uma tendência a unir grupos distintos com ideias diferentes, o que pode causar alguma confusão quanto ao objetivo do protesto. Dentro dessa visão, o ativismo em nome dos direitos humanos acaba se baseando em ideias de diversidade e justiça social, gerando um ambiente “mais relaxado”, que o autor chama de “*relaxed framing*” (BENNET, 2005, p. 205). Com uma abordagem mais sociológica, Castells (2013) estabelece alguns efeitos do uso das ferramentas da web nos movimentos sociais surgidos nas últimas décadas. A horizontalidade das redes, como explica o autor, favorece a cooperação e a solidariedade ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal.

Sobre os efeitos da comunicação digital no ativismo transnacional, uma pesquisa recente (PERON, 2016, p. 175-177) aponta para a ocorrência de cinco categorias: 1) estímulo à configuração da causa. Ou seja, o uso das mídias digitais para a formulação da questão e sua divulgação. 2) multiplicação do engajamento. Isto compreende a colaboração dos ativistas via mídias digitais para conseguir mais adeptos. 3) flexibilização da estrutura. Os movimentos passam a ser virtuais, sem a necessidade de uma sede física, o que confere aos movimentos a possibilidade de se transnacionalizar; 4) instrumentalização do planejamento. Isso quer dizer que as ferramentas digitais podem ser usadas para que os ativistas tracem planos ou estratégias; 5) diversificação da ação (cibereventos, protestos online e ciberataque).

Uma visão mais pessimista, no entanto alerta para o risco do chamado de *slacktivism* [ativismo de sofá] (MOROZOV, 2011). Trata-se de um ativismo que traz

conforto, mas nenhum impacto político ou social. Cria-se a ilusão de se estar fazendo algo significativo apenas por participar de um grupo do Facebook ou dar um *like* em alguma postagem.

As possibilidades que as mídias sociais oferecem para o ativismo, de acordo com Papacharissi (2009, p. 240-241), encaixam-se perfeitamente no modelo de contra públicos, em que os públicos menos favorecidos competem para articular uma voz dentro da esfera pública (FRASER, 2007. p, 116; PAPACHARISSI, 2009, p. 240; AVRITZER; COSTA, 2004). Couldry (2010) dedica-se especificamente a essa característica fundamental que define o ser humano: ter voz sobre algo. Oferecer voz a uma pluralidade de públicos seria, de acordo com o autor, crucial para a legitimidade das decisões de consequências internacionais, como a Guerra ao Iraque.²

Destacando a capacidade das mídias digitais de conectar e sustentar movimentos subversivos, Papacharissi (2009, p. 241) afirma que, em geral, os sites ou redes têm os seguintes objetivos: estabelecer a formação de um movimento, de uma identidade coletiva e mobilizar simpatizantes e organizações ligadas ao tema. Ao mesmo tempo, as mídias digitais também possibilitam um chamado “jornalismo cidadão”, que seria a produção de conteúdo independente, fora do jornalismo convencional (BRUNS, 2014). Castells (2008, p. 82) descreve o novo ambiente midiático como uma “*self mass-communication*”, na qual indivíduos teriam a possibilidade de transmitir imagens e mensagens para um público amplo.

Entre as possíveis contribuições das mídias digitais para o ativismo estão a possibilidade de se definir causas, produzir conteúdo próprio e se internacionalizar. Ao mesmo tempo, são percebidas mudanças no ativismo apontadas como decorrentes das mídias digitais: uma liderança descentralizada, maior diversidade de pautas em protesto e maiores possibilidades de participação para públicos geralmente excluídos.

2. Metodologia e casos estudados

Como fonte de observação foram escolhidos dois casos bastante citados na literatura sobre ativismo transnacional: os protestos simultâneos de 15 de fevereiro contra a Guerra ao Iraque (DELLA PORTA; TARROW, 2005; RUCHT; WALGRAVE, 2010; HABERMAS, 2006); e o levante no Egito no contexto da Primavera Árabe (CASTELLS, 2013; HOWARD; HUSSEIN, 2013). O objetivo da seção é apresentar a metodologia e fazer uma breve contextualização dos dois episódios escolhidos.

²Ver a entrevista de Luís Mauro Sá Martinho concedida para a Casa do Saber sobre o livro de Couldry (2010). <https://bit.ly/2JGmEZe>

2.1 Metodologia

Esta pesquisa foi feita com base em uma literatura já existente para os dois casos. Os termos foram buscados primeiro em inglês, supondo-se que a ocorrência seria maior, e depois em português. Sobre os protestos contra a Guerra ao Iraque, pesquisou-se “15 February 2003” no Google Acadêmico, que gerou 7.300 resultados. Como muitos deles não tinham a ver com o tema, foram adicionados termos como “anti-war protests”, com 461 resultados e “protests against Iraq war”, com 1010. O estudo mais completo que há sobre esse dia é uma compilação de pesquisas feitas simultaneamente por pesquisadores nos Estados Unidos e na Europa, organizado por Walgrave e Rucht (2010). Também foram encontradas inúmeras notícias de jornal, relatórios de ONGS (SIMONSON, 2003), um artigo de Habermas (2006) sobre os protestos dentro do contexto de uma opinião pública transnacional, além do documentário *We are Many* (2014).

No caso do levante do Egito, o processo foi semelhante, embora tenha sido encontrada uma quantidade maior de material e pesquisas empíricas. Buscou-se os termos “Egypt”, “Arab Spring” e “social media” no Google Acadêmico, com 99.500 ocorrências. O mesmo foi feito posteriormente em português com 1.960 resultados. Foi encontrada uma edição especial do *Journal of Communication* (WILSON; DUNN, 2011; COTTLE, 2011; LOTAN, 2011), além de pesquisas de campo (GERBAUDO, 2012; CASTELLS, 2013) e a autobiografia do executivo do Google apontado como uma figura influente na organização dos protestos no Egito (GHONIM, 2012). Além de diversos editoriais, matérias e especiais de jornais, também foi identificado um projeto da Universidade de Washington, nos EUA, com a publicação de dois relatórios extensos sobre os acontecimentos (HOWARD, 2011; HOWARD; HOUSSEIN, 2013).

Feito o levantamento de toda bibliografia, tratou-se de identificar no material os trechos que trabalhassem as três questões de pesquisa: 1) os principais atores do ativismo digital nos dois episódios estudados; 2) as características transnacionais do ativismo; 3) a utilização das mídias digitais.

2.2 “Não em meu nome”: os protestos contra a Guerra do Iraque

Em 15 de fevereiro de 2003, milhões de pessoas em centenas de cidades foram para a rua com cartazes de “Not in my name”, “No blood for oil” “The world says no to war” em uma ação coletiva e organizada contra a Guerra do Iraque. Foi reportado algum protesto em 600 cidades. Observa-se na literatura alguns superlativos, como o maior protesto da história da humanidade (WALGRAVE & RUCHT, 2010 p. vii), a

maior manifestação desde a II Guerra Mundial (HABERMAS; DERRIDA, 2006 p. 40) ou ainda os maiores protestos nos Estados Unidos desde a Guerra do Vietnã (VERHLUST, 2010 p. 1).

Os esforços para a organização conjunta de um protesto começaram alguns meses antes da declaração formal de guerra. Depois de uma reunião em Barcelona, em 2002 a ideia ganhou força no primeiro Fórum Social Europeu realizado em novembro do mesmo ano em Florença, na Itália (VERHLUST, 2003 p. 9).

FIGURA 1: NÚMERO ESTIMADO DE MANIFESTANTES POR CIDADE EM 15 DE FEVEREIRO DE 2003.



FONTE: BBC, 2003³

2.3 *We are all Khaled Said: os protestos no Egito em 2011*

No final de 2010, eclodiram protestos em diversos países árabes que terminaram com a queda de Zine El Abidine Ben Ali na Tunísia, Hosni Mubarak no Egito e Muamar Kadafi na Líbia. As manifestações também chegaram à Síria, Argélia, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen. A Primavera Árabe, como ficou conhecida essa série de protestos, foi chamada ainda de revoluções das mídias sociais, revoluções do Facebook, revoluções do Twitter, ou ainda revoluções *wiki* (FARRELL, 2012; HOWARD, 2011; 2013; COTTLE, 2011). As reivindicações variavam, pediam o fim da corrupção, melhorias na qualidade de vida, mais emprego, liberdade política, democracia e direitos humanos. (COTTLE, 2011; BEISSINGER, 2012).

O “levante” egípcio começou alguns dias depois da derrubada do presidente tunisiano Ben Ali. Em 25 de janeiro de 2011, data que se tornaria uma das hashtags mais usadas no Twitter, milhares de egípcios foram para as ruas protestar contra a ditadura de Hosni Mubarak, no poder havia 30 anos. Após 18 dias de protestos, que tiveram como base a praça Tahrir no centro do Cairo, Mubarak renunciou ao cargo.

3. Discussão

Aqui são apresentadas informações coletadas na literatura sobre o tema. Em cada subseção será discutida uma das três questões de pesquisa: 1) O perfil dos ativistas nesses dois contextos; 2) o papel das mídias digitais em ambos os episódios; 3) os elementos que tornam esses protestos transnacionais.

3.1 De coalizões organizadas a ativistas “solitários”

Nesta subseção são identificados os principais atores que participaram desses dois episódios, especialmente, os que utilizaram as mídias sociais e atuaram de forma transnacional. De um modo geral, os dois casos contam com um papel ativo por parte de organizações da sociedade civil, mas no caso do Egito percebe-se ativistas que, de forma individual, se utilizam do Facebook, Twitter e Youtube para divulgar a causa e fazer denúncias.

³Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/2765215.stm>.

Sobre os protestos contra a Guerra ao Iraque, as coalizões de movimentos sociais anti-guerra tiveram um papel central (SIMONSON, 2003). Entre elas, a coalizão *Win Without War* (WWW)⁴ e a *United for Peace and Justice Coalition*,⁵ nos Estados Unidos; a *Stop the War*,⁶ no Reino Unido e a *Act Now to Stop War* (ANSWER),⁷ no âmbito internacional. A *Win Without War coalition* (WWW), formada em 2002 pelo ex-parlamentar norte-americano Tom Andrews diante das ameaças contra o Iraque, existe até hoje, opondo-se a qualquer interferência dos EUA no Oriente Médio, Afeganistão ou Iraque. No Reino Unido, a *Stop the War Coalition* (STWC) seria a mais conhecida e teve uma participação importante na organização dos protestos tanto na Inglaterra quanto em outros países da Europa (SIMONSON, 2003, p. 6).

Um amplo estudo de Walgrave e Rucht (2010) aplicou o mesmo questionário em oito países da Europa para comparar a ação de manifestantes no Reino Unido, Espanha, Itália, Holanda, Alemanha, Suíça e Bélgica. Quanto ao perfil do manifestante “médio”, nos oito países estudados, a pesquisa indica alta escolaridade, e uma participação bastante expressiva de mulheres e jovens (WALGRAVE; RUCHT, 2010 p. 265). Em uma análise sobre os participantes dos protestos de 15 de fevereiro, Bennett (2010) acredita que uma das características dos atores desse protesto seriam “identidades políticas complexas”. Por terem vários interesses e participarem de redes de diferentes reivindicações, esses indivíduos fariam a causa circular em comunidades diversas, o que não ocorria algumas décadas antes, em que os manifestantes eram mais concentrados em uma questão específica. Uma outra característica dos manifestantes apontada por alguns autores seria a grande quantidade de participantes sem experiência prévia em protestos ou relações com os movimentos sociais por trás da organização (TARROW; McADAM, 2005; BARKHAM, 2013).

Wall e Zahed (2012) sugerem que a comunicação política por meio de mídias participativas foi amplificada, lançando vozes individuais para redes maiores. O estudo acredita que o Youtube e outras mídias sociais foram usadas como ferramenta política para criar uma dissidência egípcia personalizada (WALL; ZAHED, 2012, p. 9). Uma figura sempre associada à articulação dos protestos pelo Facebook é Wael Ghonim.⁸ Nascido em 1980 no Cairo, formou-se em engenharia elétrica e fez pós-graduação em

⁴<http://winwithoutwar.org/>

⁵<http://www.unitedforpeace.org/>

⁶<http://www.stopwar.org.uk/>

⁷http://www.answercoalition.org/who_we_are

⁸Sobre o papel de Ghonim ver, Arabspring: Google's Wael Ghonim on the fall of Mubarak. **The Guardian**, 18 de maio de 2011 <https://goo.gl/3lhtS7>; Ativistas da Primavera Árabe são favoritos ao Nobel da Paz. **Veja.com**, 6 de outubro de 2011. <https://goo.gl/7lcyUH>;

uma universidade internacional. Trabalhou no Google como Gerente de Marketing para o Oriente Médio, cargo baseado em Dubai. Foi de lá que ao ver as fotos do corpo de Khaled Said, o jovem espancado pela polícia, Ghonim disse ter criado sozinho, e sem se identificar, a página *We are allKhaledSaid*, (GHONIM, 2012).⁹

Uma outra ativista muito citada na mídia sobre a revolução no Egito é AsmaaMafouz, uma jovem de 26 anos formada pela Universidade do Cairo e uma das fundadoras do Movimento 6 de Abril, criado em 2008 inicialmente para apoiar greves de trabalhadores do setor têxtil e que teve uma participação importante na convocação dos protestos contra o regime de Hosni Murabak.¹⁰ A ativista gravou dezenas de vídeos, sempre falando de perto para a câmera. Em um desses vídeos,¹¹ postado no YouTube em 18 de janeiro, ela dizia que iria para a Praça Tahrir no dia 25 lutar pelos seus direitos e pedia a todos que fizessem o mesmo. A ativista, que chegou a ser presa, foi indicada ao prêmio Nobel da Paz de 2011 (WALL; ZAHED, 2012).

GERBAUDO (2012) afirma que a maioria dos manifestantes morava nos bairros nobres, estudava em universidades internacionais e costuma viajar para a Europa e os Estados. Em uma pesquisa sobre os manifestantes no Egito, Beissinger (2012), apontou para o seguinte perfil: idade acima dos 30 anos e alta escolaridade. Quanto a ocupação, a mesma pesquisa concluiu que mais da metade dos manifestantes, 55%, pertenciam ao que o autor chamou de classe-média urbana: profissionais liberais, funcionários ou diretores de instituições, do setor público ou privado. Em uma pesquisa para identificar a ocupação dos usuários do Twitter durante os protestos no Egito, Lotan (2011) fez um mapeamento dos tipos de atores que participaram da conversa política utilizando as hashtags #25jan e #egypt. Os usuários que mais utilizaram essas hashtags foram blogueiros, jornalistas, ativistas e os chamados “bots”, contas de serviços automáticos.

Organizações e movimentos tradicionais já existentes também atuaram online em prol dos levantes. Um exemplo, apontado por Peron (2016), é a Irmandade Muçulmana, um dos maiores opositores do regime de Mubarak. O site oficial da organização, de acordo com a autora, teria tido um papel importante durante os protestos, oferecendo conteúdo em árabe e inglês. Howard e Houssein (2013, p.3)

⁹GHONIM, W. Vamos projetar mídias sociais que levem a mudanças reais. **Ted Global**. Genebra, dezembro de 2015. https://www.ted.com/talks/wael_ghonim_let_s_design_social_media_that_drives_real_change?language=pt-br

¹⁰ Sexo feminino se destaca nas redes sociais, **Folha de São Paulo**, 19 de março de 2011. <https://goo.gl/3bSfCU>; Prêmio Nobel reconhece papel das mulheres na revolução, **Folha de São Paulo**, 08 de outubro de 2011 <https://goo.gl/F5ELsk>;

¹¹https://www.youtube.com/watch?v=SgJIgMdsEuk&feature=player_embedded

sugerem que os primeiros meses das manifestações tanto no Egito quanto na Tunísia não foram apoiados apenas pelos atores políticos tradicionais, como sindicatos, partidos ou grupos religiosos. Os protestos teriam criado redes de pessoas, muitas delas sem um histórico prévio de ativismo, como jovens empreendedores, funcionários públicos, grupos de mulheres e a classe média urbana.

Para concluir, parte da literatura sobre os protestos de 2003 aponta para um protagonismo dos movimentos sociais, que se organizaram de forma transnacional em fóruns presenciais e também online. Em relação ao Egito, encontra-se casos de ativistas individuais que alcançaram enorme visibilidade na web para divulgar a causa e informações sobre protestos. Nos dois casos, os trabalhos revisados apontam para um perfil parecido, o predomínio de ativistas de classe média, muitos sem um histórico de engajamento político.

3.2 Os protestos e a internet: do e-mail às redes sociais

Esta seção faz um apanhado dos possíveis papéis das mídias digitais nos dois casos, incluindo a forma como foram usadas para divulgação da causa, mobilização, convocação de protestos e produção de conteúdo. Sobre os protestos no Egito, que apresentam uma quantidade maior de pesquisas empíricas, serão exibidos dados sobre a penetração da internet nesses países, indicando que as mídias sociais talvez tenham tido um alcance menor do que o estimado.

Quanto à mobilização para o 15 de fevereiro, Vehrlust (2003 p. 13) acredita que foi possível graças a dois mecanismos interligados: a dinâmica presencial dos fóruns sociais, que na época eram anuais, e a comunicação eletrônica. Nota-se que são citados praticamente apenas listas de e-mail e sites. Assim, a lista de e-mail das organizações possibilitava a comunicação entre os encontros presenciais nos fóruns sociais, como o de Florença em 2002 e o de Porto Alegre, em 2003 (VERHLUST 2010, p.13). Por mais que hoje possa parecer algo sem importância, na época tal ferramenta parece ter sido o que possibilitou a combinação de um dia internacional de protestos com os mesmos slogans e cartazes (TARROW; McADAM, 2005; BENNETT, 2010).

Simonson (2003) destaca o papel do site *MoveOn*.¹² A plataforma, que disponibiliza links para assinatura de petições, permite doações e o lançamento de campanhas de *crowdfunding*, contava na época dos protestos com mais de 750 mil

¹²<https://front.moveon.org/>

membros só nos Estados Unidos. O site teria se tornado uma das organizações mais conhecidas do movimento anti-guerra. Para Wes Boyd, o fundador da plataforma, a *MoveOn* foi pensada para conectar aqueles que não apoiam a guerra, mas que nem sempre sentiam-se confortáveis de mostrar sua posição indo para a ruas. John Rees, um dos principais coordenadores da *Stop the war coalition*, teria dito que grande parte da organização do 15 de fevereiro foi feita por e-mail, mensagens de texto por celular e um material gráfico feito por designers profissionais (SIMONSON, 2003 p.7-12).

Já nos protestos do Egito, o exemplo mais emblemático da articulação online talvez tenha sido a página no Facebook “Somos Todos Khaled Said”, criada pelo executivo do Google, Wael Ghonim, em 2010 (HOWARD; HUSSAIN, 2013; PAVLIK, 2011). Feita primeiro em árabe e depois em inglês, tratava-se de uma página de protesto pela morte de um jovem egípcio espancado pela polícia por ter divulgado um vídeo sobre um caso de corrupção policial.¹³ O assassinato do jovem e a criação da página foram apontados não só como o estopim para o início dos protestos no país, mas também como um marco para o uso das mídias sociais na configuração dessa causa. De acordo com alguns autores, páginas como essa foram elementos que ajudaram na articulação e fomento dos protestos nos países árabes (CASTELLS, 2013; PAVLIK, 2011, GHONIM, 2012, PERON, 2016).

Mason (2012) lista as funcionalidades do que chamou de conjunto completo das ferramentas de informação utilizadas pelos ativistas. O Facebook teria sido usado para formar grupos e estabelecer conexões. o Twitter teria tido a função principal de difundir notícias em tempo real e informações sobre a logística dos protestos de rua. O YouTube e sites voltados para fotografia, como o Instagram, Flickr ou Twitpic teriam tido a função de mostrar os protestos em curso, assim como a de denunciar a repressão. Gerbaudo (2012 p.3) aponta para o intenso uso do Twitter como forma de levar as pessoas para as ruas, uma vez que os protestos no Egito tinham como característica a ocupação física do espaço público. Uma outra linha de raciocínio argumenta que a repressão dos regimes leva naturalmente às mídias sociais, por se tratar de um espaço de expressão e pouco controle. Dentro dessa perspectiva, a popularidade de tais mídias teria sido impulsionada pela repressão nos outros meios de comunicação (HOWARD; HOUSSAIN, 2013; COTTLE, 2011). Outro papel atribuído às mídias sociais diz respeito à produção de conteúdo próprio. Castells (2013) acredita que os vídeos

¹³ “Movement Began With Outrage and a Facebook Page That Gave It an Outlet,” Jennifer Preston, *The New York Times*, 05 de fevereiro de 2011. <https://goo.gl/ogx0Q>.

mostrando a violência da polícia em relação aos manifestantes podem ter contribuído para a mobilização contra Mubarak.

Um fator que precisa ser levando em conta na análise do papel das mídias sociais nos protestos do Egito é a questão do acesso à internet e a penetração dessas mídias no país. Em 2011, somente 25% das casas egípcias tinham internet, apenas 4% dos egípcios adultos tinham uma conta no Facebook e 0,15% eram membros do Twitter (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, 2011a). O estudo também concluiu que a comunicação Twitter é praticamente toda feita por alguns usuários de “elite”. Desse modo, do total de usuários, apenas uma minoria seria realmente ativa na produção de conteúdo e a maioria estaria utilizando o Twitter como um *feed* de notícias (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, 2011b, p.15). Uma explicação possível para a baixa penetração dessa mídia social no país apontada por Wilson e Dunn (2011 p. 1248) seria que diferentemente do Facebook, o Twitter não contava na época com uma interface em árabe.

Apesar do pouco uso do Twitter em relação ao Facebook foi encontrada uma grande quantidade de estudos que analisam essa mídia (HOWARD, 2011; HOWARD; HOUSSEIN, 2013; LOTAN, 2011; DUNN; WILSON 2011). A razão provável é o fato do Twitter ser completamente público. Dada a baixa penetração da internet e, conseqüentemente, das mídias sociais no país, muitos argumentam que o papel dessas mídias podem não ter sido central (HOWARD; HOUSSEIN, 2013; BEISSINGER, 2012), embora admitam que tiveram consequências, como uma mudança no tipo de utilização, de puro entretenimento para o uso político (DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT, 2011a).

Para concluir, nos dois episódios do ativismo transnacional estudados observa-se um papel de destaque das mídias digitais, evidentemente, levando-se em conta os diferentes estágios da tecnologia nos dois momentos. Se no final dos anos 1990, o ativismo internacional se centrava muito em listas de e-mail, sites e blogs. No caso dos protestos no Egito, relatórios e pesquisas empíricas apresentam conversas nas mídias sociais e conteúdo diversificado para chamar a atenção para a causa, apoiar as mobilização na rua e, como veremos a seguir, se espalhar por países vizinhos e distantes. A baixa penetração da internet na época no país, entretanto, não pode ser ignorada.

3. 30 caráter transnacional dos protestos

Esta seção reúne as características transnacionais dos dois casos. Sobre os protestos contra a guerra do Iraque, abordaremos a coordenação internacional e a comunicação entre organizações. Também se discute a importância do contexto interno para protestos transnacionais, assim como a ideia de uma opinião pública transnacional. No caso dos protestos no Egito, são apresentadas pesquisas empíricas em redes sociais que mostram uma conversa transnacional sobre os acontecimentos no Egito.

Os protestos de 15 de Fevereiro foram concebidos já com a ideia de ser um evento transnacional. Pode ser justamente a coordenação internacional que o distingue de outras formas de ação simultânea (VERHLUST 2010 p. 15). Desde os ataques de 11 de setembro de 2001, movimentos contra a Guerra ao Iraque vinham se intensificando, seja na forma de vigílias pela paz, petições pela internet, propagandas anti-guerra, palestras, teatro de rua ou outras manifestações culturais (SIMONSON, 2003). Entre 23 e 27 de janeiro de 2003, o chamado para um protesto internacional contra a guerra foi reforçado no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, onde foi realizado um *workshop* dedicado exclusivamente ao planejamento dos protestos de 15 de Fevereiro, com a presença da ANSWER, a mesma rede responsável pela organização dos protestos nos EUA (VERHLUST, 2010 p. 12).

Ser um movimento transnacional não quer dizer que em todos os lugares ocorra da mesma forma. Uma das principais conclusões de Walgrave e Rucht (2010) foi que embora os protestos nos países estudados tivessem sido semelhantes quanto a ação, slogans, cartazes e atmosfera pacífica, apresentaram especificidades próprias. Percebe-se, por exemplo, que nos países cujos governos se posicionaram a favor da guerra, como Estados Unidos, Inglaterra, Itália e Espanha, ocorreram as maiores manifestações.

Alguns trabalhos sobre o período ressaltam que os protestos de 15 de Fevereiro, e todo o movimento maior contra a guerra, evidenciaram o surgimento de uma sociedade civil mundial (PEREIRA, 2003; TYLER, 2003). Alguns dias depois das manifestações, Tyler (2003)¹⁴ referiu-se ao ato simultâneo como a expressão de uma nova potência. De acordo com ele, desde 15 de fevereiro de 2003 haveria “duas potências no planeta: os Estados Unidos e uma opinião pública mundial”. Em uma entrevista, Habermas (2003) defendeu que os protestos de 15 de Fevereiro na Europa

¹⁴TYLER, P. Threats and Responses: News Analysis: A New Power In the Streets. The New York Times 17 de fevereiro de 2003. Disponível em <http://www.nytimes.com/2003/02/17/world/threats-and-responses-news-analysis-a-new-power-in-the-streets.html>

significaram o nascimento de uma opinião pública europeia (HABERMAS, 2006, p.

40). O entrevistador, Albrecht von Lucke¹⁵ faz a seguinte pergunta a Habermas¹⁶:

Quando você se refere às manifestações de 15 de fevereiro como o nascimento de uma nova esfera pública europeia, você está referindo-se a Londres, Roma, Madri, Barcelona, Berlim e Paris. No entanto, os protestos, que se estenderam também de Jacarta a Washington seriam algo maior? Não teriam sido um manifesto de um novo público global?¹⁷ (HABERMAS 2006 p. 55-56).

Habermas responde:

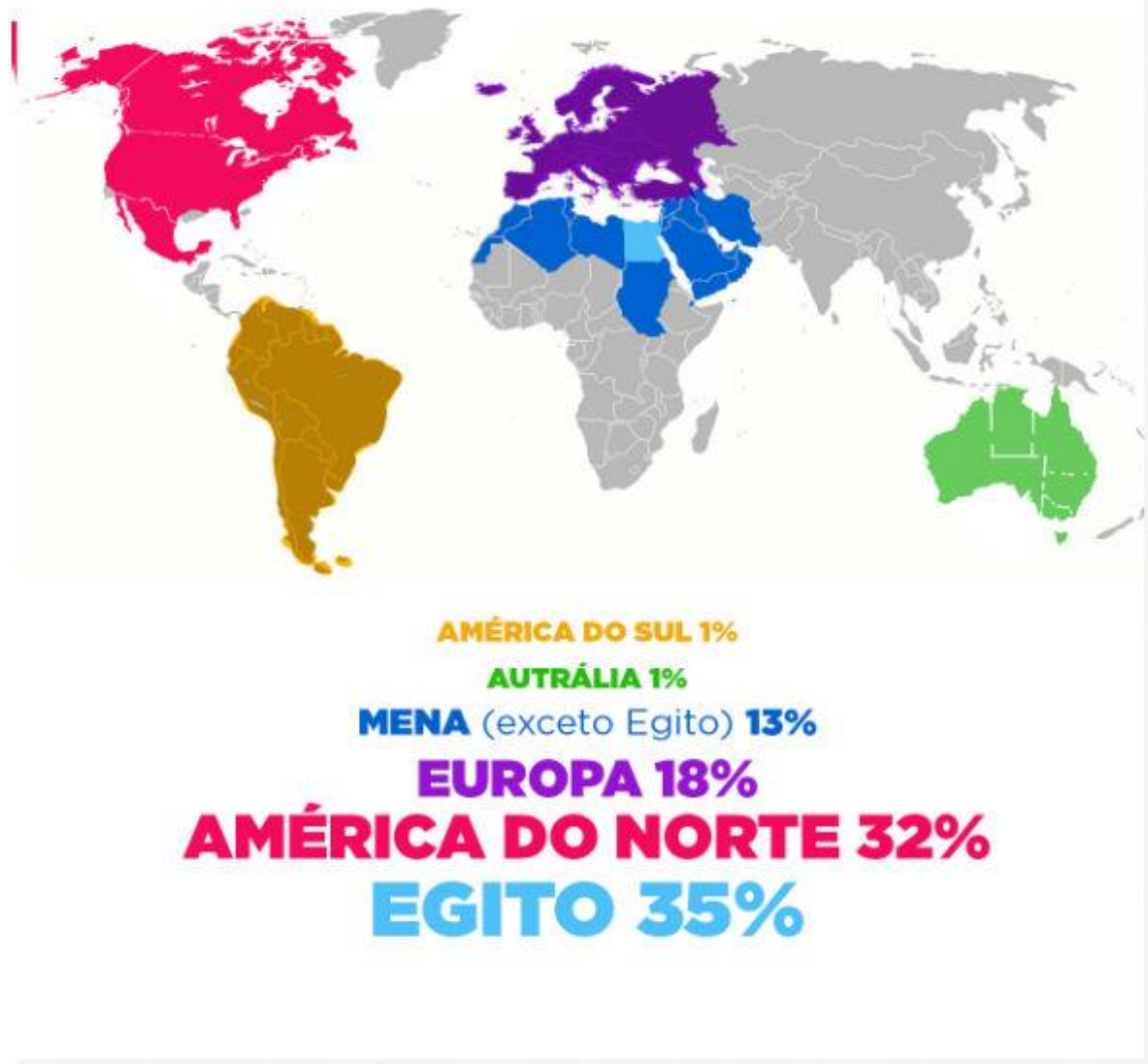
Suspeito que as razões e os motivos para os protestos, de um lado no Ocidente e de outro no Oriente (islâmico), não eram os mesmos. Além disso, um público global intermitente – um que ocasionalmente centra-se em temas específicos – tem emergido repetidas vezes desde a Guerra do Vietnã, principalmente, o que é interessante, em resposta a massacres e guerras. As pessoas através das fronteiras culturais parecem concordar mais facilmente em sua raiva espontânea diante de grandes violações aos direitos humanos. No entanto, nem todos os horrores geram uma mesma atenção, o que se pode perceber com Ruanda ou o Congo. (HABERMAS, 2006 p. 55-56).

Já Na literatura selecionada para o caso do Egito quanto ao caráter transnacional, percebe-se que o Twitter foi a mídia social mais associada a uma comunicação internacional (WILSON; DUNN, 2011; HOWARD et al, 2011; PERON, 2016). Wilson e Dunn (2011 p. 1248) recolheram dados do Twitter entre 21 de janeiro a 11 de fevereiro, dia da renúncia de Mubarak, utilizando a hashtag #jan25, o dia do maior protesto no Cairo. O trabalho sugere que grande parte desses *tweets* foram enviados de fora do país. Considerando apenas os *tweets* em inglês, a pesquisa concluiu que apenas 35% das contas eram do Egito. Como se pode ver na FIGURA 2, dos 65% restantes, a maioria das contas vinha de países ocidentais e uma minoria de outros países do Oriente-Médio e Norte da África (DUNN; WILSON 2011, p.1250).

FIGURA 9: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS USUÁRIOS MAIS ATIVOS DO TWITTER (#25JAN).

¹⁵A entrevista conduzida por Albrecht von Lucke com Habermas e Derida, foi publicada no *Journal Blätter für deutsche und internationale Politik*, em 2003 e em HABERMAS, 2006.

¹⁶Tradução livre tanto para a pergunta quanto para a resposta.



Fonte: DUNN; WILSON 2011, p.1267. OBS: MENA é a categorização do Banco Mundial para países do Oriente Médio e Norte da África.

A ideia mais comum sobre a Primavera Árabe – e inclusive o que lhe confere um nome – seria o efeito em cascata dos protestos dentro da região. Howard (2011) aponta para uma “viralização dos valores democráticos” pelas redes, o que teria ajudado a espalhar as reivindicações pelos países árabes a partir da renúncia de Ben Ali na Tunísia.

Certamente, a mídia também tem um papel transnacional no que diz respeito à difusão de notícias. A Al Jazeera costuma ser apontada como um ator importante, inclusive, como fonte para outras organizações como *The New York Times*, *BBC*, *HuffingtonPost* e *Reuters* (HOWARD; HUSSAIN, 2013; PERON, 2016). A

cobertura da Al Jazeera foi considerada marcadamente contrária ao governo de Mubarak, tendo inclusive sido retirada do ar em 30 de janeiro de 2011 com a justificativa de parcialidade (RAMADAN, 2012). Analisando os blogs políticos no Egito, Howard (2011) concluiu que nenhum dos sites mapeados continham links para fontes de notícia regionais, como *Al Jazeera* e *Al Arabya*, e sim apenas para fontes internacionais, como *BBC*, *CNN* e *The New York Times* (HOWARD, 2011, p. 4). Uma explicação possível, segundo Howard (2011) é que essas fontes contariam com mais credibilidade para os usuários de fora da região.

Desse modo, uma linha da literatura argumenta que o ativismo transnacional contemporâneo, em grande medida devido às mídias digitais, favorece o surgimento de uma opinião pública transnacional e a internacionalização de causas. No caso do Egito, é preciso levar em conta que as pesquisas só consideravam posts e hashtags em inglês, o que certamente reduz a quantidade de participantes. Desse modo, há evidências de comunicação transnacional pelas mídias sociais, mas os números devem ser relativizados em relação ao percentual da população que as utilizou.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar a atuação de ativistas transnacionais por meio da comunicação digital. A escolha dos casos em períodos diferentes, os protestos contra a Guerra ao Iraque, em 2003, e o Levante Egípcio, em 2011, no contexto da Primavera Árabe, permitiu traçar o desenvolvimento das mídias digitais para o ativismo.

Foi feita uma breve revisão de literatura sobre as possibilidades das mídias digitais para o ativismo e transnacional e os chamados contrapúblicos. Na segunda seção foi apresentada a metodologia assim como uma breve contextualização dos dois episódios. Na terceira, fez-se a discussão com o material coletado sobre as três questões de pesquisa: 1) os principais atores a frente das mobilizações; 2) o que torna esses movimentos transnacionais; 3) a utilização das mídias digitais.

Os protestos de 15 de fevereiro de 2003 chamam atenção pelo objetivo de se criar um movimento transnacional desde o início, o que foi alcançado devido à articulação entre movimentos sociais de países diferentes, com uma combinação de mídias digitais e encontros físicos. A iminência de uma Guerra contra o Iraque teria sido tratada como uma questão global, cujos efeitos poderiam ter implicações para países diferentes, sejam violações aos direitos humanos no Iraque, gastos excessivos para os

Estados Unidos ou Sendo assim, teria havido uma mobilização transnacional para tentar impedi-la.

Na época, início dos anos 2000, apesar da internet já ter sido implementada, as mídias sociais ainda estariam em um estágio inicial. A comunicação digital, entretanto, por meio de e-mail, celulares, sites, blogs e páginas de *crowdsourcing* teria sido fundamental, se não decisiva, para a organização dos protestos. Quanto há atores, percebe-se um claro protagonismo dos movimentos sociais, principalmente, anti-guerra que vinha se formando desde os ataques do 11 setembro nos Estados Unidos.

Já no caso da mobilização no Egito, nota-se uma forte presença de indivíduos sem organização por trás, apesar dos movimentos sociais e também as mídias locais terem sido apontados como atores indispensáveis. Um público identificado foi o de jovens universitários ou já diplomados, em sua maioria de classe média, alguns agindo nas mídias sociais por conta própria. Uma característica transnacional constantemente associada aos eventos no Egito seria o efeito em cascata dos protestos pela região, o que pode ser deduzido, porém não comprovado. Também há uma quantidade significativa de estudos já feitos no Twitter, a partir da ferramenta de geolocalização e indexação por hashtags, que indicam a existência de uma conversa transnacional sobre a situação política do país. Como na época o Twitter não contava com uma interface em árabe, uma conclusão possível é que essa mídia social acabou sendo mais utilizada por um público de fora do país, enquanto os egípcios utilizavam o Facebook.

Esta pesquisa é um breve levantamento sobre o ativismo transnacional e apresenta uma visão dentre as muitas possíveis. Apesar de ter gerado um gama de novas questões que precisarão ser abordadas futuramente, é possível tecer algumas conclusões: 1) As mídias sociais parecem ter viabilizado um ativismo individual. Se no caso dos protestos contra a Guerra do Iraque a organização partiu principalmente de movimentos sociais, no caso do Egito, quando já há Facebook e Twitter, nota-se uma influência forte de indivíduos sem organização que utilizam as mídias sociais para mostrar descontentamento ou divulgar manifestações; 2) percebe-se na literatura revisada dos dois casos uma predominância de indivíduos de classe média e alta escolaridade; 3) conclui-se também que para se pensar o papel das mídias sociais no ativismo é preciso levar em conta seus índices de penetração, uma vez que parecem indicar que o acesso não é de todos; 4) conclui-se ainda que apesar de não ser possível medir efeitos políticos causados diretamente pelas mídias sociais, há uma série de outros efeitos indiretos, como a produção de conteúdo próprio, a diversidade de causas, coordenação mais descentralizada ou a possibilidade de não precisar mais de um espaço

físico; 5) É certo que no caso dos protestos do Egito e da Primavera Árabe, em geral, as mídias sociais tiveram um papel importante para formar um público em torno da questão, divulgar conteúdos e informações, mas é preciso ter em mente que a quantidade de pessoas que usaram as mídias sociais para protestar de alguma forma corresponde a uma parcela muito pequena da população.

Este estudo esbarrou em alguns limitadores. Além dos poucos trabalhos sobre ativismo encontrados em português, a grande maioria da bibliografia utilizada foi produzida por pesquisadores da Europa e Estados Unidos, o que certamente confere um olhar específico sobre o ativismo e os casos estudados. Além disso, trata-se de uma pequena amostra da literatura sobre um tema, bastante vasta e complexa.

Referências Bibliográficas:

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera

pública: concepções e usos na América Latina. **Dados: Revista de Ciências**

Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, nº 4, 2004, p.703-728.

BARKHAM, P. Iraq war 10 years on: mass protest that defined a generation. *The Guardian*. 15 de fevereiro de 2013.

<https://www.theguardian.com/world/2013/feb/15/iraq-war-mass-protest>

BRUNS, A. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. V. 10, n2, 2014. <https://bit.ly/2mwYpmX>

BENNETT, L. Social Movements beyond Borders: Organization, Communication, and Political Capacity. In: Della Porta, D.; TARROW, S. **Two eras of transnational activism**, Rowman & Littlefield Publishers, Kindle Edition, 2005.

———. GIVEN. T; BREUNING. Crossing Political Divides: Communication, Political

Identification, and Protest Organization. In: WALGRAVE; RUCHT, D. **The world says no to war**, University of Minnesota Press, 2010.

———. SERGERBERG, A. Social Media and the Organization of Collective Action: Using Twitter to Explore the Ecologies of Two Climate Change Protests. **The Communication Review**, vol. 14, n. 3, 2011

CASTELLS, M. The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. *The Annals of the American Academy of Political and Social*

Science, 2008.

———. Redes de indignação e esperança: **Movimentos sociais na era da internet**. Editora Zahar, 2013.

COULDRY, N. **Why voice matters**. Sage Publications, London 2010.

DAHLBERG, L. Re-constructing digital democracy: An outline of four 'positions'. **New Media Society**, vol. 13, n. 855, 2011.
<http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444810389569>

DERRIDA, J; HABERMAS, J. Core Europe as Counterpower? Follow-up Questions. In: HABERMAS, J. **The Divided West**, Wiley, Kindle Edition, 2006.

DELLA PORTA, D; TARROW, S. **Transnational Protest and Global Activism**. Rowman e Littlefield, 2005.

DUBAI SCHOOL OF GOVERNMENT a. Facebook Usage: Factors and Analysis. **Arab Social Media Report**, vol. 1 n1, 2011a.
<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/dsg/unpan044212.pdf>

_____. Civil Movements: The Impact of Facebook and Twitter. **Arab Social Media Report**, vol. 1 n2, 2011b.

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/dsg/unpan050860.pdf>

FARRELL, H.. The Consequences of the Internet for Politics. **Annual Review of Political Science**. 15:35–52, 2012.

FRASER, N. Transnationalizing the Public Sphere: On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian World. **Theory, Culture and Society**, vol. 24, 2007.

GERBAUDO, P. **Tweets and the Streets: Social Media and Contemporary Activism**. Londres, Pluto press. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292008000300001>

GHONIM, W. **Revolution 2.0: The power of people is greater than people's on power**. Houghton Mifflin Harcourt, 2012.

HABERMAS, J; DERRIDA, J. February 15, or what binds europeans. In: HABERMAS, J. **The Divided West**. Wiley. Kindle Edition, 2006.

HALUPKA, M. The rise of information activism: how to bridge dualisms and reconceptualise political participation. **Information, Communication & Society**, 10 jan 2016. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.111987>

HOWARD, P et al. Opening Closed Regimes: What Was the Role of Social Media During the Arab Spring? **Project of Information Technology and Political Islam**. University of Washington, 2011.

http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2595096

_____; [HUSSAIN, M. **Democracy's Fourth Wave? Digital Media and the Arab Spring**. Oxford studies in digital politics. Oxford University Press, 2013.](#)

LOTAN, G et al. The Revolutions Were Tweeted: Information Flows During the 2011 Tunisian and Egyptian Revolutions. **International Journal of Communication**, 2011.

MARICHAL, J. Political Facebook groups: Micro-activism and the digital front stage. **First Monday Journal**, vol.18 n.12, 2013.
<http://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/4653>

NORRIS, P. **Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet**

Worldwide. Nova York: Cambridge University Press, 2001.

MOROZOV, E. **The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom**. New York: PublicAffairs, 2011.

PAPACHARISSI, Z. The Virtual Sphere: The Internet as a Public Sphere. In: CHADIWICK, A; HOWARD, P. **Handbook of Internet Politics**. Routledge, 2009.

PAVLIK, John V. A tecnologia digital e o jornalismo: As implicações para a Democracia. **Brazilian Journalism Research**. V.7, n.2, 2011. <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/340/314>

PEREIRA, B. **O Gigante fora do Tempo: A Guerra do Iraque e o sistema global**. 2003

PERON, V. Os efeitos da comunicação digital na dinâmica do ativismo transnacional contemporâneo: um estudo sobre a Al Qaeda, o Wikileaks e a Primavera árabe. **Dissertação de doutorado**, Universidade de Brasília, 2016. http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20904/1/2016_VivianPatriciaPeronVieira.pdf

PRUDÊNCIO, K; KLEINA, N. Não vai ter Copa: Enquadramentos da mobilização no Facebook. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**. V. 15, n2, 2017. <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/16912>

RAMADAN, Tariq. **The arab awakening: Islam and the new Middle East**. Nova York: Penguin Group, 2012.

SIMONSON, K. The Anti-War Movement: Waging Peace on the Brink of War. Documentopreparado para o Programme on NGOs and Civil Society, Centre for Applied Studies in International Negotiation. Geneva, março de 2010.

<https://www.files.ethz.ch/isn/20302/03.2003.pdf>

TARROW, S. **The New Transnational Activism**. Cambridge University Press, 2005.

_____; MCADAM, D. Scale Shift in Transnational Contention. In: TARROW, S; DELLA PORTA, D. **Transnational Protest and Global Activism: People, Passions, and Power: Social Movements, Interest Organizations**. Rowman & Littlefield Publishers. Kindle Edition. 2005.

VERHLUST; J; WALGRAVE, S. Politics, Public Opinion, and the Media: The Issues and Context Behind the Demonstrations. In **The World Says No to War**. 2010.

WALGRAVE, S; RUCHT, D. **The World Says No to War**. Introduction. University of Minnesota Press. Minneapolis, 2010.

WALL, M; ZAHED, S. I'll Be Waiting for You Guys: A YouTube Call to Action in the Egyptian Revolution. **International Journal of Communication** 5, 2011.

WILSON, C; DUNN, A. Digital Media in the Egyptian Revolution: Descriptive Analysis from the Tahrir Data Sets. **International Journal of Communication** 5, 2011. <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1180>.

Televisão e Poder: As Reproduções Ideológicas em *Força-Tarefa* (2009)*

Andrei Maurey**

RESUMO

O lugar ocupado pela mídia na sociedade contemporânea é evidente em diversas esferas da vida social. Com isso em mente, é imprescindível observarmos o alcance das obras audiovisuais da televisão e compreendermos como as ficções seriadas brasileiras reproduzem e disseminam ideologia. Para tanto, tomamos a ficção seriada *Força-Tarefa* (2009) e, com uma análise dos episódios de sua primeira temporada, buscamos desvelar como suas formas simbólicas são representadas de modo a sustentar e justificar relações assimétricas de poder (de dominação). Defendemos que, pelo exame minucioso dessas representações socioculturais, obtemos ferramentas poderosas para descobrirmos as visões de mundo que atuam nesse "engessamento" do imaginário, legitimando conceitos precipitados acerca de classe, gênero, raça, etc.

Palavras-Chave: comunicação; ideologia; poder; televisão; ficções seriadas.

1. Introdução

O início do século XXI foi marcado, no campo da comunicação, pela expansão da televisão, e da mídia¹ em geral, para novos territórios. Nos anos 1950, ela já demonstrava sua força, chegando em grande quantidade a inúmeros lares europeus e norte-americanos, tornando-se instrumento fundamental para e na reconfiguração das relações socioculturais. Com a virada do milênio, ela desencadeou novos processos que foram responsáveis por novas marcas indelévels para as sociedades ocidentais. As enormes audiências, mantidas por décadas pelos grandes conglomerados, hoje em dia, são ainda mais vastas², pois seus conteúdos ultrapassaram as barreiras impostas pelo

* Trabalho apresentado no GT 5 – Comunicação e Política no XV Póscom PUC-Rio, de 6 a 9 Novembro de 2018.

** Doutorando em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio (2018). E-mail: andreimaurey@gmail.com.

¹ Entendemos que a palavra *medium*, em inglês, se refere ao "meio", enquanto *media* (plural), se refere "aos meios". Para esta pesquisa, adotamos o derivado, em português, "mídia", a fim de designar "o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana (LIMA, 2004:50).

² Apesar da pequena queda nos níveis de audiência das televisões abertas do início do século até hoje, o número de novos usuários das televisões pagas, englobando veículos de entretenimento via *streaming* e

próprio aparelho físico e pela grade de horários das televisões abertas e pagas, isto é, elas podem ser assistidas tanto a qualquer momento ou em qualquer dispositivo³, ampliando sua força dominante:

A cultura veiculada pela mídia transformou-se numa força dominante de socialização: suas imagens e celebridades substituem a família, a escola, a Igreja como árbitros do gosto, valor e pensamento, produzindo novos modelos de identificação (KELLNER, 2001:27).

O lugar ocupado pela mídia no âmbito social contemporâneo é, portanto, evidente, e seus efeitos são extensivos e contribuem para um profundo impacto nas sociedades. Não há mais espaço exterior à mídia, ela está presente e atua modelando as esferas da vida social. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que parte do imaginário sociocultural forma-se e é constantemente reformulado pelos textos midiáticos, sobretudo a televisão (devido ao alcance e a grande disseminação de suas informações), defendemos a importância do exercício da análise crítica, a fim de nos tornarmos capazes de resistir à sua manipulação. Somente através da mesma, podemos dissecar seus conteúdos e obter respostas concretas acerca da relação da mídia televisiva com o modo de produção que a engendra; as ideias que constituem a produção de sentido no conteúdo televisivo; os fenômenos representados e a relação com a sociedade; os discursos que percorrem seus fluxos diários de programação (e seus possíveis propósitos); os interesses particulares por detrás da construção dessas narrativas; a espetacularização de assuntos do cotidiano para fins político-ideológicos, etc.

O presente artigo visa, portanto, fazer uma análise das formas simbólicas presentes na primeira temporada da ficção seriada brasileira *Força-Tarefa* (2009), buscando desvelar elementos e fatores que comprovam uma reprodução ideológica, isto é, pretendemos mostrar como as formas simbólicas são representadas de modo a sustentar e justificar relações assimétricas de poder⁴. Com isso em mente, defendemos que ao examinarmos essas representações socioculturais, obtemos ferramentas poderosas para descobrirmos que visões de mundo atuam nesse "engessamento" do imaginário, legitimando conceitos precipitados acerca de classe, gênero, raça, etc.

on demand, foi significativo, resultando em um aumento definitivo nas audiências desses conteúdos televisivos em território nacional. Disponível em: <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/contracrise-e-netflix-audiencia-da-tv-paga-cai-pela-primeira-vez-em-nove-anos--17630>

³ Há inúmeros dispositivos de televisões pagas que, atualmente, permitem gravar qualquer programa de televisão para ser assistido em qualquer horário. Além disso, o público já conta com celulares de alta tecnologia que os permitem navegar na internet e assistir conteúdos transmitidos via *streaming* (envio de informações multimídia através da transferência de dados, utilizando-se a internet).

⁴ Relações assimétricas de poder são as relações de dominação abordadas na análise.

Usaremos como metodologia, a Hermenêutica da Profundidade (*Depth Hermeneutics*)⁵. Thompson evidencia que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, o que exige uma interpretação. Assim, mais do que uma análise sócio-histórica e uma análise formal ou discursiva, fundamentais para um completo entendimento do objeto, um movimento novo e crucial é extremamente necessário para esse processo, isto é, a construção criativa de possíveis significados e uma explicação interpretativa (e reinterpretativa) do que está representado ou do que é dito pelas formas simbólicas analisadas (THOMPSON, 2009). Isto posto, primeiramente, iremos expor alguns conceitos importantes sobre ideologia (desconsiderando quaisquer conflitos epistemológicos), a fim de guiar o leitor para o conceito de ideologia crítica e seus modos de operações, chegando, por fim, à análise propriamente dita.

2. Imagens Poderosas: A Paralisia da Vontade Social

A categoria básica para a análise da comunicação e da cultura é a ideologia (COHN, 1973:161).

Primeiramente, compreendemos que a categoria *ideologia crítica* é deveras polêmica e, tendo atravessado os últimos séculos como ponto nevrálgico de inúmeros debates; até a presente data, ainda não se pode dá-la como encerrada. Sua produção acadêmica continua bastante acirrada nas universidades estrangeiras, principalmente as norte-americanas e inglesas, ao contrário do Brasil, onde ela vem carecendo de mais abordagens e perspectivas teóricas⁶. Por isso, defendemos a importância dos estudos sobre ideologia crítica no Brasil, pois uma melhor elaboração e esclarecimento acerca de seu conceito tornarão mais produtivas as pesquisas nessa área, gerando críticas mais contundentes à dominação.

Ao contrário do que alguns autores sugerem, não estamos vivendo o fim da ideologia. Se antes o processo de compreensão da reprodução ideológica já se tratava de difícil, porém importante tarefa; nos dias de hoje, torna-se ainda mais imprescindível entender o papel das ideias, dos valores e como determinadas representações sociais existentes em uma sociedade asseguram certa coesão e servem de manutenção do *status quo*, paralisando a vontade social. Atualmente, há vários significados para ideologia,

⁵ Ver mais em THOMPSON, 2009.

⁶ É de nosso conhecimento o fato de a categoria *ideologia crítica* estar um pouco distante das discussões acadêmicas brasileiras. No entanto, sustentamos a necessidade de dar prosseguimento ao estudo de suas características e aspectos constitutivos, pois uma compreensão mais esclarecida acerca desse fenômeno converte-se em poderosa arma para uma crítica contundente do atual modo de produção da sociedade e sua reprodução na mídia.

utilizados em diversos estudos e debates críticos e é evidente que nem todos são compatíveis entre si. Terry Eagleton lista algumas definições em circulação:

- 1) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- 2) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- 3) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- 4) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- 5) comunicação sistematicamente distorcida;
- 6) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- 7) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- 8) pensamento de identidade;
- 9) ilusão socialmente necessária;
- 10) a conjuntura de discurso e poder;
- 11) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- 12) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- 13) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
- 14) oclusão semiótica;
- 15) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam as suas relações com uma estrutura social;
- 16) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural (EAGLETON, 1997:15-6)

É nítida a possibilidade de algumas formulações serem compatíveis e de outras serem completamente antagônicas. Desse modo, o pensador inglês nos oferece um conceito geral:

A ideologia não é, em primeiro lugar, um conjunto de doutrinas; ela representa a maneira como os homens exercem seus papéis na sociedade de classes, os valores, as ideias e as imagens que os amarram às suas funções sociais e assim evitam que conheçam verdadeiramente a sociedade como um todo (EAGLETON, 2011:36).

Para Michael Löwy (2010), ideologia possui uma perspectiva neutra, isto é, ele propõe o termo "visão de mundo" como forma de designar uma concepção da realidade social. Dessa forma, uma visão de mundo *ideológica* é aquela que serve para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; e *utópica* quando tiver uma função subversiva da mesma. Para nós, é suficiente demonstrar que para a ideologia ser eficaz, ela deve gerar um sentido na vida das pessoas, ou seja, deve assegurar uma base mínima na qual os indivíduos reconheçam sua realidade social:

Como nos lembra Jon Elster (1982), "as ideologias dominantes podem moldar ativamente as necessidades e os desejos daqueles a quem elas submetem"; mas devem também comprometer-se, de maneira significativa, com as necessidades e desejos que as pessoas já têm, (...) Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada⁷ (apud EAGLETON, 1997:26-7).

⁷ Terry Eagleton salienta, no entanto, que as ideologias dominantes frequentemente envolvem falsidade. A maioria das pessoas tem um olhar agudo quando se trata de seus próprios interesses e direitos, e a maioria sente-se desconfortável com o fato de pertencer a uma forma de vida injusta. Elas "precisam então acreditar que essas injustiças estão a caminho de serem corrigidas, ou que são contrabalançadas por benefícios maiores, ou que são inevitáveis, ou que não são realmente injustiças. Faz parte da função de uma ideologia dominante inculcar tais crenças" (EAGLETON, 1997:37).

Outro autor fundamental é Robin Blackburn (1974), que tem como objetivo investigar a ideologia que defende de forma coerente a organização social existente no mundo capitalista:

essa ideologia é sistematicamente pessimista quanto às possibilidades de atacar a repressão e a desigualdade: nesta base constrói teorias da família, da burocracia, da revolução social, da democracia, que implicam, todas elas, a impossibilidade de superação das instituições sociais existentes (BLACKBURN, 1974:5).

Esse historiador socialista britânico discute, em grande parte, a produção acadêmica burguesa, cuja linha de raciocínio, em várias obras, aponta para o envolvimento das massas e a participação política como sendo uma enorme ameaça à democracia (burguesa); e deve, portanto, ter sua força reduzida (Ibid., 1974). Por isso ele se preocupa com a ideologia predominante nas ciências sociais ensinadas nas universidades britânicas, onde talham-se conceitos para encobrir determinados aspectos e concluir que todas as tentativas de desafio ao *status quo* são irracionais. Além disso, como no sistema capitalista a força de trabalho se tornou mercadoria e, aparentemente, uma relação entre coisas⁸, o autor afirma que:

Tudo conspira para dar a estas relações sociais objetivas de exploração a aparência de fatos naturais, inevitáveis. Posto que uma economia capitalista não é controlada pelos homens, sequer por um grupo social, o seu funcionamento tem a força de leis naturais (BLACKBURN, 1974:64).

Por conseguinte, se a economia capitalista aparenta se movimentar sozinha, sem o controle humano para girar suas engrenagens, ela atua sem sujeitos e sem "culpados", diluindo quaisquer possibilidades de uma concreta transformação social. E desse modo, "o alvo da maior parte da teoria burguesa é corroer a ideia de que os homens podem alguma vez transformar a sociedade - a sua função é induzir uma mórbida paralisia da vontade social" (Ibid., 1974:31).

Em posição similar, Roland Barthes (2003) fala da ideologia burguesa e sua contínua transformação dos produtos da História. Ele alerta para o fato da burguesia se definir como a classe social que não deseja ser denominada e esse anonimato se torna mais espesso nas suas formas propagadas, que alimentam a moral cotidiana, isto é, as cerimônias civis e os ritos profanos. Tudo está mergulhado nela: a imprensa, o teatro, o cinema, a literatura, a Justiça, a diplomacia, o crime que julgamos, o casamento que nos comovemos, a cozinha com que sonhamos, o vestuário que usamos, etc. (p.231-2). A ideologia dominante, portanto, é capaz de nos fazer acreditar que o curso natural na

⁸ O autor menciona a passagem de Lênin, na qual ele explica a natureza da *Reificação*: "Onde os economistas burgueses viram uma relação entre coisas (a troca de uma mercadoria por outra), Marx revelou uma relação entre pessoas" (Ibid., 1974:63).

evolução das sociedades é único, não tendo outra opção a recorrer. Com isso, tornamos alvos constantes dessa reprodução:

praticadas no nível nacional, as normas burguesas são vividas como leis evidentes de uma ordem natural: quanto mais a classe burguesa propaga as suas representações, mais elas se tornam naturais (BARTHES, 2003, p.232).

Segundo ele, a burguesia camufla ininterruptamente a perpétua fabricação do mundo, inventaria seus bens, embalsama-os e injeta no real uma essência purificadora que lhe interrompe a fuga para outras formas de existência (BARTHES, 2003:247). Esse processo é deveras complexo, com imbricações econômicas, políticas, sociais, etc., e por isso reiteramos a necessidade de percebermos as maneiras com que ela reproduz as relações do modo de produção capitalista. Após essa breve apresentação, na próxima parte, veremos o conceito de ideologia crítica e seus respectivos modos de operações utilizados em nossa análise.

3. As Formas Simbólicas e o Sentido a Serviço da Dominação

A análise da ideologia, (...) está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder (THOMPSON, 2009:76).

John B. Thompson foca sua atenção para os processos sociais e para as formas simbólicas contidas neles. Nem todas elas contêm ideologia, mas é através delas que a mesma encontra subterfúgios para a ação. Em outras palavras, a ideologia é o *sentido* atrelado às formas simbólicas no intuito de manter e sustentar relações de dominação. Os usos sociais das formas simbólicas como ideológicas exige uma análise em relação aos contextos sócio-históricos específicos nos quais elas são desenvolvidas. Assim, sua preocupação recai sobre o *modi operandi* com os quais as formas simbólicas estabelecem e sustentam relações assimétricas de poder nos contextos em que são produzidas, transmitidas e recebidas. Concentrando seus estudos para um aspecto da vida social tão real quanto quaisquer outros, ele parte do conceito de ideologia como "ilusões", "ideias fixas", "espíritos" ou "fantasmas" que andam junto do povo, procurando e despertando as suas superstições e preconceitos (THOMPSON, 2009:58), e o remonta à luz das condições e variados aspectos das instituições modernas de comunicação de massa. Há três aspectos fundamentais que necessitam elucidação:

1) *A noção do sentido*: baseada na concepção simbólica de Geertz, é o significado que incorpora as formas simbólicas. O autor distingue cinco aspectos das

formas simbólicas (THOMPSON, 2009:183-193): i) o *intencional*: as formas simbólicas são expressões de um sujeito e para um sujeito (ou sujeitos); ii) o *convencional*: a produção, construção ou emprego das formas simbólicas, bem como a interpretação das mesmas pelos sujeitos que as recebem, são processos que, caracteristicamente, envolvem a aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos; iii) o *estrutural*: as formas simbólicas são construções que exibem uma estrutura articulada, isto é, consistem de elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros; iv) o *referencial*: as formas simbólicas são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa; v) o *contextual*: as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro do quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas⁹. Por último, ele ressalta: "a inserção destas em contextos sociais implica que, além de serem expressões de um sujeito, (...) as formas simbólicas podem carregar traços, de diferentes maneiras, das condições sociais de sua produção" (THOMPSON, 2009:193).

2) *O conceito de dominação*: as relações sistematicamente assimétricas de poder, isto é, determinados grupos possuem poder de maneira permanente, sendo inacessível a outros grupos ou indivíduos. Para que possamos compreender esse conceito, devemos esclarecer os aspectos acerca dos *campos de interação*, concebidos como um espaço¹⁰ onde os indivíduos ocupam determinadas posições e seguem diferentes trajetórias. Esse processo é determinado pela quantidade, volume e a distribuição de recursos, ou "capital". Há três principais: i) *capital econômico*, a propriedade e os bens; ii) *capital cultural*, as habilidades, o conhecimento adquirido e as qualificações; iii) *capital simbólico*, o prestígio, os méritos e o reconhecimento. Dito isso, Thompson denomina de *estrutura social*, as assimetrias e diferenças relativamente estáveis que caracterizam os campos e as instituições sociais, isto é, as assimetrias em termos de distribuição de, e acesso a, recursos de vários tipos, poder, oportunidades e chances na vida. Para o autor, "poder é a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses: um indivíduo tem poder de agir, poder de intervir em uma sequência de eventos e alterar seu curso" (THOMPSON, 2009:199). O indivíduo, portanto, age de uma determinada forma, empregando seus recursos disponíveis; e a capacidade que ele tem de agir depende diretamente de sua posição dentro de um campo ou instituição. Por

⁹ É válido ressaltar que as características espaciais e temporais das formas simbólicas divergem em algum grau (ou total) do contexto da produção para o da recepção, como é o caso das obras audiovisuais da televisão. No livro, o autor aborda outras modalidades de transmissão cultural (THOMPSON, 2009).

¹⁰ Thompson separa os campos de interação, tirados de Bourdieu, do que ele chama de instituições sociais, que seriam conjuntos específicos e relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com as relações sociais que são estabelecidas por elas e dentro delas.

consequente, as relações de poder serão consideradas de dominação quando grupos ou indivíduos possuem um poder de maneira estável, de modo que exclua, ou se torne inacessível, a outros.

3) *As diferentes formas como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*: há inúmeras maneiras para isso, principalmente ao prestarmos atenção à interação entre sentido e poder nas instâncias da vida social, isto é, através dos modos de operações gerais da ideologia (os *modi operandi*), atrelados a estratégias típicas de construção simbólica. Eles são (THOMPSON, 2009:81-89):

i) A *Legitimação*, afirma que as relações de dominação precisam ser representadas como justas e dignas de apoio. Entre as estratégias, encontramos: i) a *racionalização*, quando o produtor, de uma forma simbólica, cria uma cadeia de raciocínio pela qual procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais e com isso persuadir a audiência; ii) a *universalização*, os acordos que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e estão sempre abertos a qualquer um que tenha a habilidade de ser bem-sucedido; iii) a *narrativização*, a história conta o passado e trata o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.

ii) A *Dissimulação*, afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas ou representadas de modo a desviar nossa atenção. Entre as estratégias, temos: i) o *deslocamento*, quando um termo usado para se referir a um objeto ou pessoa é usado para se referir a outro, transferindo conotações positivas ou negativas para este outro objeto ou pessoa; ii) a *eufemização*, quando ações, instituições ou relações sociais são descritas de modo a suscitar valorações positivas; iii) o *tropo*¹¹, é o uso figurativo da linguagem, mais comum na literatura, embora esteja também presente nas formas simbólicas audiovisuais.

iii) A *Unificação*, afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção de uma unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças que possam separá-los. Entre as estratégias, observamos: i) a *padronização* (ou *standardização*), quando as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão; ii) a *simbolização da unidade*, envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, difundidas através de um ou mais grupos.

¹¹ Por "Tropo", o autor entende como uma estratégia, ou grupo de estratégias, como a sinédoque, a metonímia e a metáfora.

iv) A *Fragmentação*, afirma que elas podem ser mantidas pela não unificação das pessoas numa coletividade, isto é, segmentando indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real às classes dominantes. Entre as estratégias, temos: i) a *diferenciação*, a ênfase dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando-se nas características que os desunem; ii) o *expurgo do outro*, envolve a construção de um inimigo, interno ou externo, retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são proclamados a resistir coletivamente.

v) A *Reificação*, afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Entre as estratégias, encontramos: i) a *naturalização*, quando determinados processos são representados como acontecimentos naturais, de tal modo que seu caráter social é eclipsado; ii) a *eternalização*, quando fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico e representados como imutáveis, permanentes; iii) a *nominalização* (ou *passivização*), são recursos gramaticais e sintáticos e acontecem quando sentenças e/ou descrições de ação dos participantes são transformadas em nomes, ou quando são colocados na voz passiva, eliminando assim o sujeito-produtor desses processos.

É fundamental salientar que Thompson não considera esses cinco modos de operações da ideologia como os únicos existentes, tampouco que operam independentemente uns dos outros. Pelo contrário, eles podem se sobrepor e se reforçar mutuamente, tornando as formas simbólicas ainda mais complexas.

4. Força-Tarefa: A Relação Simbiótica entre Corrupção e Estado

Força-Tarefa foi um seriado produzido pela Rede Globo, de 2009 a 2011, contendo três temporadas. Foi escrito por Fernando Bonassi e Marçal Aquino, dirigido por José Alvarenga Jr e Mário Márcio Bandarra. A trama é sobre uma equipe de investigação da corregedoria da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, cuja função é apurar a ação da polícia militar e perseguir os profissionais da corporação, acusados de infringir a lei. Sob o comando do Coronel Caetano (Milton Gonçalves), a equipe possui seis integrantes, o Tenente Wilson (Murilo Benício), o Sargento Selma (Hermila Guedes), o Praça Jorge (Rodrigo Einsfeld), o Cabo Irineu (Juliano Cazarré), o Cabo Oberdan (Henrique Neves) e Sargento Genival (Osvaldo Baraúna). Outros personagens

compõem a história, como o ex-policial Jonas (Rogério Trindade), o informante Samuca (Nando Cunha) e a namorada do tenente, Jaqueline (Fabíula Nascimento).

O seriado apresenta um visual interessante. Com um jogo de luzes semelhante ao cinema e sombras em forte contraste, somos postos diante de um Rio de Janeiro soturno, oculto, inseguro, bem distante da imagem de "cidade maravilhosa" representada nos cartões postais. A paleta de cores dá um tom melancólico ao seriado, afinal, quem investiga os colegas de trabalho em busca de provas para incriminá-los, aprende a viver em meio à desconfiança e à ameaça de morte. O resultado é um produto audiovisual com cenas de tensão e alívio, provocando satisfação na audiência¹². Além disso, a oportunidade de ver uma equipe levando à prisão bandidos e policiais corruptos, definitivamente, possui os ingredientes necessários para agradar o grande público. Todos os personagens corruptos ou bandidos foram interpretados por atores pouco ou nada conhecidos na emissora, salvo um ou outro que já tenha desempenhado papéis de coadjuvante (e de forma bem esporádica). Acreditamos ter sido intencional, a fim de representar uma criminalidade "sem rosto", passível de surgir em quaisquer níveis sociais, em qualquer lugar e hora. Afinal, quando se investiga a "própria" instituição, todos podem se tornar suspeitos a qualquer momento.

A reprodução ideológica em *Força-Tarefa* é sutil e reforça conceitos "naturalizados" na sociedade contemporânea brasileira. No episódio 12, o Tenente Wilson invade a casa do traficante Dogão sem mandado judicial, na esperança de encontrar provas para incriminar o delegado Mário Cesar. No dia seguinte, eles conseguem prender o delegado e toda sua equipe. Contudo, na delegacia, Caetano reprime a ação de Wilson. Com poucas palavras¹³, o coronel consegue sintetizar todo o pensamento em torno da questão das leis e a importância delas para uma sociedade "saudável". Essa passagem suscita duas considerações. A primeira é de que mesmo para prender um delegado corrupto, a lei deve ser respeitada e jamais infringida, pois é ela quem assegura, em grande parte, a noção de que todos são iguais (ela é supostamente igual para todos). A segunda é a de que se o próprio código de leis e os tribunais estão a serviço da classe dominante, detentora do poder estatal, as leis servem para coibir pensamentos de resistência. Ou seja, em ambas reproduz-se que fora das leis, tem-se um

¹² A boa audiência, com média acima dos 20 pontos, garantiu 10 episódios para a segunda temporada, que estreou em 6 de abril de 2010 atingindo o recorde de 17 pontos de audiência. Disponível em: <https://ibopetvaudiencia.wordpress.com/2012/02/26/momento-series-a-investigativa-forca-tarefa>.

¹³ "O nosso dever, o nosso compromisso, é cumprir as leis. De fora das leis, o que sobra é a barbárie, a selvageria, é o horror. O horror, tenente. Da próxima vez que você agir sem o meu consentimento e fora da lei, eu juro, eu te expulso da polícia, tenente".

mundo bárbaro, caótico e por isso a intenção de segui-la à risca é tão importante e disseminada.

Dividido em doze episódios, cada um apresenta uma trama independente. No entanto, há um arco dramático que atravessa toda a temporada, revelando uma transformação dos personagens. Eles são parte de uma polícia que resolve os problemas, afinal, na corregedoria, "as coisas são diferentes". Numa matéria da Gazeta do Povo¹⁴ de 2009, nos deparamos com a história de Airton (nome fictício), do Serviço Reservado da PMERJ, um policial cujas funções são as mesmas dos personagens, isto é, levantar informações para prender os criminosos, apreender drogas ou desocupar uma área e averiguar a veracidade das denúncias. Na matéria, é evidente toda a preocupação com a preservação da identidade destes policiais. Eles nunca participam da captura de criminosos, salvo em último caso, quando não há outro jeito. Inclusive, companheiros de Airton já receberam ameaças e tiveram de mudar o local de suas residências. Por outro lado, no seriado, vemos um recorrente desleixo quanto ao segredo da identidade real dos personagens. Em vários episódios, o Tenente Wilson se apresenta abertamente pelo verdadeiro nome, como no episódio 11, quando o Sargento Valfrido abre sua carteira, checa seus documentos e descobre que ele é policial. O nome Wilson "poderia" até ser fictício, mas esse descuido faz com que perca certo grau de verossimilhança e reproduza uma imagem de despreparo por parte do Serviço Reservado da PMERJ.

Aliás, esse despreparo é o principal modo de operação observado: a *Dissimulação*. Ele permeia vários episódios ao longo da temporada. Perguntas e observações esdrúxulas por parte da equipe e atitudes infantis durante situações consideradas sérias e graves estão presentes e levantam questões quanto à seriedade e profissionalismo da equipe comandada pelo Coronel Caetano. Por exemplo: no primeiro episódio, eles dão a notícia para a esposa que o marido havia falecido, quando na verdade ele ainda estava vivo (não esperaram pela confirmação do laboratório); depois tiveram de voltar e desmentir a versão anterior, causando desembaraço. Em outra ocasião, Selma tenta fazer contato com Caetano dentro de um banheiro no depósito do investigado. A amante dele (Bárbara Paz) estava próxima, ouviu e entregou o segredo, arruinando os planos dela. No episódio 10, um policial assassina o companheiro de patrulha a sangue frio. O falecido, cujo nome é Duarte, era amigo de Wilson e o tenente, portanto, passa a desconfiar dos motivos que o inquérito e os depoimentos revelam. Na reunião com seus colegas, ele pede ajuda, mas é ignorado e tem de resolver o caso

¹⁴ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-policia-militar-sem-farda-blk4lcb53y9cnb0pbbuiihiry>

sozinho. Ora, se o Serviço Reservado da Polícia Militar tem como uma das diretrizes principais investigar práticas ilícitas de profissionais da corporação, por que desacreditar o Tenente Wilson diante de uma suspeita válida? Por isso, alegamos que ao retirar da corporação grande parte da seriedade crucial para sua efetiva atividade (dissimulando suas práticas), reforça-se a ideia de um aparelho mal administrado e ineficiente para o combate ao crime.

O segundo modo de operação é o da *Legitimação*, junto com a *Unificação*. Apesar de a equipe contar com uma mulher e isso sugerir certa representatividade, a força feminina e suas qualidades e capacidades são deixadas totalmente de lado. No lugar de personagens fortes, cujas características visivelmente poderiam colocá-las no mesmo patamar dos homens, observamos clichês e situações de submissão e dominação masculina. Jaqueline é retratada como uma mulher dependente, insegura e incapaz de tomar as rédeas da relação (após uma briga, Wilson chega à sua casa e lhe dá de presente uma bolsa no valor de quinhentos reais, comprando, assim, seu perdão). A sargento Selma, corajosa, forte e homossexual, não contribui de maneira efetiva em momento algum para as investigações, o que nos leva a indagar como ela chegou a ocupar esse cargo já que não demonstra talento e eficiência. Além disso, ela ainda é alvo constante das brincadeiras de Irineu. Sempre que possível, ele aproveita a situação para rebaixá-la, como no primeiro episódio, ao insinuar que ela "teria chance com a viúva de Jurandir". Em outra situação, ela expõe sua ideia durante a reunião, mas Irineu a provoca dizendo que seus dois neurônios femininos funcionaram ao mesmo tempo (uma piada desse tipo num ambiente de trabalho também demonstra a falta de seriedade e comprometimento da equipe com suas funções). Em ambos os casos, ela defende-se atacando seu órgão genital masculino (comparando-o a uma pistola de pequeno calibre), arrancando risos de todos na sala. A contradição nas falas ilumina pontos fundamentais sobre as questões de gênero. Irineu a chama de burra e a humilha por sua opção sexual, mas recebe em troca um comentário de cunho apenas sexual (longe de esbarrar em talento, competência e/ou inteligência), sustentando a ideia de que as mulheres não *devem* ser competentes em um "emprego de homens".

Mais adiante, a possibilidade de uma mulher atuando na polícia no mesmo nível dos homens é totalmente descartada. No episódio 9, Genival e Irineu, observam de dentro do carro, Selma tocar o interfone na portaria de um prédio. Os dois indagam se ela tem ido à academia para malhar o corpo. Em seguida, Irineu olha para a parte debaixo do corpo dela e diz: "e pensar que tem gente que é contra mulher na PM!". Essa fala demonstra a real intenção dos policiais acerca da presença de uma mulher na

corporação, isto é, eles dividem da mesma opinião das pessoas que são *contra* uma mulher na PM; o que desejam não é uma contribuição feminina competente, mas sim que elas sirvam como objetos de contemplação, com a finalidade única de evocar o lado sexual. Além disso, o roteiro nada apresentou em favor de Selma para que a posição deles seja refutada. Portanto, observamos o papel da mulher ser diminuído e tornar-se mero objeto no ambiente de trabalho, além de unificar a representação feminina em torno de um ideal único, isto é, de sexo frágil e dependente do homem.

O quarto episódio, especificamente, visto que o cenário, é uma favela na cidade do Rio de Janeiro, apresenta inúmeros ingredientes ideológicos que atuam no engessamento do imaginário sociocultural brasileiro, legitimando diversas relações de dominação. A trama se desenvolve da seguinte forma: a favela é invadida por milicianos de colete e capuz. Eles matam suspeitos enquanto avançam e conseguem expulsar os traficantes, assumindo o controle. Em seguida, passam a extorquir os moradores, obrigando-os a contribuir com dinheiro para a "segurança". Enquanto isso, o Tenente Wilson e Selma alugam uma casa na região para investigá-los. Assim que os dois conseguem capturar imagens com a comprovação da atividade ilícita e criminosos dos milicianos, eles comemoram, pois o Coronel Caetano poderá prendê-los. Na mesma noite da operação da polícia, os traficantes retornam com armas poderosas e os milicianos são presos, restaurando a (des)ordem anterior.

A favela de *Força-Tarefa* se apresenta como um ambiente, sem dúvida, mais hostil do que em outros seriados da emissora. Os milicianos, sedentos pelo poder e pelas recompensas da atividade ilícita, são severos e violentos, agredindo gratuitamente os moradores e instaurando um clima de medo¹⁵. Há um embate interessante na comparação entre as operações do tráfico de drogas e da milícia na favela. Pela violência retratada, sugere-se que a milícia seja muito pior, pois além de dominados por um grupo, os moradores da favela podem sofrer agressões a qualquer momento, sem motivo algum. Além do mais, pela sucessão de eventos representados, destaca-se os milicianos como uma força desorganizada e incompetente, afastando-se dos dados reais¹⁶. Na cidade do Rio de Janeiro, ela se tornou uma rede deveras complexa, com elementos atingindo e assegurando o poder legislativo, no caso dos vereadores e

¹⁵ Na primeira manhã após tomarem o poder, um miliciano vê dois garotos deitados, cobertos por um saco plástico preto e pergunta a um senhor, próximo a eles, se era seu filho. O senhor responde que o filho, a polícia [vocês] já havia tirado dele, e que agora era seu neto. A resposta do miliciano elucida toda a mentalidade dos invasores, "agora vai ser assim, quem presta, fica. Quem não presta, vai embora!".

¹⁶ "Em dez anos, milícias passam de 6 para 148 favelas na cidade do Rio". Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1508921-em-dez-anos-milicias-passam-de-6-para-148-favelas-na-cidade-do-rio.shtml>

deputados estaduais¹⁷, ou seja, algo inacessível aos traficantes. Por outro lado, o bando comandado pelo chefe Exu (Jonathan Azevedo), embora tenham sido expulsos, conseguem armas mais poderosas e retornam com força total, aparentando uma impecável organização na sua estrutura, o que fortalece o imaginário de "crime organizado", também bastante distante da realidade.

5. Considerações Finais

Neste artigo, pretendemos demonstrar como a ideologia, atrelada às formas simbólicas representadas em Força-Tarefa (2009), reproduz relações de dominação e retratam o Serviço Reservado da PMERJ por meio de ações irresponsáveis, pueris e débeis, reforçando a ideia de despreparo e incompetência por parte dos policiais¹⁸ (apesar de resolverem os casos no final dos episódios). As situações vivenciadas pelos personagens minimizam a competência e a seriedade desses profissionais enquanto suscitam impressões e ideias de um aparelho estatal inexperiente e ineficaz. Com isso, as formas simbólicas do seriado atuam no engessamento do imaginário sociocultural acerca da corrupção e da inabilidade governamental para lidar com o crime, privilegiando medidas públicas que apenas alargam os problemas, em vez de contê-los. Observamos também a sustentação de relações assimétricas de poder envolvendo questões de gênero, isto é, as mulheres são retratadas como dependentes dos homens e, no caso específico de Selma, incapazes até de cumprirem as funções básicas pelas quais são responsáveis.

Em consequência disso, ressaltamos a importância de um olhar crítico sobre os produtos audiovisuais da mídia, principalmente sobre esse aparelho midiático tão poderoso como a televisão, capaz de reproduzir ideias cujos interesses não são universais, mas sim particulares de uma pequena minoria dominante, além de fornecer modelos de grande potência com os quais a população reforça o senso comum e solidifica seu imaginário sociocultural.

¹⁷ Matéria do Fantástico. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/08/ex-miliciano-revela-funcionamento-de-milicia-do-rio-de-janeiro.html>

¹⁸ Salientamos que as polícias civil, federal e militar constituem-se como instituições policiais extremamente sérias, apesar da falta de verbas e de outras mazelas. Contudo, incutir uma ideia de que seus representantes seriam profissionais despreparados e/ou incompetentes é da mais pura insensibilidade e falta de conhecimento, tanto dessas corporações como das atividades as quais elas são responsáveis e os resultados apresentados.

6. Referências Bibliográficas

BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

BLACKBURN, R. *Guia breve da ideologia burguesa*. Porto: Tipografia Nunes Ltda., 1974.

COHN, G. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Fronteira, 1973.

EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: UNESP, 2011.

ELSTER, J. "Belief, bias and ideology". In: M. Hollis e S. Lukes. *Rationality and relativism*. Oxford, 1982.

KELLNER, D. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.

LIMA, V. "Sete teses sobre mídia e política no Brasil". In: *Revista USP*, São Paulo, n.61, p. 48-57, março-maio, 2004.

LÖWY, M. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2010.

THOMPSON, J. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2009.